

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FACH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

GABRIEL LUIS PEREIRA NOLASCO

**DAR A CARA A TAPA: A (TRANS)FORMAÇÃO DE GÊNERO DAS
TRAVESTIS**

CAMPO GRANDE – MS

2018

GABRIEL LUIS PEREIRA NOLASCO

**DAR A CARA A TAPA: A (TRANS)FORMAÇÃO DE GÊNERO DAS
TRAVESTIS**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) como requisito final à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Zaira de Andrade Lopes

CAMPO GRANDE – MS

2018

FICHA BIBLIOGRÁFICA

NOLASCO, Gabriel Luis Pereira. **DAR A CARA A TAPA: A (TRANS)FORMAÇÃO DE GÊNERO DAS TRAVESTIS.** (102 p). 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2018.

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva para si todos os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

DAR A CARA A TAPA: A (TRANS)FORMAÇÃO DE GÊNERO DAS TRAVESTIS

GABRIEL LUIS PEREIRA NOLASCO

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia (PPGpsi/UFMS) à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Campo Grande.

Prof^ª. Dr^ª. Alexandra Ayach Anache
Coordenadora do PPGpsi/UFMS

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof^ª. Dr^ª. Zaira de Andrade Lopes
(UFMS/FACH/PPGpsi – Campo Grande-MS)
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Alexandra Ayach Anache
(UFMS/FAED/ PPGEduc e PPGpsi/UFMS)

Prof^ª Dr^ª Zeidi Araujo Trindade
(UFES)

Prof^º Dr^º Tiago Duque
(UFMS/FACH/ PPGAs/UFMS)

“Pessoa “trans” é aquela que está em permanente “trans-formação”, disposta a “trans-por” todos os obstáculos. É aquela pessoa que “transgride” regras e padrões de conduta, “trans-mitindo” à sociedade, de forma absolutamente “trans-parente”, novas ou inexploradas possibilidades de realização. Pessoa “trans” é aquela que “trans-cende” a si mesma, tentando expressar ao mundo a pessoa que ela realmente é, em vez da pessoa que o mundo acha que ela deveria ser”.

Letícia Lanz

AGRADECIMENTOS

Encerrar um ciclo é sempre delicado, afinal, por trás do término, há sempre a possibilidade de olhar para trás e perceber as nuances dos caminhos percorridos. E, aqui, não se fez diferente. Foram tantas as pessoas – colegas – amigos e amigas, familiares, que contribuíram para que eu conseguisse passar por mais essa etapa de grande importância em minha vida. Por isso, antes que eu me esqueça de nomeá-los, sintam-se aqui, todas(o) extremamente agradecida(o)s;

Ao meu companheiro de todas as horas, Milton Mariani, por compartilhar da vida comigo, por acreditar em minhas escolhas e por sempre se fazer presente nos momentos que exige a acolhida, o carinho e compreensão do outro, sou grato pelo amor que compartilhamos diariamente;

Aos meus familiares, minha mãe, meu (pai)drasto e ao meu irmão, por compreenderem todos os momentos de ausência, pela confiança e admiração depositada a todas as minhas escolhas;

A Greciane Martins de Oliveira, amiga, antropóloga e feminista, por todo apoio empreendido também a essa dissertação, pelas gentis trocas de olhares, pelos comentários atenciosos e carinhosos proferidos após cada leitura. Agradeço imensamente a essa querida e fiel amiga pela sua disposição, sem a qual teria sido difícil atravessar esse caminho;

A professora Dra. Zaira de Andrade Lopes, pelo aceite, por se aventurar nos corpos dissidentes das travestis, uma temática tão importante e promissora para transformação da sociedade;

A professora Dra. Zeidi Araújo Trindade, primeiramente, pelo aceite em participar desta pesquisa, por meio do exame de qualificação e defesa, pela leitura gentil e provocadora, que muito estimulou a conclusão de mais uma etapa;

A professora Dra. Alexandra Ayach Anache, pelas aulas tanto na graduação quanto na pós-graduação, pela orientação empreendida durante o exame de qualificação que

possibilitaram “limpar” os excessos, e da forma e conteúdo ao trabalho, que os nossos caminhos continuem a se cruzar;

Ao professor Dr. Tiago Duque, pelas conversas (não) e acadêmicas, por me apresentar à crítica pós-colonial durante o curso “Estudos Subalternos: feminismos, pós-colonial e *queer*”, pelo estímulo, pela amizade e imbricação dispensado comigo;

Ao professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, pelas discussões sobre Michel Foucault em a Hermenêutica do Sujeito;

A Ludmar, secretaria do Programa de Pós-graduação em Psicologia, curso de mestrado, pela atenção e pela ética empreendida no desenvolvimento de suas atividades;

Aos colegas do PPGPSI e PPGAS, pelos caminhos percorridos até aqui, sobretudo, a querida Iara Meireles, pela parceria desenvolvida nesses últimos dois anos, sua força e garra me motiva; a Regi Moraes, por se mostrar tão disposta a contribuir e aprender, que você também possa contar comigo durante o seu caminhar, sobremaneira nos dias não tão ensolarados, e a Carla Souza pelas conversas e debates sobre os nossos projetos de pesquisa;

Ao Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste – IBISS|CO, em especial, a Eliane Bittencourt, sem o seu apoio e disponibilidade esse trabalho não teria sido realizado, também aproveito para agradecer a Lidiane Borges e Nathalia Ziê, pela escuta e parceria diária que enriquece o nosso trabalho;

A Agrado, Lola, Vera Cruz, Paqueta e Zahara, por aceitarem participar dessa pesquisa, por (com)partilharem de suas narrativas tão potentes e (trans)formadoras em tempos de temerosos e sombrios;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida no segundo ano desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa trouxe o corpo como elemento principal para compreensão dos processos de constituição e (trans)formação de gênero das travestis. O objetivo foi analisar as representações sociais sobre o processo de (TRANS)formação de gênero elaborados pelas travestis que atuam nos territórios de prostituição na cidade de Campo Grande – MS. Para tanto, fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais sistematizada por Serge Moscovici e Denise Jodelet, apoiando-se no conceito de gênero sob a perspectiva dos estudos feministas e *queer*. Compreende-se as travestis a partir dos estudos proposto pela Teoria *Queer*, de que tanto o gênero quanto o sexo são categorias que podem não ter correspondência direta, mas, em constante relação e desconstrução. O corpo é considerado componente central de constituição do gênero e da subjetividade dessas travestis mediados por aspectos históricos e sociais que corroboram à manutenção de normas e valores que alicerçam as relações, os códigos simbólicos e culturais, produzindo sentidos e significados sobre o masculino e o feminino. Para a coleta de dados utilizou-se o método de observação dos territórios e a realização de entrevistas individuais semiestruturadas realizadas com 5 travestis em contextos de prostituição em Campo Grande – MS, entre os meses de novembro e dezembro de 2017, trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa. A organização dos conteúdos do discurso possibilitou agrupar as categorias em um eixo temático, referenciando-se em Laurence Bardin. A análise expôs que as participantes da pesquisa representam (trans)formam o gênero, e por meio do corpo, e os meios que se utilizam para isso, se dá pela batalha, pela aprendizagens e pela violência. Nesse sentido, representam a batalha como um local de produção de violência e exclusão, contudo, o ganho financeiro auxilia no processo de construção desse corpo; o que também pode ser identificado em aprendizagens dos diferentes espaços e instituições que reforçam estigmas e padrões normativos do que é ser feminino, mulher, travesti, normal e patológico; o que se revela a partir das práticas de violência e exclusão. Conclui-se que as essas travestis, apesar de transgredirem as normas de gênero e sexualidade ao (trans)formar seus corpos encontram-se envolvidas em representações hegemônicas do que é ser feminino e/ou masculino. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, estão com esses corpos construindo novos significados do que é ser feminino e masculino, e nesse sentido, contribuem para a transformação da realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis. Teoria das Representações Sociais. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

The present study had as main objective the understanding of the processes of constitution and gender transformation of transvestites. The gender was analyzed as social representations about the process of gender formation elaborated by the transvestites who work in the prostitution territories of the city of Campo Grande - MS. To do so, it is based on the Theory of Social Representations systematized by Serge Moscovici and Denise Jodelet, relying on the feminist and queer studies. Understanding as transvestites from studies selected by Queer Theory, of what is as important as sex are the categories that are not directly compatible, but in relation and deconstruction. The body is a central factor in the constitution of gender and submission to travestis mediated through historical and social aspects that corroborate the maintenance of norms and values that regulate relations, symbolic and cultural codes, the production of meanings and meanings about the male and female. For the collection of data, the method of observation of the territories and research of semi-structured individuals with 5 transvestites in contexts of prostitution in Campo Grande, MS, between November and December of 2017 was used. Thus, a qualitative research. Content classification may include categories as categories in a thematic topic, referenced in Laurence Bardin. The analysis exposes the research questions to form the genre, and through the body, and the means of using it, for society, for socio-learning, and for violence. In this sense, it represents a battle as a place of production of violence and exclusion; however, the financial gain helps in the process of organization of the body; what can also be identified in socio-learnings of the different spaces and institutions that reinforce stigmas and normative standards is female, female, transvestite, normal and pathological; which reveals practices of violence and exclusion. It is concluded that these transvestites even transgress the standards of sexuality and sexuality (trans) and their participation in hegemonic representations of the feminine and / or masculine being. At the same time, paradoxically, bodies are constructing new meanings that are feminine and masculine, and in this sense, they contribute to a transformation of social reality.

KEYWORDS: Travestites. Social Representations Theory. Gender. Sexuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Eixo Temático: (TRANS)formação de gênero.....	66
Figura 02	Representação social sobre a categoria batalha, 2018.....	68
Figura 03	Representação social sobre a categoria aprendizagens.....	74
Figura 04	Representação social sobre a categoria violências.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Categorização das produções encontradas.....	25
Quadro 02	Caracterização das participantes da pesquisa, 2017.....	50
Quadro 03	Organização do eixo temático e das categorias de análise de conteúdos, 2018.....	65
Quadro 04	Categoria Batalha.....	68
Quadro 05	Categoria aprendizagens.....	75
Quadro 06	Categoria Violências.....	82

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETREMI	Centro de Triagem ao Imigrante
CENTROPOP	Centro de Referência de População de Rua
GENPSI	Grupo de Estudo Gênero e Psicologia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBISS CO	Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável Centro Oeste
OSC	Organização da Sociedade Civil
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV Aids no Brasil
USP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – A VISIBILIDADE DA TRAVESTI NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL.....	21
1.1 Travesti, Travestilidades e Travestismo.....	21
1.2 A Travesti no Contexto da Teoria <i>Queer</i>.....	28
CAPÍTULO II – A METODOLOGIA: ARTICULAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	41
2.1 A Teoria das Representações Sociais.....	41
2.2 Sobre o Campo.....	48
2.2.1 As participantes.....	49
2.2.2 A observação na categorização das participantes.....	52
2.2.3 A coleta e organização dos dados.....	62
2.2.4 A categorização e análise de conteúdos.....	63
2.2.5 Análise de conteúdo.....	64
2.2.5.1 Eixo temático: (TRANS)formação de gênero.....	66
CAPÍTULO III – “UMA MENTE FEMININA NUM CORPO MASCULINO”: ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS NA CONSTITUIÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRAVESTIS.....	67
3.1 Batalha.....	68
3.2	74
Aprendizagem.....	
3.3 Violências.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Picumã,
cílios de garota,
prótese, eu quero prótese,
neca,
Pirelli,
edi,
e unha de boneca.
Corpo de pajubá,
travestilidade comunica,
travestilidade comunista.
Literatura do corpo, Ika Eloah, 2017.

Os chamados estudos de gênero e sexualidade vem tencionando desde a década de 1960 preconceções construídas historicamente, que ditam normas e condutas, de como os sujeitos devem vivenciar o gênero e a sexualidade, calcado em valores universais e naturais, que acabam por excluir e invisibilizar, aqueles e aquelas que não correspondem e/ou alimentam a lógica esperada.

São ilustrativas, a esse respeito, as múltiplas produções acadêmicas, discussões e proposições que vem ocorrendo desde essa época. Como destaca a advogada e pesquisadora Miriam Ventura “a categoria gênero foi introduzida pelos cientistas sociais a partir dos anos 1960-1970, com o objetivo de evidenciar as determinações ou os estereótipos do masculino e do feminino” (VENTURA, 2010, p. 22)

Dentre as preocupações, destacam-se os corpos dissidentes de pessoas que “transformam” o corpo, o gênero e o desejo. A existência dessa possibilidade de “transformação do corpo” do “gênero” reacende a discussão entre “natureza” *versus* “cultura”. Se, por um lado, o sexo biológico corresponde a “natureza” do corpo, o gênero, por sua vez, corresponde a “cultura”, isto é, o gênero é “construído” socialmente sobre os limites da autonomia corpórea, sexual e afetiva das pessoas que transformam o corpo e o gênero.

Para a percussora dos estudos *Queer*, a filósofa contemporânea Judith Butler, destaca que uma das propostas da Teoria *Queer*, ocorre por “uma série de práticas parodísticas baseadas numa teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua ressignificação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária” (2016, p. 12-13).

De acordo com os pressupostos da teoria *Queer*, entende-se

o [...] *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

Nesse sentido, a teoria *Queer* vem ocupando espaços e localidades em diferentes campos de atuação e análise presentes na área das Ciências Humanas e Sociais, apesar de sua insurgência advir, justamente, das teorias sociais, como Sociologia, Antropologia e Filosofia. Contudo, outras áreas, como a Psicologia, aos poucos, se aproximam de tal vertente de análise.

Como dito, nessa concepção entende-se gênero, como postula a socióloga Berenice Bento, como uma “sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” (BENTO, 2010, p. 8). Ou ainda, que o gênero não representa apenas a dimensão biológica, pelo contrário, é um “efeito performático que possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, a qual adquire uma estabilidade em função da repetição e da reiteração de normas” (ARÁN, 2006 *apud* VENTURA, 2010, p. 24).

A teoria da performatividade, como informa Butler (2016), permite desenvolver um olhar crítico e sistematizado sobre a solidificação das normas regulatórias que dão sustentação ao sistema sexo-gênero, já que tal sistema determina e dispõe dos elementos simbólicos e culturais que descrevem os atos performáticos expressos na noção de sexo, gênero e desejo. Neste sentido, considera Butler sobre tal sistema:

se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2016, p. 27).

Ou seja, o que a filósofa supõe com tal prerrogativa é, em outros termos, questionar a própria noção do sexo – de natureza universal –, como meio tal como discursivo e constitutivo de relações sociais e de poder. De acordo com esse modelo explicativo, de regulação dos corpos sexuados,

qualquer desconformidade com essas normas de gênero, como o desejo de viver como mulher, mas com uma genitália masculina, ou relacionar-se sexualmente com outra mulher sendo uma transexual, não autoriza a pessoa transexual a realizar as transformações corporais e a alterar a identidade desejada (BENTO, 2006 *apud* VENTURA, 2010, p. 25).

Para Bento, a regulação dos corpos sexuais se dá pela instituição da norma normalizadora presente no regime político da heterossexualidade compulsória, que não respeita os “trânsitos identitários” e, por isso, “transcende a capacidade de compreensão” (BENTO, 2010, p. 4). Para Vencato (2003), são várias as conceituações e situações existentes que caracterizam os corpos sexuais não inteligíveis, por exemplo, os das travestis. Vencato, ao citar a etnografia desenvolvida pelo antropólogo Hélio Silva, no Rio de Janeiro, em meados da década de 1990, destaca sobre a “transformação” de gênero, na fabricação do feminino: que a *“travesti não é quem se veste de mulher, é quem toma hormônio e silicone, [...] mesmo que não seja somente isso que produza o feminino”* (VENCATO, 2003, p. 199, grifos da autora).

A produção do feminino, dos corpos não inteligíveis das travestis estão a todo momento desconstruindo e demarcando trânsitos, estabelecendo fronteiras com o sistema sexo-gênero. Por travesti entende-se à partir do campo do antropólogo Marcos Benedetti (2005), que por sua vez, apresenta a distinção dentro o universo trans, as possíveis diferenças e diferenciações entre essas duas expressões de identidade de gênero.

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. Em contraste, a principal característica que define as transexuais nesse meio é a reivindicação cirurgia de mudança de sexo como condição *sine qua non* da sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social (BENEDETTI, 2005, p. 18).

O que se explicita frente aos dados de Benedetti (2005), uma universalização de como vinha sendo denominado e explicado as pessoas travestis e transexuais. Observa-se que, tanto as travestis quanto as transexuais foram e em alguns casos ainda são reduzidas a questão genital. Se por um lado as travestis convivem harmoniosamente com o genital, as transexuais, por sua vez, não. Reduzir as experiências de gênero ao genital, é perder o movimento e a singularidade dos processos. O que demonstra que é substancial reconhecer a dimensão subjetiva de cada um.

Mas, também, ao mesmo tempo, recorre-se a tal sistema para construção e “transformação” de gênero, igualmente em virtude do nosso processo de socialização e internalização da realidade, que insiste em naturalizar o sexo biológico e atrelar a essa noção

um gênero simétrico. Ou seja, “a produção do feminino seria um processo contínuo, uma luta cotidiana contra os traços/excessos masculinos, *que sempre dão um jeito de aparecer*” (VENCATO, 2003, p. 199 – grifos da autora).

O que por sua vez contribuem para a fecundação deste estudo. Ao considerar a proposição de investigar, a partir da psicossociologia do conhecimento de Serge Moscovici como vão sendo constituídos e construídos as relações de gênero, as experiências vivenciadas pela sexualidade dessas travestis por meio de suas representações sociais sobre o que é ser homem ou mulher, e quais elementos simbólicos estão instituídos nesse processo de “transformação” de gênero.

Cabe destacar, que esse estudo nasce das experiências não-trans deste pesquisador a partir da sua implicação profissional, primeiramente como estagiário em psicologia (2014-2016) e, posteriormente, como psicólogo (2016), bem como do início profissional no Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste – IBISS|CO¹, uma organização da sociedade civil – OSC voltada a atuar em projetos de intervenção, ações, capacitações e consultorias na perspectiva dos Direitos Humanos como premissa básica.

O primeiro contato com travestis, profissionais do sexo ocorreu no ano de 2014 a partir da experiência no projeto *HIV Young Fund* (Igualdade de Saúde para todo/as), uma parceria de trabalho entre a Ong Holandesa e o IBISS|CO. O objetivo central desse projeto era identificar e compreender juntos aos grupos de profissionais do sexo cisgêneros e transgêneros, homens e mulheres as principais violações sofridas e vividas neste contexto de prostituição na cidade de Campo Grande – MS.

Posterior a tal experiência, no ano de 2016, o IBISS|CO, ao submeter o projeto “Direito de Ter Direitos” ao edital de chamamento público do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV e Hepatites Virais – DIAHV para compor juntamente a outras OSC do país as ações de prevenção à estratégia de prevenção intitulada de “Viva Melhor Sabendo” – VMS². Que tem por principal foco a testagem rápida do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) via fluído oral (saliva) em população-chave (OLIVEIRA; NOLASCO, 2017). Segundo destaca o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) considera por

¹ Criado em 1993, o IBISS|CO é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, que se tornou autônoma em 2000. Sua atuação foi fundamental para dar origem a debates e fortalecer organizações que hoje lutam por direitos, especialmente na região Centro-Oeste brasileira e nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Conquistou espaços estratégicos, com ações locais, regionais e internacionais, sempre com olhar da sociedade civil, comprometido com os grupos em situação de vulnerabilidade e discriminação.

² Trata-se da execução pelo IBISS|CO do projeto Viva Melhor Sabendo idealizado pelo Ministério da Saúde via Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle de IST, do HIV Aids e Hepatites Virais, por meio de ações destinadas a promoção e prevenção de políticas de saúde com vistas ao diagnóstico precoce ao HIV em populações-chave e populações prioritárias.

populações-chave os “subgrupos populacionais com maior chance de exposição ao HIV e transmissão do vírus” (UNAIDS, 2015).

Para a antropóloga Greciane Oliveira, integrante do IBISS|CO e do projeto mencionado, as ações de prevenção vêm sendo desenvolvidas pelas OSC desde 2013 (OLIVEIRA; NOLASCO, 2017). Outro dado relevante sobre o projeto supracitado, isto é, “Viva Melhor Sabendo”, é uma forma de dar visibilidade quanto à sorologia e a efetividade do tratamento para cada pessoa, tendo como principal estratégia de atuação a metodologia de educação entre pares, além do estabelecimento de parcerias entre o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV e Hepatites Virais – DIAHV e OSC.

Com o ingresso no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, na linha de pesquisa “Psicologia e Processos Educativos” busquei compreender a partir das experiências juntos as travestis que compõem o *corpus* teórico e a práxis das ações de prevenção da estratégia de prevenção do VMS, a constituição da subjetividade e, por conseguinte, de suas representações sociais sobre o corpo e gênero dessas travestis.

É, nesse contexto, de atuação e pesquisa que nasceu esta dissertação intitulada de “Dar a cara a tapa: a (trans)formação de gênero das travestis”, afinal, trata-se aqui, compreender apoiado na Teoria das Representações Sociais os elementos fundantes do pensamento e constituição dessas travestis, como elas simbolizam e representação a realidade social, o que por sua vez, contribui para a identificação e produção de sentidos e significados sobre determinado objeto e/ou fenômeno social, sem perde de vista, as normas, costumes e sistemas culturais. Nas palavras do psicólogo Ricardo Vieralves de Castro,

as representações sociais são tanto conservadoras como inovadoras, estruturadas com uma lógica singular que permite determinado grupo social compreender o mundo que o rodeia e lidar com os problemas que nele identifica. É, pois, um saber que organiza um modo de vida e que, por isso mesmo, adquire dimensão de realidade (CASTRO, 2011, p. 7).

Assim, este estudo, como já mencionado, buscou analisar os processos de (trans)formação de gênero constituídos por essas travestis. Tendo como pano de fundo, a realização das ações de prevenção, em função da atividade profissional realizada junto ao IBISS|CO. O que por sua vez, contribui para conhecer o contexto social e, as participantes desse estudo.

Em se tratando das questões teórico-metodológico, o estudo aposta no referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais – TRS para identificação e

compreensão das práticas subjetivas, corporais, afetivas e emocionais que interlaçam a subjetividade delas, afinal, caracterizar em meio as suas vivências e experiências os processos culturais, sociais e educativos – formais e informais, na constituição do corpo e do gênero de Agrado, Lola, Paquita, Zahara e Verca Cruz, que serão devidamente apresentadas no capítulo II.

Consequentemente, fazendo jus aos objetivos empregados a linha de pesquisa “Psicologia e Processos Educativos”, e aqui, entende-se por processo educativo os inúmeros contextos de produção de subjetividades. Unido a isto, tem-se na TRS, proposta por Moscovici a possibilidade de conhecer, identificar e compreender as práticas discursivas de grupos e/ou indivíduos sobre determinado objeto de investigação, pelo compromisso em desvelar os fenômenos e processos sociais que compõe os sentidos e significados humano.

Como destaca o autor, sobre as representações sociais, trata-se:

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2015, p. 21).

Segundo a psicóloga Ângela Arruda, a TRS “[...] tem fundas raízes na sociologia, e uma presença marcante na antropologia e na história das mentalidades” (2002, p. 128), mas, sobretudo, pela sua posição crítica em considerar os elementos que constituem a sociedade marcadamente pela forma como a realidade social e subjetiva é constituída. Além de trata-se de uma teoria calcada em uma perspectiva psicossocial, como sugere a autora:

A psicologia social aborda as representações sociais no âmbito do seu campo, do seu objeto de estudo – a relação indivíduo-sociedade – e de um interesse pela cognição, embora não situado no paradigma clássico da psicologia: ele reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos (ARRUDA, 2002, p. 128).

De modo que pensar os conceitos, categorias, como por exemplo, sexo, gênero e sexualidade, ou mesmo as teorias emergentes (ARRUDA, 2002) que contribuem para a instituição de novos paradigmas, como presente no conceito de gênero abordado aqui a partir do que considera Bento (2006). Ou ainda, como pressupõe a perspectiva pós-estruturalista que orienta os estudos feministas e *queer*.

O gênero só existe na prática, na experiência e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal, são atos que fazem o gênero. Que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Também os/as homens/mulheres biológicos/as e fazem na repetição de atos que se supõe que sejam os mais naturais. A partir de uma citacionalidade de uma suposta origem, transexuais e não transexuais igualam-se (BENTO, 2006, p. 228).

Nessa direção, segundo o sociólogo Richard Miskolci, as contribuições das teorias pós-estruturalistas, como a teoria *queer*, aponta as fissuras entre natureza-cultura, vai além das teorias construtivistas, uma vez que, “[...] desnaturalizou as identidades e os corpos” (MISKOLCI, 2005, p. 09). O que em sua análise contribui para novos campos teórico-metodológico para compreensão dos sujeitos sexuais. Tal paradigma rompe com a premissa do “[...] binarismo natureza/cultura, ou seja, por refutar uma base biológica neutra (natural) sobre a qual construir-se-iam as identidades. Não é possível isolar a natureza nem definir onde começa a cultura” (MISKOLCI, 2005, p. 09).

A proposição que deve estar em prioridade é a de investigar os corpos a partir do seu processo histórico-cultural. Nádia Pino (2007) destaca que se “[...] problematize as identidades por meio de uma reconstituição e análise das experiências dos sujeitos em questão permite problematizar não as identidades, mas os processos sociais envolvidos em sua construção” (PINO, 2007, p. 151). Quer dizer, todo esse processo revela relações desiguais entre os gêneros masculinos e femininos, o que reitera a matriz de inteligibilidade cultural presente no regime da heterossexualidade compulsória.

Por fim, esta dissertação se organiza em 3 capítulos que serão explicitados abaixo. Na introdução apresenta-se o problema de pesquisa, a justificativa e os elementos significados relevados pelo caminho da pesquisa. Em seguida, seguem-se os capítulos I, II e III.

No capítulo I, “**A visibilidade da travesti na pesquisa científica no Brasil**” expressa os principais trabalhos entre teses, dissertações e artigos científicos identificados no âmbito das Ciências Humanas e Sociais sobre 3 descritores: travesti, travestilidades e travestismo.

No capítulo II, “**Articulações teórico-metodológico**” discorre acerca dos procedimentos teóricos-metodológicos sobre o desvelar da pesquisa percorridos no desenvolvimento deste estudo.

No capítulo III, “**Uma mente feminina num corpo masculino: sentidos e significados na constituição das travestis**” caracteriza-se por apresentar, por meio das práticas discursivas os elementos significativos que dão indícios de representações sociais sobre os processos de (TRANS)formação de gênero das travestis.

CAPÍTULO I – A VISIBILIDADE DA TRAVESTI NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

*Olha quem é ela,
homem ou mulher,
todos vêem,
mas não sabem
identificar
por causa do corpo
e a meio mistura
que há nela:
homem e mulher,
o que ela quiser,
foda-se quem não acredita.*
Quem é ela, Patricia Borges' da Silva, 2017.

Este capítulo, “**A Visibilidade da Travesti na Produção Científica no Brasil**”, tem por objetivo apresentar as pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* dos cursos de mestrado e doutorado e os artigos científicos desenvolvidos no Brasil, no período entre 2010 e 2016, acerca da produção acadêmica relativa à temática. Em sequência, apresenta-se, também, a contribuição do pensamento pós-estruturalista com referencial *Queer* para a compreensão dos estudos sobre a travesti no contexto desta pesquisa.

1.1 Travesti, Travestilidades e Travestismo

Em busca de dar maior visibilidade à produção acadêmica no Brasil acerca dos corpos dissidentes das travestis, foram selecionados 3 bancos de dados que reúnem em suas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD), e artigos científicos de grande veiculação no Brasil. É sabido da existência de outras bibliotecas e/ou plataformas científicas que não foram contempladas aqui, contudo, a escolha por essas 3 deu-se em função do significativo acesso e disseminação no meio acadêmico, entre docentes e discentes. Nesse sentido, as bibliotecas escolhidas foram a da Universidade de São Paulo (USP); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e a *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*. Após a escolha das bibliotecas mencionadas, passou-se a fase de seleção dos descritores de busca. Optou-se pela utilização de 3 descritores comumente conhecido no campo das Ciências Humanas e Sociais quando se refere aos estudos de gênero e sexualidade, tendo como sujeitos

à travesti. Os descritores aqui utilizados serão travesti, travestilidades e travestismo. Cabe destacar que o sufixo ismo destacado na palavra “travestismo” já não é mais usado, inclusive, existe hoje, no Brasil e no mundo, um intenso diálogo frente a despatologização das identidades de gênero trans – travestis e transexuais, por exemplo. Apesar disso, como descrevem as pesquisadoras, no âmbito da psicologia:

não faz muito tempo que as experiências travestis e transexuais tornara-se temáticas para as pesquisas brasileiras. É possível identificar que as categorias “travesti”, “travestismo” e “travestilidades” – recorte específico deste artigo – passaram a ser visitadas com mais frequência por pesquisadores das ciências sociais e da antropologia a partir de 1990, sendo detalhadas em diários de campo durante incursões etnográficas por bairros de periferia, boates, praças, pensões e territórios de prostituição de diferentes capitais brasileiras (Benedetti, 2000; Kulick, 1998; Silva, 1993). Neste período, há um crescente e produtivo interesse de pesquisadores pelo tema na seara dos estudos de gênero e sexualidades. (AMARAL; SILVA; CRUZ; e TONELLI, 2014, p. 302).

Centrar a busca de pesquisa voltada para o campo da Psicologia destaca o desejo em esmiuçar o que vem sendo discutido sobre a temática, em diferentes perspectivas teóricas nos últimos anos. Considerando os estudos sobre as travestis entre os anos de 2001 e 2010 as pesquisadoras Amaral, Silva, Cruz e Tonelli (2014) destacam que o índice da maior produção sistemática na área da Psicologia refere-se aos anos de 2008 e 2009, sobretudo, na subárea da Psicologia Social com o foco na intervenção.

Tal como discute Duque (2012) o termo “travestilidades” revela a multiplicidade das experiências travestis. Ao passo que os descritores também se fizeram presentes no diálogo com o problema de pesquisa, as travestis, profissionais do sexo, que constituem seus corpos, mediante processos culturais, sociais e históricos que demarcam profundamente a constituição subjetiva.

No levantamento da produção científica foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a delimitação do período de busca dos estudos, aqui, compreendido pelos últimos 6 anos de publicações sobre a temática; os descritores chave para busca inicial; a seleção pela grande área do conhecimento, como o campo de estudo das Ciências Humanas e Sociais na área da Psicologia. Depois de constituído a seleção das produções selecionadas nas três Bibliotecas, buscou-se pela apuração dos trabalhos que dialogassem com o problema e objeto de investigação nesta pesquisa. Após essa fase, notou-se que o número de trabalhos se mostrou inferior em se tratando do quantitativo expressivo na busca inicial.

Após a seleção dos trabalhos passou-se a fase de leitura dos resumos formando 7 áreas temáticas. As temáticas mais evidentes em se tratando do objeto de investigação são: a

Transformação de Gênero; Medicalização e despatologização de identidades trans; Direitos Humanos e Legislação; Escolarização; Diversidade Sexual e de Gênero; Travesti, Travestilidades e Travestismo; e Violências e Estigmas.

O levantamento bibliográfico na base de dados do portal da CAPES possibilitou que fossem encontradas 397 produções, entre 91 teses e 290 dissertações sobre o descritor travesti. Em sequência, com o descritor travestilidades foram identificadas 26 produções, sendo 22 dissertações e 4 teses, por fim, com o descritor travestimo foram encontradas 23 trabalhos, 19 dissertações e 4 teses.

Dos 397 trabalhos encontrados na etapa inicial sobre o descritor travesti, 11 foram selecionados com base nos critérios, não sendo selecionada nenhuma tese. Das 26 produções sobre travestilidades apenas 1 tese foi selecionada. Em se tratando do descritor travestimo não foram identificados nenhum trabalho que aferisse sobre a temática. As produções são do campo da Psicologia, tendo como referencial teórico-metodológico a Teoria Psicológica Sócio Histórica e Histórico-Cultural apoiado em Vygotsky e as Teorias pós-estruturalista e *Queer*, calçadas no pensamento de Michel Foucault e Judith Butler. Dos 11 achados, 5 trazem em no resumo a descrição do campo da Psicologia Social, sendo: Amaral (2012), Rosa (2012), Duque (2015), Vasconcelos (2015), e Ferreira (2016). Os demais, Pereira (2010), Sampaio (2013), Barros (2014), Pereira (2015) e Brandão (2016) fazem menção a área de conhecimento sendo a Psicologia na perspectiva pós-estruturalista e *queer*, e Holanda (2016) do campo da Psicologia e Saúde do Desenvolvimento. A tese de Lomando (2014) sobre as travestilidades engendra-se no campo da Psicologia Social e Institucional tendo como base de análise, também, os estudos *queer*.

Na biblioteca virtual de teses e dissertações da USP foram identificadas com o descritor travesti cerca de 16 produções. Contudo, ao seguir os critérios de inclusão, como o período entre 2010 e 2016, assim como as produções voltadas para a Psicologia, foram identificadas 4 produções acadêmicas 1 dissertação Galli (2013) sobre os roteiros, práticas sexuais e afetivas de travestis e transexuais, tendo como referencial teórico a psicanálise.

O estudo de Davi (2013) aponta para o processo de constituição do corpo e da subjetividade das travestis localizado no pensamento de merleau-pontyana. Em Moscheta (2011) com enfoque na questão da assistência e saúde de pessoas travestis e transexuais e Busin (2015) das inúmeras vulnerabilidades que delineam os corpos de travestis, profissionais do sexo, em decorrência, sobretudo, das violências e dos estigmas em ser travesti e prostituta, ambos, as produções utilizam-se do construcionismo social fazendo assim uso da epistemologia crítica do arcabouço pós-estruturalista. No banco de dados da *Scientific Electronic Library On-*

line (SciELO) retomou-se os mesmos procedimentos realizados anteriormente. Diferentemente das bibliotecas da USP e CAPES, a *Scielo* concentra em seu acervo artigos científicos e/ou resenhas de livros. Com o descritor travesti foram identificados no primeiro momento cerca de 44 artigos, após o filtro, o número caiu para 5, sendo que, destes, 3 são da área da Psicologia Social: Amaral *et al.* (2014) – que estiveram presentes na busca pelos três descritores – realizaram uma revisão sistematizada sobre os descritores elencados; Siqueira (2012) sobre as cartografias e os prazeres nômades nas experiências de subjetivação de travestis; e, Próchino e Godoy (2011) sobre os jogos dos nomes como artefato dos processos subjetivos de travestis. Já na área da Psicologia encontraram-se 2 produções de teóricos(as) do campo das Ciências Sociais, contudo, ao buscar, ambos estavam alocados também na área temática da psicologia, sendo eles: Duque (2012), que trouxe à luz reflexões metodológicas e teóricas das travestis adolescentes em seu morrer, nascer e virar travesti; e, Oliveira e Grossi (2014) que, ao resenhar a tese do doutor em ciências sociais, problematizaram a invenção da categoria travesti e transexual. Todos os trabalhos elencados optaram pela corrente pós-estruturalista presente na Teoria *Queer*.

Em se tratando do descritor travestilidades, inicialmente foram encontrados 6 trabalhos, sendo que, com os filtros e as repetições, restaram 4: Amaral *et al.* (2014) e Peres (2012), já citados, além de Longaray e Ribeiro (2016), que se centraram no processo de constituição do sujeito em Michel Foucault, e Lomando e Nardi (2013) sobre casamentos, uniões e afetos das travestis, apoiados no referencial *Queer*. Com o descritor travestismo foram identificados 35 trabalhos, contudo em diferentes línguas estrangeiras (inglês e espanhol), sendo os de língua portuguesa apenas 14. Desses 14 apenas, 1 passou pelo filtro de busca, qual seja: o trabalho de Barcinski (2012) que apresenta a experiência da homossexualidade feminina no encarceramento de mulheres, também apoiado no referencial *Queer*. A seguir está apresentada a síntese das produções elencadas e suas respectivas categorias produzidas a partir da leitura dos resumos e dos trabalhos.

Quadro 01 – Categorização das produções encontradas.

BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Transformação de Gênero	
Temática	Centra-se em analisar as produções que destacam a constituição do corpo da travesti mediante os processos culturais e sociais hegemônicos que confrontam os paradigmas essencialistas na constituição do gênero travesti.
Autores/as	Pereira (2010), Amaral (2012), Rosa (2012), Duque (2015), Vasconcelos (2015), Ferreira (2016), Longaray e Costa (2016), Barcinski (2012), Davi (2013) e Duque (2012).
BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Medicalização e (Des)patologização das Identidades Trans	
Temática	Centra-se em analisar as produções que destacam como as normas sociais e culturais confluem para a negligência na negação ao acesso das políticas públicas de saúde para a população de travestis e transexuais no Brasil.
Autores/as	Moscheta (2011), Sampaio (2013), Brandão (2016) e Holanda (2016).
BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Escolarização	
Temática	Centra-se em analisar as produções que destacam o caminho percorrido (ou não) que culmina na desistência e/ou exclusão desse grupo social dos processos de socialização formal educacional.
Autores/as	Barros (2014).
BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Direitos Humanos e Legislação	
Temática	Centra-se em analisar as produções que destacam o papel dos dispositivos jurídicos e legais na validação dos direitos humanos a todas as pessoas.
Autores/as	Pereira (2015).
BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Diversidade Sexual e de Gênero	
Temática	Centra-se em analisar a produção discursiva acerca do fenômeno da transexualidade sob o viés dos aspectos biológicos, médicos, psicológicos e sociais com vistas a problematizar os dispositivos normativos que orientam a (des)construção dos conceitos de sexo, gênero e desejo.
Autores/as	Lomando (2014) e Lomando e Nardi (2013).
BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Travesti, Travestilidades e Travestismo	
Temática	Centra-se em analisar as produções que destacam a revisão de literatura acerca da temática deste estudo.
Autores/as	Amaral <i>et al.</i> (2014) e Oliveira e Grossi (2014).
BIBLIOTECAS: CAPES, USP e SCIELO	
Violências e Estigmas	
Temática	Centra-se em analisar as produções que trazem à tona a prostituição marcada por casos de violências e estigmas na constituição da subjetividade de travestis.
Autores/as	Busin (2015), Próchino e Godoy (2011) e Galli (2013).

Fonte: Nolasco (2018).

Os chamados estudos sobre a “transformação de gênero”, no campo das Ciências Sociais, desde o seu primórdio, tiveram suas primeiras etnografias sobre as travestis e prostituição, como demarcado nos trabalhos de Silva (1993), Benedetti (2005) e Kulick (2008),

uns dos primeiros pesquisadores a se aventurarem pelo Brasil a conhecer e tecer narrativas de vida dessas travestis nos espaços de prostituição, na forma como compreendiam o corpo, o gênero e suas relações. Tais pesquisas, diferentemente de outras áreas como Psicologia e Medicina, não viam as dissidências de gênero e sexualidade dos corpos sexuados de travestis e transexuais como patologias, produzindo, assim, violências e estigmas.

Talvez seja por isso que o maior número de trabalhos encontrados na busca dialogue no campo da psicologia social e, em seguida, no campo da saúde. Como identifica Brandão (2016, p. 50), “deve-se pensar que a produção das identidades trans como patológicas e universais restringidas a critérios de testabilidade e verificação, descritos nos manuais de classificação e diagnóstico”.

Tal concepção se sustentou ao considerar a relação sexo e gênero como correspondentes e universais, o que fazia com que as pessoas travestis e transexuais não se encaixassem nesses valores, produzindo, então, corpos sexuados patologizados e não inteligíveis. Com o advento dos estudos de gênero, a partir da década de 1960, caminhou-se para perceber a diferença entre essas duas categorias, gênero e sexo, segundo valores e significados históricos e culturais (AMARAL, 2012); tão culturais que, até a noção de sexo, passou a ser questionada e refutada (BUTLER, 2016).

Um dos grandes teóricos e percussores em pensar uma “História da Sexualidade” como um dispositivo de regulação dos corpos sexuados, foi o filósofo Michel Foucault. Segundo o autor,

a questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a coloca-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso (FOUCAULT, 1988, p. 76).

Não se trata aqui, esmiuçar o pensamento tão complexo e múltiplo do autor, mas, o que cabe é pensar, a partir da sua provocação, como a sexualidade em sua obra, torna-se um dispositivo de regulação das normas simbólicas, históricas e culturais dos corpos sexuados, e nesse sentido, uma nova dimensão se abre para compreensão do sexo e do gênero, e dos modos como os sujeitos transitam e tencionam os seus corpos sexuados (PEREIRA, 2010).

A própria ideia de interseccionalidade atravessava a categoria gênero e articulava a outros marcadores sociais do sujeito, bem como pressionavam o campo de estudos do feminismo a reconhecer o caráter social e não biologizante da sexualidade, ou seja, a desnaturalizar e desessencializar a categoria mulher. Pensar nesse deslocamento nos possibilita incluir mulheres travestis e transexuais como sujeitos do feminismo, como mais uma nuance interseccional que chama o campo de estudos feministas a discutir

pautas referentes a essas mulheres que, anteriormente, estavam excluídas dos estudos feministas mais clássicos (BRANDÃO, 2016, p. 15).

De acordo com o pensamento de Brandão, vale destacar o surgimento da Teoria *Queer*³ busca tencionar o sistema que produz os binarismos existentes entre sexo, gênero e desejo, busca-se com tal perspectiva problematizar as discussões identitárias, tencionar a produção dos corpos baseados na noção de natureza x social. Busca-se entender a fabricação dos corpos sexuados a partir de normas, valores e convenções que atuam sobre os significados e que organiza todo um sistema normativo de regulação dos corpos sexuais.

Tal organização atua diretamente nos processos de constituição subjetiva dos indivíduos em sociedade. Ao determinar padrões de comportamentos, aqueles ou aquelas que não correspondam as normas simbólicas e culturais ou mesmo, os regimes previstos na heterossexualidade compulsória, são estigmatizados e violentados (PRÓCHINO; GODOY, 2011). Ou como destaca Arruda “tanto o pensamento feminista quanto o moscoviciano atacam o postulado da redutibilidade, que proclama um modelo único de racionalidade e menospreza as demais” (ARRUDA, 2002, p. 117).

A articulação entre o pensamento feminista, da concepção de gênero e o pensamento advindo da perspectiva psicossocial moscoviciano presente na Teoria das Representações Sociais (TRS) atuam de modo a servir de instrumento para outros campos de atuação e intervenção. Como destaca, Silvia Lane (1993), a TRS foi de extrema importância para a crítica ao pensamento burguês e reducionista da época, principalmente, no desenvolvimento de uma psicologia preocupada com a sua realidade objetiva e material.

Do mesmo modo que é revolucionário, por trazer à luz, novas abordagens e perspectivas de ação. Desse modo, trata-se de duas teorias emergentes (ARRUDA, 2002), e transformadoras, justamente por buscar atuar frente aos paradigmas dominantes.

Não é à toa que dos trabalhos elencados no campo da Psicologia com interface seja na psicologia social, seja na saúde. Utilizam-se como arcabouço teórico e metodológico a epistemologia pós-estruturalista presente no pensamento *queer*. Tal teoria parte do entendimento de um projeto político crítico, busca ir além do que está dado, busca compreender os fenômenos e sua constituição para a transformação das relações de poder entre os gêneros.

Diante disso, considera que o sistema simbólico pautado na matriz da heterossexualidade compulsória atua junto “a legitimação do modelo heterossexual como uma norma regulatória das relações sexuais e de gênero na sociedade ocidental contemporânea, que

³ No próximo subitem “Pensando a travesti no contexto da Teoria *Queer* tal preposição será melhor explorada.

se torna uma imposição ao invés de ser uma entre tantas formas de viver a sexualidade” (COLLING; PIRAJÁ, 2011, p. 513).

Ou seja, buscar compreender a partir da produção acadêmica dos últimos 6 anos no campo da psicologia, é investigar a produção de saberes entre a construção e a desconstrução do gênero das travestis. Apoiado em representações sociais produzida por valores e normas que se materializam nas relações constituídas neste sistema inteligível, de produção dos corpos de homens e mulheres, masculinos e femininos normativos.

Apesar da insuficiência de trabalhos no campo da psicologia com referencial *queer* o seu diálogo com a teoria das representações se faz possível, pois como esclarece Denise Jodelet “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002, p. 22). Bem como, a relação constituída e que orienta a vida de homens e mulheres na sociedade. São baseadas em conhecimentos, significados e valores construídos historicamente que produz corpos sexuais de homens e mulheres de modo a essencializar e universalizar os sujeitos.

“É interessante situar aqui os fenômenos, eventos ou ideias que se constituem em objeto de representação, bem como os processos pelos quais as representações sociais são fabricadas pelo sujeito e os conteúdos ou conhecimentos por eles elaborados” (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2011, p. 147).

Dito de outra forma, as representações sociais sinalizam a produção simbólica da realidade, e desse modo, atinge a todos os objetos e sujeitos sociais. Pois, cada objeto-sujeito, produz representação social de algo ou alguma coisa para simbolizar a realidade.

1.2 A Travesti no Contexto da Teoria *Queer*

A historiadora Joan Wallach Scott publica em 1986, com tradução no Brasil em 1995, o celebre artigo “**Gênero: uma categoria útil para análise histórica**” no qual discute e provoca para as questões das diferenças sexuais, entre homens e mulheres. Apoiada na epistemologia pós-estruturalista, sobremaneira, instigada pelo pensamento do filósofo e historiador Michel Foucault, Scott (1995), propõe, pensar o conceito de gênero de modo a revelar as relações de poder que hierarquiza as relações sociais entre homens e mulheres, que são construídas historicamente e revelam significados culturais sobre os corpos sexuais de homens e mulheres.

A origem do termo “gênero” apareceu sistematicamente para demonstrar oposição ao sexo, em 1968 no estudo do médico Robert Stoller, ainda que considerava gênero associada aos

processos e condições do corpo biológico. Para a socióloga marxista Heleieth Saffioti, a filósofa Simone de Beauvoir em seus trabalhos se aproximou do conceito de gênero, ou melhor, da ideia de gênero, sem nomeá-lo de tal modo (DANTAS, 2016).

Por sua vez, Scott no artigo mencionado desenvolve a historização acerca da disseminação dos estudos e grupos feministas acadêmicos, em diferentes correntes e perspectiva teórica. Para Scott, o movimento feminista foi – “um movimento que buscou mobilizar as mulheres, proporcionando-lhes uma história comum, experiência e interesse e oferecendo modelos exemplares para inspirar o ativismo” (SCOTT, 2012, p. 333). Ou ainda, que as “mulheres foram a preocupação explícita das feministas que começaram a se referir a gênero nos anos de 1970” (SCOTT, 2012, p. 333).

Apesar de Scott (1995) não desconstruir a noção de sexo. Em seu pensamento “o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p.7) E finaliza a autora, “o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 7). Com a inserção da pauta feminista – de gênero, em meados dos anos 1970, no meio acadêmico, em diferentes esferas das Ciências Humanas e Sociais, as psicanalíticas, as sociológicas, as antropológicas previam nesse primeiro momento compreender “[...] a noção de gênero como uma construção social que teve como objetivo analisar as relações de mulheres e homens em termos de desigualdade e poder” (SCOTT, 2012, p. 333).

A partir desse olhar frente aos corpos sexuados, começam-se a articular o conceito de gênero em diferentes níveis e campos de atuação. Para as teóricas do pensamento marxista gênero é concebido baseado nas relações do sistema patriarcal (SAFFIOTI, 2015). Para as estruturalistas, tratam-se de relações baseadas no poder (SCOTT, 1995), para as pós-estruturalistas, gênero revela a desnaturalização e correlação da tríade sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2016).

Para a socióloga Berenice Bento em seu artigo discorre acerca da “a política da diferença: feminismos e transexualidades” (2011, p. 79), no bojo de sua discussão propõe o debate pelo reconhecimento de uma política *queer*, feminista, mas sem se prender em categorias essencialistas e universais.

[...] por exemplo, não estou referindo-me a uma luta localizada em corpos de mulheres, tampouco em uma agenda que tiraria a mulher de uma situação de opressão, para ocupar o lugar dos homens. Isso não é mudança, mas alteração de posição: os

dominados tornando-se dominadores, sem alterar a estrutura de dominação (BENTO, 2011, p. 81).

Ou ainda, quando propõe o rompimento da suposta naturalidade e correlação ilusória das categoriais: mulher-gênero-feminino. Longe disso, Bento destaca a importância em se pensar essas categorias de modo desvinculado, para isso, a autora sugere que “1) o feminino não é habitado exclusivamente por mulheres e 2) o feminismo não é uma luta política exclusiva de mulheres” (BENTO, 2011, p. 95). Isto é, o que Bento problematiza com esta afirmação, em primeiro, ao desvincular as três categorias, desvincula-se a ideia de uma feminino-mulher, em seguida, não reduz a mulher, ao seu gênero, muito menos ao seu sexo, mas a noção simbólico-real de que só se é mulher se para isso for feminino e vice-versa.

Qual a relação que estou tentando estabelecer entre a produção do feminino e a questão das mulheres? Sugiro que ao se falar da mulher não se pode se derivar daí o feminino como sinônimo de mulher, ou que a mulher engloba e esgota o feminino. Esse lugar é parcialmente ocupado pelas mulheres cromossomos XX. A violência contra os seres abjetos, frágeis, identificados como femininos, não se limita à mulher. Há níveis diferenciados de inferiorização (BENTO, 2011, p. 102).

Bento destaca que, “o feminismo é uma luta política que não pode estar circunscrita aos marcos de uma identidade calcada em uma determinada estrutura biológica (BENTO, 2011, p. 105).

Posto isto, faz-se necessário pensar a tríade sexo, gênero e desejo, como analisou Butler (2016), umas das primeiras teóricas *queer*, como sendo, categorias em constante relação, mas que atuam de modo único e singular para cada sujeito. Ou seja, para alguns sujeitos, isto é, masculinos e/ou femininos, não há uma correspondência direta entre o sexo designado ao nascimento, com a identidade de gênero e a orientação sexual ou desejo, como estabelece a matriz de inteligibilidade.

Antes de aprofundar-se nas considerações de Butler, é interessante, compreender o que propõe a teoria *queer* para análise das relações sociais e sua dimensão no campo dos processos subjetivos dos corpos sexuados.

Richard Miskolci (2011), ao escrever sobre os primórdios da teoria, atenta-se para o papel político empregado a este conceito em meados da década de 90 nos Estados Unidos, primeiramente, pelo movimento ativista de *gays* e *lésbicas* em uma “[...] parada do Orgulho Gay de São Francisco” (2011, p. 37).

De forma geral, a tomada da parada *gay* pelos *queer*, em 1993, foi um marco simbólico da contestação da primeira onda do movimento homossexual norte-americano. Os *queer* criticavam a agenda anterior pautada pela afirmação do orgulho em busca do que compreendiam, na época, como “liberação sexual” e propunham a constituição

de uma política sexual mais radical ou não-assimilacionista (MISKOLCI, 2011, p. 38 grifos do autor).

Apesar da discussão *queer*, nos Estados Unidos, inicialmente, advir do ativismo político como identificou Miskolci (2011), as discussões em torno da temática, desloca-se para outros territórios, por exemplo, “[...] adentrou nas universidades e transformou tantos os estudos *gays* e lésbicos quanto o feminismo a partir do final da década de 1980” (MISKOLCI, 2011, p. 38). O que justifica sua emergência no Brasil, somente no final da década de 90 com a leitura de “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” de Judith Butler.

A porta de entrada para as discussões *queer* nas universidades brasileiras foram e vem sendo incorporadas aos poucos, mesmo quase 30 anos depois. Segundo Miskolci,

o marco de nossa incorporação criativa do *queer* pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na *Revista Estudos Feministas*, o artigo *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação*. A partir daí, o interesse por essa vertente teórica tem sido crescente e ganhando visibilidade em várias disciplinas, o que o dossiê *Sexualidades disparatadas*, publicado na revista *cadernos pagu* em 2007, já indicada (MISKOLCI, 2011, p. 38 grifos do autor).

Dito de outro modo, essa abordagem adota como premissa “[...] uma proposta que se baseia na experiência subjetiva e social da abjeção como privilegiado para a construção de uma ética coletiva” (MISKOLCI, 2011, p. 39). Ou, como propõe Miskolci e Pelúcio em outro texto, que avaliam o surgimento desta perspectiva teórico-política, para além dos estudos sobre gênero e sexualidades, mas como esta sociedade produz e reitera as normas sexuais e sociais, separando os corpos “normais” dos abjetos.

Posto deste modo entende-se gênero, como uma categoria política, pois emprega-se a partir dela, a busca por

[...] apontar e compreender os sujeitos em conflito com a ordem de gênero vigente, mas seu compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 267).

Nesse sentido, “situar a obra de Butler em relação a estas alianças teórico-políticas é essencial” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 258). Afinal, pensar as identidades a partir da sua justaposição com outros marcadores sociais, que produzem as diferenças é pensar fora dos sujeitos, como propõem as autoras e o autor, “o perigo está em atribuir aos sujeitos a capacidade heroica de se posicionarem fora das normas socialmente impostas como se fosse possível

atribuir a si mesmo uma categorização diferente daquelas disponíveis no seu contexto sócio-histórico” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 258).

É a partir disso, que o arsenal proposto por esta abordagem apresenta-se como sendo uma possibilidade de desconstrução dos valores empregados até aqui. Por exemplo, com o excerto a seguir:

se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2016, p. 26).

Pensar os corpos sexuados de pessoas que transgridem as normas de gênero, contribui para que as teorias no campo dos estudos de gênero e sexualidades, avancem na construção de valores simbólicos, morais e ideológicos que estejam em constante interação com os processos de socialização, isto é, dos aprendizados que sejam capazes de romper com o binarismo, “[...] a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2016, p. 26). Ou, que seja reduzido ao sinônimo de mulher.

Ou seja, a proposta em conceber a constituição subjetiva em uma concepção baseada em autoras e autores *queer*, como Butler, permite “[...] apontar o que pode ser modificado socialmente, mas apenas por meio de uma crítica do gênero como uma modalidade de regulação das identidades” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 258).

Isto é, “nos estudos *queer*, a questão da identidade, da unidade, foi posta em xeque e a própria estrutura do pensamento e do conhecimento é deslocada. O caráter ficcional dos conceitos mulher, *gay*, transexual, travesti foram postos em cena (BENTO, 2011, p. 89).

Como chama atenção o estudo desenvolvido por Bento (2006) – e já mencionado aqui,

por que exigir das pessoas que vivem a experiência transexual que sejam subversivas, quando também compartilham sistemas simbólicos socialmente significativos socialmente significativos para os gêneros? Será que a própria experiência já não leva em si um componente subversivo, na medida em que desnaturaliza a identidade de gênero? (BENTO, 2002 *apud* MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 259).

Isso implica em dizer que, as identidades de gênero ou as expressões de desejo “fora” dos padrões normativos não merecem ser vividos (BUTLER, 2000). Sobre isso, requer analisar o desenvolvimento da ordem compulsória acerca da tríade sexo, gênero e desejo na construção dos valores que são imputados nos processos educativos e de socialização desde a concepção dos sujeitos. Como caracterizou Bento “essas expectativas são estruturadas numa complexa

rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa” (BENTO, 2010, p. 2).

O que constata Bento em seu discurso, são os valores presentes na construção dessa matriz de inteligibilidade do que tanto mencionou Butler. Na leitura butleriana sobre a heterossexualidade compulsória, a autora assenta a sua crítica a tal matriz. Segundo Butler (2016) à matriz de inteligibilidade refere-se a ligação constante entre a norma e o sexo, ou seja, homem com pênis se relaciona afetiva e sexualmente, com mulheres e vice-versa, como se houvesse uma correlação direta e fixa entre sexo e gênero. Com isso, a função dessa matriz é conceber o gênero como sendo algo estático, fixo e binário, isto é, masculino para o feminino e vice-versa, além do que, tal estabilidade se justifica a partir das práticas sexuais heteronormativas.

Por isto, concebe-o sendo a correspondência direta entre o biológico, o histórico-cultural, e por efeito ocorre a naturalização “[...] na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual” (BUTLER, 2016, p. 44). Assim, o desejo entre pessoas do sexo oposto, denominada de heterossexualidade, passa a se tornar, referência e norma. O fenômeno denominado por Butler (2016) de heterossexualidade compulsória. Afinal,

a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível que certos tipos de “identidade” não possam “existir”- isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (BUTLER, 2016, p. 44).

Quer dizer, o regime político presente na consolidação da heterossexualidade compulsória, implica pensar unicamente sobre os corpos dissidentes como “anormal” “fora” da norma universal. Pensar os sujeitos com práticas sexuais que fogem as normas, é pensar corpos sexuados em descompasso. Ou seja, “o normativo, portanto, não estaria apenas na categoria de gênero – regida por regras culturais – mas já se apresenta na categoria sexo, que só existiria dentro de uma prática normativa capaz de produzir os corpos para governá-los” (RODRIGUES; HEILBORN, 2014, p. 79).

Butler (2016), ao dizer sobre os mecanismos de produção desta matriz de inteligibilidade, considera, propositadamente, a concepção de gênero como manifestações performáticas balizada pelo conceito *queer* de performatividade. O que para a autora refere-se à reiteração constante das normas sociais. Ou, como delinea Miskolci e Pelúcio

[...] a performatividade se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam. Assim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma “generificação”. Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente “natural” (MISKOLCI e PELÚCIO, 2007, p. 260).

Tal conceito encontra-se sustentação, naquilo já apresentado, pela ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, o qual, não apenas traça, mas reafirma tal norma ao considerar quais corpos sexuados são mais inteligíveis e performatizados com tal coerência junto as normas sociais.

Em adição a isto, recorre a noção de gêneros inteligíveis, por este, referir-se à regulação da ordem compulsória de gênero, isto é, da matriz de normatização do binarismo masculino e feminino, como correspondência da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2016). Dito de outra forma:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, de alguma forma, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2016, p. 38).

Na contramão desta visão, têm-se nos corpos sexuados abjetos, ou seja, os corpos de travestis, transexuais, como não inteligíveis, exceto, nos corpos sexuados que passam por, como analisou Duque (2017).

Sobre isto, a socióloga Larissa Pelúcio e o sociólogo Tiago Duque (2011) ao conviver com as travestis em Campinas - SP, analisam os corpos sexuados de travestis e transexuais que “passam por” de um gênero diferente do sexo de nascimento. Para Duque (2017), no processo de “passabilidade” “estão engajados em processos de reconhecimento, ou de busca de reconhecimento, que se dão pela reiteração de normas e convenções de inteligibilidade de gênero no sentido mais hegemônico desse processo (DUQUE, 2017, p. 499). Como também, processo de agenciamento em trocas corporais, jogos afetivos e sexuais que juntos confluem em processos de aprendizagens e socializações (PELÚCIO; DUQUE, 2011).

Já os corpos abjetos, isto é, os corpos de pessoas que reivindicam como feminino, como sendo, “/a transexual, travesti, *cross dress*, *drag king*, *drag queen*, transformista, só nos revela que estamos jogando (ou brincando) com os gêneros. No entanto, para a estrutura estruturante

de gênero, essa brincadeira é perigosa” (BENTO, 2011, p. 87), pois são corpos inteligíveis (BENTO, 2011).

Corpos sexuados que transgridem as normas de gênero e sexualidade apoiados na matriz de inteligibilidade, como escreveu Pelúcio a partir do que destacou Suzana Lopes, ao proferir: “e, afinal, o que é ser travestis? Quando falo em travestis, a sensação de simplificar um universo tão diverso me incomoda” (LOPES, 1995, p. 224 *apud* PELÚCIO, 2004, p. 125). Longe disso, neste estudo não se propôs a buscar categorias identificatórias, fixas, permanentes, para as participantes dessa pesquisa, muito menos, como prevê algumas abordagens teórico-metodológico no campo da psicologia.

Em alternativa a isto, recorre-se a Duque (2017) para pensar a multiplicidade dos processos que engendram as experiências sobre as travestilidades. “A pesquisa focou em seus processos de autoidentificação, analisando suas múltiplas experiências corporais e subjetivos, envolvendo suas agências e percepções de si” (DUQUE, 2017, p.3). Nesse sentido, compreender o processo pelo qual passam as travestis, que vivenciam identidades de gênero dissidentes, se mostra foco e intenção deste estudo, mas do que as classifica como patológicas, marginais ou vítimas.

Em detrimento a isto, pensa-se a travesti a partir do jogo de algumas dimensões sociais, como sexo – visto neste caso, como sendo do masculino “[...] parece-me que não há dúvida sobre isso, uma vez que repousa entre suas coxas depiladas a evidencia dessa afirmação” (PELÚCIO, 2004, p. 128). No entanto, a autora, problematiza a noção de gênero se olhada, ficcionada a partir da suposta naturalização do sexo. Pois, desse modo, alerta para o perigo de se cair na essencialização dos dois conceitos sexo=natureza, gênero=dimensão histórico-cultural.

Nesse sentido, prefere articular a relação entre essas categorias sem perder de vistas, outras questões, como descreve Duque (2017, p. 5), ao pensar as interseccionalidades “[...] mas envolve uma complexa articulação de marcadores sociais da diferença (classe, cor/raça, gênero, sexualidade, idade, entre outros”. Em outras palavras, é preciso tencionar a discussão a partir do reconhecimento dessas diferenças que se apresentam de modo fundamental para compreensão do fenômeno.

Com isso “as travestis são pessoas em processo, sempre em construção, nunca acabadas. Vão se fabricando a partir de diversas tecnologias, inclusive as de gênero” (PELÚCIO, 2004, p. 129). De modo que, gênero, nesta perspectiva é pensado e articulado com outra categoria, a de performance (BUTLER, 2016). Isto é, precisa-se a todo tempo compor e recompor contornos no campo do corpo, do gênero – feminino para se sentir travestis

Em adição a isto, têm-se na análise proferida por Pelúcio (2004) tal idealização, ao relatar que “as travestis mantêm-se, desse modo, submersas em uma heterossexualidade normatizadora. Por mais que isso pareça paradoxal (e o é), penso que entre elas o sexo exige um gênero” (PELÚCIO, 2004, p. 132).

No caso das travestis o sexo masculino, anunciado primordialmente pelo pênis, não se coadunaria com o gênero, definido pelo desejo por um outro homem. Assim, para que o gênero seja “inteligível” é necessário atuar sobre o corpo, desconstruindo o masculino, e reconstruindo esse corpo a partir de símbolos do feminino (PELÚCIO, 2004, p. 133).

Dessa forma, ainda citando Pelúcio (2004, p. 133), as travestis “[...] buscam febrilmente essa “feminilidade”, esse é um dos valores estruturantes da hierarquia de gênero própria desse grupo”. Em outras palavras, “[...] participam dos modos de subjetivação das pessoas, considerando as imagens discursos e sentidos que são construídos em seus cotidianos, determinando todo um modo de concepção de mundo e de relações” (PERES, 2015, p. 27).

Essa reflexão consiste no fato de reiterar as normas sociais, nos corpos sexuados, de travestis, transexuais e de outras dissidências de gênero e de sexualidades, pois só assim se faz possível, mais uma vez, recorrendo a Duque (2017) e Butler (2016), tornar-se passável, inteligível. Isto é, “se a inteligibilidade é condição de reconhecimento e, este, de sobrevivência, ser reconhecido/reconhecida pode implicar em ter de ser “desfazer” justamente daquilo que diferencia a pessoa e a faz desejar ser tomada como humana” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 260).

De outro modo, tal ambiguidade se faz presente também, nos corpos sexuados de pessoas cisgêneros. Pois, tanto as pessoas transgêneros quanto às cisgêneros, “modificam”, “transformam” seus corpos, também em busca de reconhecimento seja pessoal e/ou social, tornando assim “normais”, passáveis, inteligíveis (DUQUE, 2017; BUTLER, 2016). Miskolci e Pelúcio analisam o tensionamento provocado pelas travestis, dissidentes por um lado e normativas por outro:

Ainda que desestabilizem o binarismo de sexo/gênero, as travestis, paradoxalmente, o reforçam em seus discursos e ações. Porém é somente pelo paradoxo que elas podem expressar seu conflito com as normas de gênero vigentes. O paradoxo é a condição de sua ação (ou agência) (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 263).

Desse modo, autores e autoras no campo da sexualidades e gêneros dissidentes avaliam, muitas vezes, essas contradições, sem deixar de lado, o conceito de performance apresentado por Butler. Mas, por sua vez, concordam que elas, as travestis, também se constituem tendo

como pano de fundo, os mesmos valores normativos que orientam o desejo e contribuem os processos constituintes da subjetividade.

No sistema de gênero constituído pelas travestis, chama a atenção a visão essencialista que elas parecem ter sobre os atributos de gênero. Como observou Kulick (1998), as travestis desenvolvem um “construtivismo essencialista”. Subvertem a própria ideia que comungam de ser o sexo biológico o definidor do gênero. Por outro lado, reforçam o binarismo a partir de um conjunto de preceitos morais que determinam e demarcam o que é ser homem e mulher, respectivamente: ser ativo/passivo; ter força/suavidade; guiar-se pela cabeça/coração. A partir dessa visão, esperam que os “homens de verdade” sejam másculos, ativos, empreendedores, penetradores. Elas não são “homens de verdade”, são “bichas”, “viados”, “monas”. Tampouco são mulheres, nem o desejam ser. São “outra coisa”, uma “coisa” difícil de explicar, porque, tendo nascido “homens”, desejam se parecer com mulheres, sem de fato ser uma, isto é, ter um útero e reproduzir (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 263).

Assim com analisou Benedetti (2005), em sua etnografia, ao destacar o papel essencialista encarado por elas, a medida em que eram questionadas sobre a “origem” de suas travestilidades, recorre-se, sobretudo, aos discursos subjetivistas como modo de explicação. Nesta perspectiva, depara-se então, com os discursos sobre normal/patológico, e desse modo, “[...] as travestis balizam as fronteiras da normalidade. Paradoxalmente, é ali também que seus corpos se tornam “materializáveis” e assim disciplináveis (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 264).

E com isso, na tentativa de encontrar um lugar longe da vergonha e do estigma propõem algumas saídas, ou seja, processos de agenciamentos sobre o desejo, o corpo, especialmente, para dar conta da vida em sociedade. Segundo Duque:

As travestis são relegadas ao campo desvalorizado do feminino e, por se tratarem de homens que abdicaram do privilégio da masculinidade, têm sua identidade associada a um desvio de caráter que excede o vergonhoso e se aproxima do estigmatizável, motivo de escárnio e objeto de reações violentas (DUQUE, 2011, p. 141).

Destarte, faz sentido a reprodução das normas vigentes sobre a diferença sexual, do binarismo, também nos corpos sexuais dissidentes. Veja bem, como contornar, quando a transformação é visível, palpável, transforma o corpo. Como são, as experiências vividas e vivenciadas pelas travestis.

Sobre isto, recorre-se a Borba (2011), para identificar os elementos presentes em seu texto que possibilitam dialogar com a construção subjetiva das travestis. Segundo ele, ao ler etnografias sobre a temática, destaca a importância “[...] entre as travestis a percepção do corpo e sua fabricação constituem sua identidade social e seu processo de fabricação como pessoa” (BORBA, 2011, p. 188). “Na pele, na carne e na alma, “ser travesti” é um processo, não se encerra nunca” (PELÚCIO, 2005, p. 224).

Ou seja, a relação com o corpo é direta – isto se faz presente ao analisar a subjetividade travesti. Pois, compreende-se o corpo como um espaço de transformação, localizado no tempo e em suas territorialidades. “Sendo produto cultural e histórico, todo corpo carrega em si signos que o representam” (PORTELA; BRANDÃO, 2012, p. 62). Ou ainda,

os corpos são territórios de transformação e sofrem interferências conforme as técnicas e os desejos de cada época e lugar, sendo reinventados e redesenhados, de modo transitório através do vestuário, e de procedimentos mais duradouros (ou definitivos) como as cirurgias que estendem os limites das alterações (PORTELA; BRANDÃO, 2012, p. 62).

É possível identificar que os discursos sobre a construção dos corpos “[...] tem papel fundamental na construção de nossas identidades” (BORBA, 2011, p. 193). Isto é, o debate sobre o corpo como sendo central. Pois, atrela-se a isto, as narrativas dos corpos, e suas corporalidades conforme analisou Bento. Segundo a autora, são “corpos que embaralharam as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social” (BENTO, 2006, p. 19-20). Ou seja, a relação que se estabelece entre corpo e identidade, sobretudo, dos corpos sexuais marcados como dissidentes, também são corpos que se utilizam-se da matriz de inteligibilidade.

Nesse sentido, as teorias pós-construtivistas com referencial *queer*, analisa as questões pertinentes aos processos de constituição identitárias questionando a origem dos processos lido como naturais versus culturais. Como detalha Miskolci

as identidades não são construídas sobre os corpos como se esses tivessem em si algo de anterior ao social. Ao contrário, as identidades se constroem através dos corpos, elas são matéria palpável com limites claramente definidos que geram a impressão de fixidez, constância e permitem, assim, que as convenções identitárias socialmente adquiram “naturalidade”. A constatação de que não apenas as identidades, mas os próprios corpos são construções sociais têm consequências que mal começamos a encarar (MISKOLCI, 2005, p. 9).

Segundo descreve o autor acerca da abordagem pós-construtivista, exige-se apreendê-la a partir do “desenvolvimento de uma história social dos saberes e práticas sociais sobre os corpos” (MISKOLCI, 2005, p. 9). O que quer dizer, “precisamos estudar historicamente como fomos levados a crer que os corpos eram naturais, neutros, uma base sobre a qual se construíam identidade sociais” (MISKOLCI, 2005, p. 9).

Por isto, segundo ele, a discussão sobre a desconstrução implicada em um processo histórico-cultural de compreensão das relações e constituições sociais baseadas em práticas que

desvelam os dispositivos de poder que regulam os corpos sob o julgo das hierarquizações de gênero (MISKOLCI, 2005). Ou seja, busca-se um aprofundamento na discussão distante daqueles convencionais. É preciso compreender os caminhos de reiteração dessas práticas e valores que atribuem sentidos e significados sobre os fenômenos.

Em conformidade com o exposto pelo autor, em atrelar a discussão no âmbito dos processos de constituição identitária sem perder de vistas sua dimensão com as questões que permeiam o gênero e a sexualidade discute Butler:

seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2016, p. 42).

Ou ainda, enquanto questiona “[...] em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade?” (BUTLER, 2016, p. 43). Posto desta forma:

em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição da pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas (BUTLER, 2016, p. 43).

Nesse sentido, tal perspectiva corrobora com a discussão inaugurada por Butler em Problemas de Gênero. Sobretudo, no que tange a noção de inteligibilidade na construção do corpo e da identidade apoiados em sua teoria da performatividade, como explicitado anteriormente. Afinal, o que foge ao inteligível é abjeto e estigmatizado como discute Miskolci.

A identidade estigmatizada expressava os tabus a serem mantidos, ou seja, a mulher normal deveria se conformar a uma posição coadjuvante no casamento, na família e dedicar-se ao marido e filhos. A sexualidade monogâmica, heterossexual e reprodutiva definia também o que se esperava do homem (MISKOLCI, 2005, p. 11).

O autor traz em seus escritos ao ler *Bodies that Matter* de Judith Butler, avalia a potência desta obra para compreensão do conceito de performatividade. O que por sua vez, não pode ser encarado como encenação de algo (MISKOLCI, 2005). Segundo ele, a autora propõe com esta categoria desenvolver a ideia de que,

a performatividade é um processo temporal de construção dos corpos-identidades que opera através da reiteração das normas. A reiteração presente em uma norma ou um conjunto de normas oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição.

Assim, emerge a impressão de naturalidade dos corpos, dos gestos, das fronteiras e diferenças que criam a ilusão da incomensurabilidade dos sexos e gêneros (MISKOLCI, 2005, p. 12).

Isto é, como esclarece Butler (2016), não é possível pensar o corpo-identidade, sem a noção de um gênero. E este gênero, ou melhor, a ideia de uma identidade de gênero só se sustenta a medida em que se reconhece os elementos que as compõem e constituem.

Por sua vez, a noção de performatividade da qual Butler recorre e reconhece como sendo a materialização da realidade simbólica. Ou seja, como meio para sustentação e reiteração das normas sociais. Afinal, como esclarece Miskolci (2005, p. 13) “a identidade é corporificada, portanto é no corpo que o social investe símbolos e os materializa”. Dessa forma, os corpos das entrevistas nesta pesquisa, são corpos que importam, corpos estes que são passíveis de reconhecimento e transgressão das normas.

E neste caso, faz-se potente citar Bento quando analisa a importância dessa proposta teórico-metodológica para superação das dicotomias advindas da insurgência natureza x cultura. Segundo a autora, uma das principais contribuições da teoria da performatividade –dá-se em “entender que os processos de produção e reprodução têm fissuras e é nesses pequenos espaços que habita a possibilidade de mudança da sociedade” (BENTO, 2017, p. 129).

O que ela quer dizer, é que mais importante do que debater sobre a ontologia dos processos é compreender os movimentos que contribuem para que haja o novo, o rompimento de processos antes ditos como naturais e universais. O que Butler (2016) propõe, e que seus leitores continuam a estimular são estudos que contribuam significativamente para superação da visão dicotômica que demarcada entre sexo (natureza) e gênero (cultural), que universaliza valores, normas e convenções históricas e culturais sobre os corpos sexuais de homens e mulheres.

No próximo capítulo serão apresentados o aporte teórico-metodológico presente na Teoria das Representações Sociais – TRS de Serge Moscovici e os caminhos percorridos no desenvolvimento desta pesquisa que nos indicam elementos de representações sociais.

CAPÍTULO II –ARTICULAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

“A realidade existe e está composta por objetos, mas não porque estes objetos sejam intrinsecamente constitutivos da realidade, mas porque nossas próprias características os “põem”, por assim dizer, na realidade. E é precisamente porque são nossas características as que constituem que não podemos crer que se a realidade depende de nós, então, podemos construir a realidade que queiramos”
(FONSECA, 2013, p. 44).

O método científico no desenrolar de qualquer investigação científica sinaliza a confiabilidade e a credibilidade à toda e qualquer teoria. Neste caso, este estudo fez uso do arcabouço teórico-metodológico inaugurado pelo psicólogo romeno Serge Moscovici, e das contribuições da psicologia social francesa de Denise Jodelet contida na Teoria das Representações Sociais. Tal teoria denomina-se a partir de seu papel revolucionário na explicação e na internalização da realidade, sobretudo nas investigações no campo da Psicologia Social, no que concerne à identificação, formação e análise de uma representação social acerca da constituição de significados e sentidos de cada objeto e/ou fenômeno social.

Além das informações assentadas acima, destaca-se, também, em apresentar o caminho percorrido durante a pesquisa, que envolve os dados da observação, incluindo a caracterização das participantes, a coleta, a organização e a sistematização dos dados presentes na análise de conteúdo.

2.1 A Teoria das Representações Sociais

Em 1961 o psicólogo romeno, Serge Moscovici apresenta o seu estudo *“La Psychanalyse – son image et son public”*. Denominada de psicossociologia do conhecimento, a Teoria das Representações Sociais – TRS baliza as teorias no campo da psicologia social como sugere as teóricas dessa abordagem “observamos em Moscovici um enorme esforço de redimensionamento de conceitos já clássicos na psicologia social, bem como a justificação da pertinência de seus argumentos (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2011, p. 134). Ao considerar que, um dos principais objetivos dessa teoria é considerar o papel ativo, atuante e produtor que uma representação social adota na constituição da subjetividade, por mediar símbolos, constituir significados e sentidos que representem o real.

A psicóloga Denise Jodelet, grande contribuinte e parceira de Moscovici no desenrolar dessa teoria, ao sintetizar e conceituar a TRS, destaca que

o conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber de senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais largamente, ele designa uma forma de pensamento social. As RS são modalidades de pensamento prático, orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal (JODELET, 1984/1988 *apud* TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2011, p. 139).

O que, por sua vez, infere compreender a constituição de tais processos identificando a interação de sujeitos-objeto e relações sociais (JODELET, 2009), ou seja, sinaliza para a produção, seja ela discursiva, comportamental e afetiva, dos processos sociais. Ainda consoante Moscovici (2015, p. 10), “as representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano”.

Anterior a proposta psicossociológica do conhecimento de Moscovici, têm-se a perspectiva do sociólogo francês, pai da Sociologia do conhecimento, Émile Durkheim, o conceito de Representações Coletivas, sendo que a proposta empenhada por Durkheim difere, significativamente, da perspectiva psicossociológica de Moscovici. Na alegação de Durkheim, as representações coletivas expressam a junção da consciência coletiva dos indivíduos em sociedade, só fazendo sentido de existir a partir do ponto de vista do coletivo.

O conceito de representação social tem suas origens na Sociologia e na Antropologia, através de Durkheim e de Lévi-Bruhl. Inicialmente chamado de representação coletiva, serviu como elemento básico para elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico (OLIVEIRA; WERBA, 2013, p. 104).

Em síntese, elas, as representações coletivas, representam os valores, as crenças, os mitos e as lendas socialmente produzidas. As representações coletivas demarcam, assim, o seu campo de estudo e atuação no âmbito da sociologia do conhecimento e na separação dos conceitos de representações individuais e coletivas. Jodelet (2009), em seu texto, apresenta que

desde a abertura do campo de estudo das representações coletivas e sociais, a construção teórica destes objetos e o estudo empírico dos fenômenos que lhes correspondem não deixa de levantar uma interrogação sobre sua relação com as representações individuais e sobre o estatuto concebido ao sujeito enunciador e produtor das representações, seja ele individual ou social. Esta questão se encontra expressa, explicitamente ou não, na maneira como a noção de representação social ou coletiva foi elaborada ao longo do tempo, tanto pelo precursor, Durkheim (1895), e

pelo iniciador, Moscovici (1961, 1975), deste campo de investigação, como pelos diversos autores atuais e trabalhos que desenvolveram (JODELET, 2009, p. 680).

De acordo com Moscovici (2015), o objetivo de Durkheim foi propor a divisão entre o indivíduo e os elementos da sociedade, de base funcionalista, uma vez que sua abordagem privilegia as sociedades, eminentemente, tradicionais. Ao contrário, Moscovici propõe em seu estudo uma abordagem puramente dinâmica, com foco nas sociedades complexas. Duveen, na introdução da obra “Representações Sociais – investigações em psicologia social”, de Moscovici (2015), esclarece que

enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações (DUVEEN, 2015, p. 15).

Para o pesquisador, os fundamentos que orientam tal abordagem centram-se no fato desta “ênfatizar a qualidade dinâmica das representações contra o caráter mais fixo e estático, que elas tinham na teoria de Durkheim” (DUVEEN, 2015, p. 14). Ou seja, apesar de Moscovici ter ido beber na sociologia do conhecimento de Durkheim, sua proposta, segundo Farr (2013, p. 27), “é uma forma sociológica de psicologia social”.

Nas palavras de Moscovici, Durkheim, ou a sociologia do conhecimento, não concebe às representações seu caráter mutável e social. “*Durkheim, fiel a tradição aristotélica e kantiana, possui uma concepção bastante estática dessas representações – algo parecido com a dos estoicos*” (MOSCOVICI, 2015, p. 47, grifos do autor). Ao contrário, concebe “como estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem, junto com as representações” (MOSCOVICI, 2015, p. 47).

Alexandre (2004), em seu texto, aponta para as diferenciações e os limites entre a abordagem sociológica de Durkheim e a psicossociológica de Moscovici, sobretudo, acerca das categorias “coletivo” e “social”. Nesse sentido, destaca que tal divisão afetou, significativamente, o estudo desta teoria também no campo da Psicologia Social. Realça, desta forma, que o autor “formulou um conjunto amplo de proposições e integrou-as sob a denominação de representações sociais. Discordando do modelo da Psicologia Social americana, cuja ênfase recai sobre os processos individuais de trabalhar as informações” (ALEXANDRE, 2004, p. 135).

Oliveira e Werba (2013), sobre a propagação do conceito de representação social analisam a utilização, pela primeira vez, em “*Psychanalyse: Son image et son public*⁴ - 1961”, sua tese de doutorado revela o olhar do pesquisador diante a investigação dos elementos eminentemente sociais.

Com isso, “as representações sociais são ‘teorias’ sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real” (OLIVEIRA; WERBA, 2013, p. 105). Quer dizer, “por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois” (OLIVEIRA; WERBA, 2013, p. 105). Como advoga a psicóloga, Zaira Lopes (2009, p. 116) “as representações sociais que vão mediar a configuração do discurso, o comportamento e a atitude do sujeito, que são expressos pelos significados e sentidos presentes nas ações, falas e, sobretudo, em suas perspectivas de vida”.

Moscovici, sendo ele, um psicólogo, salienta que dentre as inúmeras correntes teóricas existentes na ciência psicológica, a área da psicologia social, como sugere Silvia Lane, busca “[...] estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente. E isto acontece desde o momento em que nascemos, ou mesmo antes do nascimento, enquanto condições históricas” (LANE, 2006, p. 8). Segundo Moscovici, “a tarefa principal da psicologia social é estudar tais representações, suas propriedades, suas origens e seu impacto” (MOSCOVICI, 2015, p. 41). Pois ao estudar “as representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta” (MOSCOVICI, 2015, p. 43). No final, seu objetivo é compreender (MOSCOVICI, 2015).

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo em uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica (MOSCOVICI, 2015, p. 46, grifos do autor).

Nesta perspectiva, “uma das principais vantagens desta teoria é sua capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não damos conta, mas possui grande poder mobilizador e explicativo” (OLIVEIRA; WERBA, 2013, p.

⁴ A representação social da psicanálise (1961) – traduzido da segunda edição francesa publicada em 1976 pela PRESSES Universitaires de France, de Paris França, na série BIBLIOTHEQUE DE PSYCHANALYSE, dirigida por Jean Laplanche.

107), de tal modo que o fenômeno só é possível em função do seu caráter afetivo, cognitivo e carregado de sentido simbólico. Quer dizer, “a teoria das RS chama a atenção a essa realidade e tenta mostrar a importância de se conhecer essas representações para se compreender o comportamento das pessoas” (OLIVEIRA; WERBA, 2013, p. 107). Dito de outro modo, identificar os sentidos e significados que constituem e revelam uma representação social destaca “as várias dimensões da realidade, quais sejam: a física, a social, a cultural, a cognitiva, e isso tudo de forma objetiva e subjetiva” (OLIVEIRA; WERBA, 2013, p. 107).

Para Marta Anadón e Paulo Machado, pesquisadores dos aportes teórico-metodológico das representações sociais acentuam que “[...] a representação social é a construção de um saber ordinário (de senso comum) elaborado por e dentro das interações sociais, através dos valores, das crenças, dos estereótipos, etc, partilhada por um grupo social” (ANADÓN; MACHADO, 2003, p. 15).

Ou seja, os processos constituídos socialmente têm caráter essencial, pois, a partir da interligação cognição, afeto e ação, a tríade sujeito-objeto-sujeito passa a ser apropriado e significado. Como analisa Abric (1998, p. 28):

é esta realidade reapropriada e reestruturada que constitui, para o indivíduo ou o grupo, a realidade mesma. Toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito. Esta representação reestrutura a realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e de normas. Isto permite definir a representação como uma visão funcional do mundo, que por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim o indivíduo de se adaptar e de encontrar um lugar nessa realidade.

Em se tratando do seu aspecto metodológico, as representações sociais possuem algumas funções, quais sejam: Saber, Identitária, Orientação e Justificadora, como analisou Abric (1998). Lopes (2009), como pesquisadora das representações sociais, destaca, ainda, a função de convencionalizar aquilo que é desconhecido para o indivíduo, como os objetos, as pessoas ou os acontecimentos, de forma a se integrar nos processos cognitivos do sujeito. E a de prescrever, ou seja, descrever o fenômeno para então explicá-lo. Sobre isso, salienta que as representações sociais, no seu nível simbólico, propiciam a relação do objeto com o sujeito (LOPES, 2009), ou seja, possibilitam a construção de sentidos e significados sobre a experiência.

Para compreender melhor a relação que se estabelece entre o comportamento humano e as representações sociais, devemos partir da análise do conteúdo das representações e considerar, conjuntamente, os afetos, as condutas, os modos como os atores sociais

compartilham crenças, valores, perspectivas futuras e experiências afetivas e sociais (FRANCO, 2008, p. 12).

Anádon e Machado (2003), ao estudarem a teoria das Representações Sociais, referem que há um esquema explicativo para a ocorrência de uma representação, o qual se configura por meio de três fases, a saber:

- a) De objetivação – ou seja, “a passagem do dado fenômeno ao modelo figurativo”;
- b) Do figurativo a interpretação e categorização – “este sistema de categorização permite a investigação, a compreensão e organização da realidade, a analogia, a inferência, a antecipação, a compensação”; c) Da categorização ao modelo ativo – “esta fase o sujeito completa e modula aquilo que já foi constituído, assim o modelo figurativo torna-se um modelo ativo capaz de dar sentido dos fenômenos e capaz de orientar as condutas” (ANÁDON; MACHADO, 2003, p. 19-20).

Para tanto, uma representação social para se concretizar é preciso que dois processos ocorram. A objetivação – “refere-se ao processo de agenciamento de conhecimento que concerne ao objeto da representação. Seleção de informações, esquema figurativo, processo de naturalização, isto é, de concretização dos elementos figurativos” (ANÁDON; MACHADO, 2003, p. 20), quer dizer: “é a fase na qual as noções, os conceitos abstratos de uma realidade se concretizam” (ANÁDON; MACHADO, 2003, p. 20). Já o processo de ancoragem sinaliza os elementos que não são familiares aos indivíduos. Assim, os autores destacam que “ele representa o enraizamento social da representação e se opera em referência às crenças, valores e saberes que preexistem e dominam neste grupo. [...] Trata-se do processo de integração cognitiva de elementos a um sistema dado” (ANÁDON; MACHADO, 2003, p. 22).

Com Lopes (2009) compreende-se que, a teoria das representações sociais, no âmbito da psicologia social representa não apenas, os processos ligados à cognição, aos afetos que direcionam à ação. Mas, por sua vez, “proporciona o entendimento dos processos ou fenômenos que ocorrem nos contextos sociais” (LOPES, 2009, p. 117).

São processos que interagem com o dia-a-dia dos sujeitos sociais. Como descreve Jodelet (2009), a proposta teórico-metodológica de Moscovici, enquanto, pesquisador no âmbito das ciências humanas e sociais, propriamente dito, no campo dos processos psicossociais buscou investigar, a partir das representações sociais, a produção do saber de modo que interligasse “sujeito-outro-objeto” (JODELET, 2009, p. 680), em um contínuo, no processo de explicação, mas também de constituição do sujeito.

As representações sociais, geralmente imprime a ideia “[...] seja como lugar de expressão de uma posição social, seja como portador de significados circulantes no espaço social ou construídos na interação” (JODELET, 2009, p. 680). Sem perder de vista sua

dimensão psicológica e social, por demonstrar seu caráter cognitivo de codificação da realidade, por meio dos processos de significação e representação.

Ao recuperar a ideia desempenhada por Valentim e Trindade (2011), acerca da função desta teoria, as autoras destacam que sua “[...] função primordial é dar forma à novidade e torná-la acessível através de uma construção comum a um dado conjunto social” (VALETIM; TRINDADE, 2011, p. 65). Isto quer dizer, as representações sociais assumem assim o papel de significação, assimilação e interiorização dos elementos da realidade no fazer e agir dos sujeitos sociais. Produzindo assim, momentos de sociabilidade, socialização e a disseminação de práticas discursivas, comportamentais, cognitivas e afetivas que compõe os processos de constituição da subjetividade (LOPES, 2009).

Para isso, também se faz necessário reconhecer a dimensão por trás da constituição desses fenômenos, mas, sobretudo, do desenvolvimento e aplicabilidade desta teoria, eminentemente, psicossocial no desvelar dos processos psicológicos. A isso recorre-se as contribuições apreendidas por Moscovici sobre o fenômeno das representações sociais e sua inserção no contexto da pesquisa e sua explicação.

Como já mencionado em sua obra “Representações sociais – investigações em psicologia social” (2015), no Capítulo 1, destinado a analisar o “fenômeno das representações sociais”, destacado no subitem 3 – “o familiar e o não familiar” –, descreve acerca deste processo:

para se compreender o fenômeno das representações sociais, contudo, nós temos de iniciar desde o começo e progredir passo a passo. Até esse ponto, eu não fiz nada mais que sugerir certas reformas e tentar defendê-las. Eu não poderia deixar de enfatizar determinadas ideias, caso quisesse defender o ponto de vista que eu estava sustentando (MOSCOVICI, 2015, p. 53).

Segundo Moscovici (2015, p. 53), “as representações sociais devem ser vistas como “atmosfera”, em relação ao indivíduo ou ao grupo; b) as representações são, sob certos aspectos, específicas de nossa sociedade”, quer dizer, são, mais uma vez, processos cognitivos com foco a significar à realidade. E, para isso, utiliza-se “de uma linguagem de imagens e de palavras que se tornaram propriedade comum através da difusão de ideias existentes dá vida e fecunda aqueles aspectos da sociedade” (MOSCOVICI, 2015, p. 53).

O autor se interroga, afinal, do por que criar, então, as representações sociais? E qual a sua função? Como também já referido, as representações sociais atuam na função de responder acerca de determinado fenômeno e/ou objeto, tendo como principal função explicar, “tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (MOSCOVICI, 2015, p. 54).

Valentim e Trindade (2011, p. 65) apontam, ainda, o caráter dinâmico e processual das representações sociais, ao perceberem que elas “são socialmente elaboradas e partilhadas; estabelecem uma visão de realidade comum a um grupo social; fornecem diretrizes práticas de organização e de comunicação”, a tal ponto que não apenas elaboram e constituem suas formas de pensar e agir, mas orientam seu comportamento.

Toda representação social é constituída como um processo em que se pode localizar uma origem, mas uma origem que é sempre inacabada, a tal ponto que outros fatos e discursos virão nutri-la ou corrompê-la. [...] Em segundo lugar, esses processos são a ação de sujeitos que agem através de suas representações da realidade e que constantemente reformulam suas próprias representações. [...] Desse modo, toda representação social desempenha diferentes tipos de funções, algumas cognitivas – *ancorando significados, estabilizando ou desestabilizando* as situações evocadas – outras propriamente sociais, isto é, mantendo ou criando *identidades e equilíbrios coletivos*. [...] Para sintetizar, do ponto de vista epistemológico, o que está em questão aqui é a análise de todos aqueles modos de pensamento que a vida cotidiana sustenta e que são historicamente mantidos por mais ou menos longos períodos (*longues durées*); modos de pensamento aplicados a “objetos” diretamente socializados, mas que, de maneira cognitiva e discursiva, as coletividades são continuamente orientadas a reconstruir nas relações de sentido aplicadas à realidade e a si mesmas (MOSCOVICI, 2015, p. 218, grifos do autor).

E como mencionado, os processos de ancoragem e objetivação se tornam indispensáveis na formulação de qualquer representação, afinal “o primeiro refere-se ao processo de aproximação e amarração do desconhecido ao referencial prévio do indivíduo” (LOPES, 2009, p. 118), ou melhor, tornar familiar o não-familiar (MOSCOVICI, 2015). No segundo, a objetivação consiste em “transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2015, p. 71).

Por final, as representações sociais agem nos campos intersubjetivo, subjetivo e transubjetivo, o que permite a inter-relação triangular entre sujeito-outro-objeto, possibilitando, desta maneira, que aja a transformação dos significados e dos sentidos que constituem cada representação social (JODELET, 2009; LOPES, 2009).

Em seguida, será apresentado o contexto sobre o campo de pesquisa. Na qual, identifica o contexto social presente nas narrativas de vida dessas travestis.

2.2 Sobre o Campo

Para contextualizar o campo, faz-se uso das contribuições da mestra em educação Eliane Pereira (2015), a partir da sua análise feita sobre a obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu quando conceitua o campo. Segundo Pereira,

Campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam. Pensar a partir do conceito de campo é pensar de forma relacional. É conceber o objeto ou fenômeno em constante relação e movimento. O campo também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indica suas tomadas de posição (PEREIRA, 2015, p. 341)

Isto é, o campo possibilita conhecer e ampliar o horizonte do fenômeno e ou objeto a ser conhecido e investigado, neste caso, o contexto da prostituição a qual estão inseridas essas travestis.

2.2.1 As participantes

Participaram do estudo cinco travestis que atuam e circulam pelos territórios de prostituição na cidade de Campo Grande – MS. A “escolha” por essas travestis deu-se, primeiramente, pela forma como cada uma cruzou com o pesquisador. Para a preservação do anonimato de cada uma das participantes acerca de sua identidade pessoal, fez-se o uso das personagens Agrado, Lola, Zahara, Paqueta e Vera Cruz, construídas pelo cineasta espanhol Pedro Almodóvar.

Quadro 02 – Caracterização das participantes da pesquisa, 2017.

CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES						
NOME	IDADE	NATURAL	ESCOLARIDADE	E. CIVIL	BATALHA ⁵	RESIDE
Agrado	22 anos	Campo Grande – MS	1º ano do ensino médio	Solteira	2 anos	Família
Zahara	24 anos	Corumbá – MS	8ª série do ensino fundamental	Solteira	7 anos	Pensionato
Vera Cruz	20 anos	São Luis – MA	1º ano do ensino médio	Solteira	3 anos	Pensionato/Casa de acolhimento
Lola	22 anos	Curitiba – PR	Não informado ⁶	Solteira	7 anos	Pensionato
Paquita	23anos	Ladário – MS	5ª série do ensino fundamental	Solteira	9 anos	Amigos e família

Fonte: Nolasco (2018).

A proposta de nomear as participantes a partir de personagens da arte cinematográfica o papel de pessoas travestis, não se dá, somente, pelo anonimato. Mas, também, pelo reconhecimento e a sensibilidade deste diretor frente as vivências de pessoas que subvertem as noções de gênero e sexualidade todos os dias. Apresentar questões que permeiam a discussão no âmbito das travestilidades para este diretor, se dá de modo consubstancial, pois, diz respeito a diferentes formas de manifestar o desejo por si, pelo corpo, pela forma como compreende-se as noções de gênero e sexualidade.

Os nomes aqui escolhidos para representar a história de vida dessas travestis, baseados na obra de Almodóvar, apontam para olhar as questões em torno do gênero e da sexualidade, como analisam Rodrigues e Heilborn (2014, p. 74), “a partir dos quais tematiza a normatividade de gênero e a autonomia do sujeito diante das normas”. É proporcionar, desta forma, que os relatos discursivos advindos dessas travestis, presentes neste estudo, possibilitem (re)encontrar significados e sentidos, assim como os propostos pelo diretor. Os filmes escolhidos foram: “Tudo sobre minha mãe” (1999), vivido pelas personagens Agrado e Lola; “Má Educação” (2004), vivido por Zahara e Paquita; e, “A Pele que Habito” (2011), vivido por Vera Cruz. Dentre as inúmeras películas do diretor, essas foram selecionadas pelo fato dessas três obras cinematográficas apresentarem a figura da travesti e muitos outros elementos que envolvam os processos de travestilidades.

⁵ Utilizarei a categoria êmica e popularmente conhecida entre as pesquisadoras e os pesquisadores que trabalham com a temática. Neste caso, utilizarei a definição de Benedetti (2005, p. 37): “nos locais de batalha – que é a forma êmica de denominar o ato de se prostituir”.

⁶ Lola, foi uma das únicas que não mencionou o grau de escolarização, apesar da insistência do pesquisador.

Para a socióloga Sônia Maluf (2002), o elemento central no filme “Tudo sobre minha mãe” passa pelo corpo, enfatizando, em sua análise, o corpo como medular na construção da personagem da Agrado: “a experiência corporificada de ‘tornar-se outro’ dramatiza os mecanismos de construção da diferença e se apresenta como um empreendimento anti-hierárquico desestabilizador de políticas dominantes de subjetividade” (MALUF, 2002, p. 143). Afinal, a imagem construída pela personagem chama a atenção do público pela forma como a própria personagem expõe seu gênero, vivenciando sua sexualidade e seu corpo enquanto travesti.

Me chamam Agrado, porque toda a minha vida sempre tento agradar aos outros. Além de agradável, sou muito autêntica. Vejam que corpo. Feito à perfeição. Olhos amendoados: 80 mil. Nariz: 200 mil. Um desperdício, porque numa briga fiquei assim [mostra o desvio do nariz]. Sei que me dá personalidade, mas, se tivesse sabido, não teria mexido em nada. Continuando. Seios: dois, porque não sou nenhum monstro. Setenta mil cada, mas já estão amortizados. Silicone... – Onde? [Grita um homem da plateia]. Lábios, testa, nas maçãs do rosto, quadris e bunda. O litro custa 100 mil. Calculem vocês, pois eu perdi a conta. Redução de mandíbula, 75 mil. Depilação completa a laser, porque a mulher também veio do macaco, tanto ou mais que homem. Sessenta mil por sessão. Depende dos pelos de cada um. Em geral duas a quatro sessões. Mas se você for uma diva flamenca, vai precisar de mais. Como eu estava dizendo, custa muito ser autêntica, senhora. E, nessas coisas, não se deve economizar, porque se é mais autêntica quanto mais se parece com o que sonhou para si mesma (ALMODÓVAR, 1999 – trecho retirado do filme).

Este trecho representado por Agrado sintetiza as experiências de vidas das pessoas travestis, que constituem seus corpos por meio da utilização de “acessórios” que vão dando a dimensão e sendo construídos em um processo constante de transformação, mas, também, não só disso. A feminilidade travesti é única, indo além dos acessórios, das injeções de hormônios e do silicone.

Nessa direção, tem-se na construção de outra personagem de Almodóvar, denominada de Zahara, vivida no filme “Má Educação” (2004) pelo ator Gael Garcia Marques, a construção da feminilidade alicerçada na expressão da sensualidade, conforme pode ser visto no filme como a forma em que acende o cigarro e a cruzada de pernas, ala Sharon Stone. Ou, ainda, como analisa a cineasta brasileira, Naira da Silva, em sua dissertação de mestrado (2008), da aproximação desta personagem com a figura da mulher *femme fatale*.

Assim também em “A pele que habito” (2011), em que a construção de Vera Cruz representa a ambiguidade, ao mesmo tempo que a ambivalência na forma como o diretor apresenta esta personagem. Sobretudo, acerca do processo de essencialização e de naturalização da dimensão subjetiva presentes na figura do feminino e do masculino. Quer dizer, “personagens transexuais, travestis, homossexuais, lésbicas, prostitutas, relações

transgressoras, opressoras, perversões sexuais e mulheres à beira de um ataque de nervos são parte de sua obra” (RODRIGUES; HEILBORN, 2014, p. 76). Na sequência, serão apresentadas informações sobre a observação participante e os elementos que compõem as narrativas de vida dessas participantes.

2.2.2 A observação na caracterização das participantes

Em “Pesquisa em educação: abordagens qualitativas” (1986), Menga Ludcke e Marli André aferem sobre as técnicas utilizadas durante a coleta de dados, como metodologia de pesquisa, consoante visto na técnica empreendida pela observação. Segundo Ludcke e André (1986, p. 25), “o que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito de sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural”. Isto é, a observação serve na abordagem qualitativa, seja em educação e ou em outra área, “como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (LUDCKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

Na sequência, serão apresentadas as narrativas de cada uma das entrevistadas que compõem o contato deste pesquisador com o objeto em investigação.

A observação de campo deu-se como já dito, pelo trânsito deste pesquisador junto as travestis, nos territórios de prostituição via a execução das ações de prevenção em HIV/Aids em Campo Grande – MS da estratégica do Viva Melhor Sabendo VMS. Ao longo do período de 12 meses em que a atividade ocorreu nas zonas e regiões de batalha compreendidas aqui, por bares, saunas, boates, casas de massagem e rua, 10 meses foram dedicados a estreitamento de laços e vínculos com as travestis. Desse modo, a medida em que os meses foram passando, os territórios de prostituição sendo delimitados, a confiabilidade constituindo-se e as participantes sendo escolhidas, o pesquisador alertou, elas, as travestis que estava sendo desenvolvida uma pesquisa de mestrado sobre a temática dos processos de transformação de gênero e corpo de travestis, e que elas, poderiam vir a ser convidadas a participarem do estudo.

Ao longo das saídas a campo, foram sendo percebidas pelo pesquisador as principais zonas e territórios de prostituição de rua em Campo Grande –MS. Sobre isto, caracterizar esses espaços se apresenta de modo oportuno, tendo em vista que o município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, constitui-se como tendo sete regiões, sendo elas: Segredo; Centro; Imbirussu; Lagoa; Anhanduizinho; Bandeira e Prosa. Contudo, apesar dos trânsitos diários e noturnos dessas travestis pelos espaços de batalha, foram escolhidas somente três regiões por serem as de maior fluxo e incidência desse grupo social. Na sequência desse diálogo serão trazidas algumas cenas do *campo* e uma breve caracterização dessas participantes.

Agrado, tem 22 anos, é negra, natural de Campo Grande – MS, e, durante a entrevista realizada em 09 de novembro de 2017 na sede do IBISS|CO, aproveitou a oportunidade para testar sua sorologia para o HIV, além de solicitar insumos, isto é, preservativos masculinos e gel lubrificante. Relatou estar solteira, contudo, em meses anteriores e posteriores à entrevista, estava “casada” com um *bofe*, termo designado entre elas ao se referirem aos homens de verdade, conforme destaca Pelúcio (2005, p. 237): “um homem de verdade, aquele que reproduz no seu comportamento valores próprios da masculinidade hegemônica”. Em contraposição ao *bofe*, têm-se em diferentes leituras e perspectivas das travestis os significados por *mariconas*; como alerta Pelúcio (2005), as *mariconas* representam, neste contexto, uma série de significados, atribuídos ou não, exclusivamente, àqueles que executam na prática sexual a passividade, uma vez que, entre elas, é um consenso que as *mariconas* não são *bofes*.

O encontro com Agrado ocorreu em início de novembro de 2016, na região do Trevo Imbirussu, região sul de Campo Grande – MS. Na ocasião, o pesquisador (coordenador do projeto) e sua equipe, composta por duas sociólogas e uma antropóloga, realizavam a *abordagem* para a realização do teste rápido em outras duas travestis que estavam de passagem pela cidade e que, desde então, não encontramos mais. Agrado surgiu quando estávamos conversando com as outras duas sobre elas, de onde vinham e por quanto tempo planejavam ficar na cidade, quando uma delas a interpelou perguntando se ela – Agrado – queria fazer o teste também, e contou que nós estávamos distribuindo insumos. Meio desconfiada, perguntou de que teste se tratava e prontamente o coordenador foi explicar-lhe; depois de pensar um pouco e percorrer seu olhar nas demais pessoas da equipe, concordou em realizar a testagem também. Logo em seguida, Gabriel mostrou o resultado individualmente às duas travestis que haviam chegado primeiro e as mesmas foram embora, ficando apenas Agrado em nossa companhia.

Como o resultado do teste rápido leva em torno de 10 a 15 minutos para ficar pronto, engatamos uma conversa com Agrado sobre sua vida, seu trabalho ali naquele ponto e seus clientes, como também respondemos algumas perguntas dela sobre a transmissão do HIV, os métodos de prevenção e os locais que ela poderia acessar a rede de saúde na cidade.

Nesse primeiro contato, Agrado relatou que fazia pouco menos de um ano que havia começado a trabalhar como prostituta e que aquele ponto ficava mais próximo de sua casa, uma vez que a mesma se locomove pela cidade utilizando o transporte coletivo, e que ela morava com seus pais. Outro aspecto que chamou a atenção, além da forma precária em que se apresentava, sobretudo em comparação com as outras duas travestis que ali estiveram há pouco, Agrado, parda, usava uma peruca loira, poucas roupas, uma mini bolsa e uma sandália aos pés, tudo muito simples. Além disso, possuía alguns pelos pelo corpo, sobretudo nas pernas, a peruca

era presa ao seu cabelo por intermédio de utensílios femininos, como tic-tac, uma espécie de presilha para o cabelo.

Outra curiosidade refere-se à forma como utilizava seu nome. Em um primeiro momento, quando fora coletada a saliva para o teste, ela se identificou com seu nome feminino, posteriormente, para a assinatura do questionário, perguntou se poderia assinar com seu nome “de menino”. Isso pode ser uma indicação do início da desconstrução de sua identidade de gênero, pois ela ainda não portava documentos com o nome social; contudo, já havia ouvido falar sobre tal documento, segundo ela, por outras amigas travestis. Ao mesmo tempo, Agrado não sabia como proceder para conseguir tal documento, e percebemos que tão pouco sabia da existência de tal direito. O coordenador, então, perguntou se a mesma se interessava em ter tal documento, explicando sobre o que se tratava. Naquele encontro ela se identificava como travesti e, além deste encontro, tiveram outros nos quais Agrado estava tanto nos espaços de batalha, quanto em outros espaços de sociabilidade.

Passo agora à Zahara, negra, 24 anos, natural de Corumbá, capital do Pantanal sul-mato-grossense. Nosso encontro ocorreu anterior ao desenvolvimento desta pesquisa, muito antes do projeto de testagem. Nos conhecemos em 2015, diante a realização de uma outra pesquisa, ou melhor, em uma oficina também realizada pelo IBISS|CO em Campo Grande – MS. A referida oficina tratou sobre prevenção e promoção à saúde e enfrentamento às violações de direitos humanos¹¹ e foi aí, justamente, nesta atividade, que conheci Zahara. Nesse dia, a mesma estava com seu corpo marcado, física e psicologicamente, pela violência já relatada, sofrida dias antes e, desde esse dia, só foram se encontrar em decorrência do projeto Viva Melhor Sabendo.

Na época, Zahara estava acompanhada de seu marido, o qual também atuava no cenário de prostituição em Campo Grande – MS, e, assim como ela, atuava nos espaços de rua e da *internet*. Além de marido, atuava como segurança, como protetor dela, principalmente após o incidente de violência. Zahara faz batalha na região da Costa e Silva, região da Bandeira. Atualmente, está em outro município deste Estado, e reside em um “pensionato” para travestis, isto é, em uma casa de cafetina. Questionada sobre suas idas e vindas a Campo Grande – MS, destacou que “*são 7 anos de pista, todos já me conhecem, as mariconas¹² tudo já me conhece, querem carne nova*”.

¹¹ Tal encontro ocorreu em função do trabalho encomendado pela Organização da Sociedade Civil Holandesa acerca do projeto: *HIV Young Leaders Fund* (Igualdade de Saúde para todos/as) na qual buscou-se, por meio de oficinas temáticas, identificar e qualificar as violações sofridas por esse grupo social de profissionais do sexo e michês.

¹² Maricona é uma “gíria gay” usada para definir os gays mais velhos. Entretanto, percebemos em campo que maricona é usado para designar aqueles que fazem sexo com as travestis, independente se são ativos ou passivos na relação, muito menos, de orientação sexual homossexual.

Agrado e Zahara se encontraram e iniciaram uma amizade/parceria em meados do mês de janeiro de 2017, quando Agrado foi fazer ponto na Costa e Silva, isto é, quando Agrado aceitou pagar pelo ponto a uma das cafetinas “donas” de um dos pontos de prostituição. Apesar da rua ser um espaço público, de livre acesso e permanência das pessoas, é sabido que na prostituição de rua são demarcados pontos, por cafetões e cafetinas, que cobram das prostitutas diárias para trabalharem e segurança para que ali estejam. Em uma noite fria de abril de 2017, o pesquisador e parte da equipe do projeto encontrou-se com Agrado, Zahara e Vera Cruz, e foi naquele momento, neste dia, que fui “aceito” por elas em suas vidas, pois, a partir daquele dia, o vínculo de confiabilidade, respeito e diálogo se intensificou.

O encontro com Vera Cruz não ocorreu em abril, mas em outubro de 2016, justamente em nosso primeiro dia em campo. Quem nos apresentou foi uma voluntária do projeto. Vera Cruz havia chegado há poucos dias em Campo Grande – MS e, segundo ela, residia em um pensionato conjuntamente a outras travestis, colegas de quarto e de batalha. Ao fazer o teste, já sabia de sua sorologia positiva ao HIV. Sua intenção era ser inserida na rede de atendimento, pois, segundo a mesma, desde sua vinda para Campo Grande – MS estava sem tomar os remédios, sem contar que, de sua vinda de Curitiba – PR a Campo Grande – MS, além do HIV, havia sido exposta ao vírus da sífilis e, portanto, necessitava de tratamento, sobretudo pela fragilidade em ter HIV e uma infecção sexualmente transmissível. Sendo assim, prontamente o coordenador entregou a ela seu cartão, contendo endereço, telefone e horário de funcionamento da instituição, por ser tarde da noite, por volta das 23 horas, tendo ficado acertado que Vera Cruz entraria em contato no dia seguinte para que pudesse agendar sua consulta, bem como acompanhá-la até o serviço de referência. Tal negociação deu-se dessa maneira pois Vera Cruz não possuía telefone celular, contudo, possuía acesso à rede social *facebook*. Seu acesso a rede de *internet* era limitado, pois tinha que pagar por hora ou dia para usar no pensionato em que vivia e, por isso, sempre que possível nos comunicávamos em *modus off line*.

Como acertado, Vera Cruz entrou em contato com o coordenador no dia seguinte, por volta das 16 horas, sendo que o serviço de referência em questão atende das 07h30 às 11h00, com retorno das 13h30 às 17h. Entrei em contato, à época, com o gerente do serviço e alertei sobre o caso. Em seguida, dirigi-me, acompanhado da antropóloga e da educadora social do projeto, em busca de Vera Cruz, que marcou conosco em sua residência. Ao chegar, atentei-me que se tratava da casa de uma famosa cafetina em Campo Grande – MS, e não um pensionato, como dissera. Vera Cruz estava usando roupas masculinas e, ao entrar no carro, nos comunicamos com ela no feminino quando, rapidamente, ela nos olhou e disse: “*por acaso está vendo alguma Vera Cruz aqui? Meu nome é...*”, fazendo menção ao seu nome de registro.

Pedimos desculpas e seguimos. Percebeu-se, então, que Vera Cruz, diferentemente de Agrado, transitava pelas identidades de gênero de uma forma mais fluida, já que utilizava signos femininos ou masculinos como, por exemplo, o vestuário, para demarcar e delimitar essa vivência.

Além da falta de tratamento ao HIV e sífilis, Vera Cruz não possuía seus documentos pessoais, muito menos o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, por tratar-se de um sistema universal, foi possível localizar seu registro no banco de dados. Ao final, deixamos Vera Cruz em casa e nosso contato passou a ser via rede social, quando possível e sempre em horários diferentes. Um outro dado interessante é que Vera Cruz, apesar de não ter nenhuma intervenção corpórea irreversível, como a ingestão de silicone industrial, possuía um corpo de dar inveja, e sua passabilidade para o gênero feminino era incrível. Digo era, pois, em nossos últimos encontros, havia dado “um tempo em ser travesti”, como ele mesmo disse; mas isso é um outro assunto que tratarei mais à frente. Voltando ao nosso encontro, após o dia da consulta, fomos nos encontrar novamente em abril de 2017, na mesma noite fria que encontramos Agrado e Zahara. A essa altura, Vera Cruz já estava completamente feminina, seu corpo, cada dia mais, definido por adereços e roupas que a faziam “passar por” (DUQUE, 2011; 2017a; 2017b) mulher. Como já dito, foi neste dia que aquele grupo de travesti me aceitou completamente, deixando eu ficar em seu ponto, apresentando-me a outras, demonstrando que elas me conheciam e que, portanto, poderia circular por ali livremente.

Digo isso pois, certa vez, ao transitar por este espaço por conta das ações do projeto Viva Melhor Sabendo, fui abordado por um homem que, posteriormente, soube que era cafetão e traficante naquele espaço. O mesmo me questionou sobre quem eu era, o que estava fazendo ali e o quê tanto conversava com as travestis. Expliquei quem eu era, mostrei meu uniforme e meu crachá de identificação da instituição e do projeto e quais os meus objetivos com elas. O fato de prestar um serviço de prevenção em saúde, além da entrega de insumos a um grupo social tão estigmatizado e marginalizado como o delas, pode ter auxiliado em minha circulação nesse espaço de várias disputas. E, com relação especificamente ao cafetão/traficante, talvez o tenha tranquilizado e não representasse problema algum a ele ou a elas.

Os dias, as semanas e os meses foram passando e voltei a encontrar Vera Cruz ao voltar de uma ação na região central de Campo Grande. Vera Cruz estava a pé, havia acabado de bater porta – alusão a quem acabou de fazer um programa com um cliente. Parei o carro, falei com ela e segui viagem; neste dia, estava na companhia de uma mestrandia em antropologia social que também investigava sobre prostituição feminina. Além disso, nosso contato, quando não nos víamos, era via rede social, até que certo dia, Agrado entrou em contato comigo, por meio

de outra rede social de trocas de mensagens instantâneas (*whatsapp*), alegando buscar notícias de Vera Cruz. Eu disse que não tinha notícias e que fazia dias que não falava com ela. Agrado relatou que temia pela morte de Vera Cruz, pois estava sendo jurada de morte por um cliente, o motivo: teria roubado o cliente. Marquei de encontrar Agrado, não mais em seu ponto na região da rua Costa e Silva, mas na região do nosso primeiro encontro, no Imbirussu, uma vez que tinha voltado para lá, o que aconteceu, segundo ela, por dois motivos: não queria pagar mais o ponto e por estar muito batida.

Diferente de Vera Cruz, Agrado fazia uso de hormônios (um por via oral – ciclo 21⁷ e o perlutan⁸, que é injetável), mas por ser mais humilde, outros acessórios de transformação do corpo eram insuficientes para deixá-la com uma aparência mais passável, ou que não levasse ao estranhamento, ou mesmo, ao reconhecimento por ser travesti. Em nosso encontro, Agrado destacou que Vera Cruz havia se envolvido com um cliente, conhecido na redondeza por ter atributos físicos, sexuais e financeiros avantajados, além de ser loiro e adorar transar com travestis; era conhecido, também, pela compra e consumo de cocaína e pasta base. Certa vez, Vera Cruz havia mencionado sua relação com essas duas drogas, mas, também, dizia que não estava usando há algum tempo, que tinha ficado no passado. Nas vezes em que estivemos juntos, nunca presenciei nenhuma alteração que indicasse o contrário. Assim, continua Agrado, que Vera Cruz havia sido expulsa da casa da tal cafetina por também ter sido acusada de roubo por outras travestis.

A conversa com Agrado me fez buscar os caminhos percorridos por Vera Cruz, em busca de seu paradeiro, mas nada adiantou, e como não possuía telefone, nosso contato reduziu-se apenas à rede social, o que tentava cotidianamente, mas sem sucesso. Até que, em novembro de 2017, um rapaz entrou em contato no meu número particular e passou o telefone para Vera Cruz. Ao reconhecer sua voz, perguntei a ela como e onde estava, momento em que passou seu endereço e pediu ajuda. Saí do trabalho e fui até o local combinado e, ao chegar lá, seu estado físico era irreconhecível, degradante, trajando roupas nem masculinas nem femininas, sendo que seu cabelo, suas unhas e sua pele pareciam não ver um banho a dias. Sentamos na calçada e Vera Cruz me contou o que havia acontecido, desde nosso último encontro em junho do mesmo ano. Disse-me que a história do roubo na Costa e Silva era mentira, que nunca roubou ninguém, muito menos cliente, que estavam confundido ela com outra travesti, e que isso era

⁷ Entende-se por ciclo 21 uma pílula anticoncepcional que previne contra gravidez e regula o ciclo menstrual das mulheres cisgênero.

⁸ O perlutan atua como hormônio, sendo injetável uma vez ao mês em dose única; assim como o clico 21, o perlutan também previne a gravidez.

intriga das outras por ela estar fazendo mais sucesso que as demais. Aqui, chama a atenção as redes que foram sendo tecidas para a desqualificação de uma travesti, algo tipicamente comum, como pude observar, e que, ao ler Pelúcio (2009) e Kullick (2008), fica claro que há sempre um disque me disse, algo para inferiorizar ou desqualificar uma travesti.

Nas noites em que acompanhei Vera Cruz na batalha, estava sempre trabalhando, descia de um carro e, em seguida, “batia porta”⁹ novamente, incansável, insaciável, ela e seus clientes. Disse-me, também, que de fato estava usando pasta base, diariamente, nestes últimos meses. Ao perguntar o que havia acontecido para que ela tivesse voltado ao consumo, disse que aquele cliente loiro, conhecido por gostar de fazer sexo com travestis, começou a sair com ela, e pagava a mais para consumir a droga com ele, uma prática comum no contexto da prostituição em Campo Grande – MS, consoante relatos das minhas informantes. Contudo, diz ela, que o pior não foi ele, mas um outro cliente, de fora, segundo ela de São Paulo – SP, e que no período em que esteve por aqui, ficou com ela 6 dias em um hotel na área central, ambos consumindo pasta base. A promessa dele era a de levá-la embora, quando pergunto o porquê não foi com ele, ela responde que quando foi até o pensionato buscar suas coisas, ao voltar para o hotel, ele já havia ido embora.

Assim, como ela havia ficado quase uma semana no hotel com ele, sem batalhar, isto é, sem pagar as diárias no pensionato, a dona do pensionato – a cafetina –, a expulsou. Disse que antes de ficar na casa desse rapaz que entrou em contato comigo, ficava na rua, dormia na rua. Ao questioná-la sobre quem era esse tal rapaz, disse-me ser um rapaz, usuário que conheceu também na rua que trabalhava no centro cuidando de carros. Ambos estavam morando em uma pensão, pagavam diária e lá foram ficando. Ela, trabalhando à noite, e ele durante à tarde. Ela só voltava para casa após conseguir dinheiro para comprar e consumir a droga.

Contudo, Vera Cruz estava muito cansada. Sua fisionomia alertava para isso, em decorrência da falta de cuidados e de tratamento adequado por conta de sua sorologia, além, é claro, do excessivo consumo de drogas. Ofereci ajuda para buscar sua família, já que não residem aqui, bem como ofertei acesso às políticas públicas, mas ela disse que não queria. Então, coloquei-me à disposição e segui. Passou dezembro, as festas de final de ano, e em meados de janeiro voltaram a me ligar, uma técnica social, de uma instituição de acolhimento a moradores de rua e usuários de drogas do município. A mesma havia entrado em contato a

⁹ A arte de bater porta no contexto de *batalha*, também se expressa enquanto uma categoria êmica, para compreender as redes de negócio e comercialização sexual. Fui percebendo que quando uma travesti diz que bateu uma, duas, três portas na noite, ou nenhuma, significa quantos programas realizou ou não realizou naquele dia.

pedido da própria Vera Cruz que, neste momento, de Vera Cruz não tinha nada, bem pelo contrário, apresentava-se de modo generificada no masculino.

À instituição, apesar de reconhecer sua identidade de gênero feminina, Vera Cruz não se reconhecia mais como tal, ou julgava, como disse durante a entrevista, que a travestilidade havia levado às drogas, à prostituição, à ilusão. Desse dia em diante, até fevereiro deste ano, fiquei em contato sistemático com ela, visitando e acompanhando seu caso junto às políticas públicas municipais. Durante o dia, Vera Cruz era assistida pelo Centro de Referência de População de Rua – Centro Pop e, durante a noite e finais de semana, pelo Centro de Triagem do Imigrante – Cetremi, ambos serviços de responsabilidade do município de Campo Grande – MS. Nesse sentido, meu contato passou a ser com as técnicas dos dois serviços de referência, pois apesar de Vera Cruz relatar ser mentira a história do roubo, o que eu ouvia na rua, durante a saída a campo, era de que Vera Cruz não poderia voltar às ruas, pois estava jurada de morte, tanto por clientes quanto por outras travestis. Desse modo, em conversa com essas técnicas, ao expor o caso de como e quando conheci e tive acesso as histórias narradas por Vera Cruz, e da sua condição de saúde, mencionei que sua família deveria ser acionada, e foi a partir daí que buscamos os familiares de Vera Cruz.

A relação de Vera Cruz com a família sempre foi conturbada. Seus pais são separados desde quando criança, e ambos nunca aceitaram sua orientação sexual, antes mesmo de começar a transitar pelos gêneros. Em sua entrevista, chegou a relatar que sua avó era a única a perceber sua travestilidade, dizendo, inclusive, que quem pagaria pela sua prótese seria a sua avó, já que a mesma foi criada pela avó. Sentia em seu discurso, durante a entrevista, certa essencialização para justificação do seu desejo em ser feminina, uma travesti. Relatou que “sempre soube”, “sempre brinquei de boneca, nunca brinquei de carrinhos”, como se, desde criança, seu destino tivesse apontado para sua transformação. Mesmo com tantos indícios, sua mãe não aceitava a ideia de ser *gay*, fato que corroborou para sua saída de casa; mesmo antes do trânsito entre os gêneros, Vera Cruz já atuava no cenário da prostituição. Saía com homens casados e ativos, nunca gostou de fazer a penetração enquanto ativa, sempre buscando ser penetrada, segundo relata. Seus atributos de passabilidade contribuíram para o seu sucesso, também, entre as *mariconas*.

Entretanto, foi o seu estado degradante em saúde que fez com que eu entrasse em contato com a sua irmã, a seu pedido, e a avisasse sobre seu paradeiro, pois Vera Cruz havia fugido de casa quando tinha 18 anos e fazia, ao menos, de dois a três anos que ela não visitava a família. Chegou a me passar o nome de sua irmã no *facebook*, e como conversamos por mensagem e não apagava, consegui resgatar tal informação. Assim, passei a falar com ela que, prontamente,

me respondeu aliviada por notícias, mas preocupada com os rumos da vida do irmão – a irmã, apesar de saber da travestilidade do irmão, não o chamava no feminino. A mãe, por sua vez, não o aceitava nem enquanto homossexual, muito menos travesti. Em síntese, o processo de solicitação de passagem do município até o estado de Vera Cruz demorou cerca de quase dois meses para sair, pois toda vez que o pedido de passagem era feito e aprovado, quando chegava nos finais de semana, Vera Cruz sumia na quinta-feira e retornava terça ou quarta-feira da semana seguinte. Isso denota que, apesar das fragilidades existentes no funcionamento das políticas públicas, sobremaneira no âmbito da assistência social, nesta situação quem não estava disponível para acessá-la era Vera Cruz, o que fazia com que o processo de solicitação fosse cancelado, realidade que ocorreu diversas vezes.

Na penúltima vez, ligaram-me em um domingo, pois Vera Cruz havia apanhado de outro assistido por ter roubado sua droga fora da instituição; em outro momento, fui encontrá-la na Unidade 24 hs por ter ingerido gasolina de posto de combustível. Segundo ela, saiu à tarde para andar com outros usuários da instituição, localizada no centro de Campo Grande – MS, e bateu a abstinência, e com o dinheiro que tinha comprou combustível e bebeu até que uma amiga, dos tempos de batalha, encontrou Vera Cruz na rua e a acolheu em sua casa. Vera Cruz me avisou por telefone que estava na casa dessa amiga, e passei a me comunicar com ela diariamente, cerca de duas semanas, até que sua passagem foi aprovada e liberada. Todo esse processo foi acompanhado oficialmente pelo IBISS|CO, enquanto Centro de Referência em Direitos Humanos em Campo Grande – MS. Atualmente, Vera Cruz mantém contato comigo via *whatsaap* e está em sua cidade natal, na casa de sua mãe, e mantém sua identidade de gênero no masculino.

Já o contato com Lola, 22 anos, branca, solteira e a 7 anos na batalha, deu-se no pensionato em que estava morando, no período em que passava por Campo Grande – MS. Diferentemente de Agrado e Paqueta, Zahara, Vera Cruz e Lola transitavam por diferentes cidades, estados e regiões do país em busca de trabalho, pontos e novas experiências. Segundo Lola, não gostava de fixar raiz em lugar algum; pelo contrário, precisava sempre estar viajando, conhecendo novos lugares, mas também para despertar o desejo de seus clientes. Naquela ocasião residia em um pensionato ocupado por travestis, na região Bandeira em Campo Grande – MS, e sua vinda a Campo Grande – MS estava relacionada ao fato de buscar novos programas e clientes, bem como sua intenção era guardar dinheiro para a sua nova intervenção corpórea. Lola é muito vaidosa, “passa por” (DUQUE, 2017b) mulher tranquilamente. Como destaca a própria Lola em sua entrevista: “por que eu sempre fui passando despercebida. Ah, então, isso sempre me ajudou no começo da prostituição, por que sempre muitos clientes me pegava

achando que era mulher”. Isto é, além de transitar entre os gêneros, a (trans)formação de seu corpo ocorre de modo a torná-la não apenas o mais feminino possível, mas para torná-la bela e atraente para si e seus clientes.

Minha última interlocutora, intitulada de Paquita, 23 anos, parda, natural de Ladário – MS, região de fronteira com a Bolívia, situado no Pantanal sul-mato-grossense, faz batalha na região da Bandeira, apesar de morar a km de distância do território onde atende. Conheci Paquita nas ruas em torno da região da avenida Costa e Silva, local comumente conhecido como zonas de prostituição. Paquita estava próxima ao ponto onde se localizam as mulheres cisgênero. As imediações da avenida Costa e Silva, na região Bandeira em Campo Grande – MS, são caracterizadas por ruas e destinadas à prostituição de mulheres cisgênero, mulheres transexuais e travestis, sendo as ruas mais próximas à avenida por mulheres cisgênero e, as acima desta, por travestis e transexuais – talvez pelo fato de essas ruas serem mais desertas e escuras, próximas a esquinas e terremos baldios.

Assim, foi nesse contexto que encontrei Paquita: ela estava próxima as duas esquinas que separam mulheres cisgênero e travestis e transexuais; então, aproximei-me e entreguei insumos de prevenção. Durante esse momento, foi possível conhecê-la melhor e, entre conversas e outras, pedi seu telefone e a convidei para participar deste estudo. No dia seguinte, entrei em contato com ela explicando da pesquisa e se ela teria interesse em participar, quando me disse que sim, e que poderia ser em sua residência. Diferentemente de Zahara, Vera Cruz e Lola, Paquita, assim como Agrado, residia com familiares. Paquita morava com seu primo e sua namorada, em uma casa de três peças numa região periférica da cidade. Na ocasião, estavam o primo e a namorada em um cômodo, com seis ou cinco cachorros. Pedi a ela para que fossemos até um local mais reservado, ou menos tumultuado, para a realização da entrevista. Apesar dos cachorros, do primo e de sua namorada, fomos até a sala e realizamos sua entrevista.

O papel da observação como dado para caracterização das participantes neste estudo permitiu compreender e conhecer, além do cotidiano da batalha, as formas como elas vão e são constituídas pelos e nesses espaços, como agenciam os corpos, como tecem as relações com as mariconas, os bofes, as cafetinas, os cafetões, com outras travestis e mulheres cisgêneros que transitam por ali. Inclusive, a observação foi fundamental para compreender os discursos proferidos durante o período das entrevistas, justamente por conhecer elas de outros contextos que não, exclusivamente, daquele da entrevista. Afinal, foi o convívio advindo da observação que possibilitou a “escolha” dessas participantes.

Foi por intermédio da escuta “qualificada” presenciada durante as noites em campo, que me foi possível compreender as nuances nos discursos proferidos por essas participantes,

quanto aos discursos desenvolvidos durante as entrevistas. Acredita-se que conhecer o campo, não apenas durante o momento de coleta de dados estruturada, possibilitou conhecer melhor os jogos e espaços de sociabilidades vivenciados por elas, o cotidiano, que por sua vez, vão refletir no modo como elas constituem subjetividades, e interagem com o pesquisador. Quantas vezes percebi as contradições em suas narrativas sobre a prostituição, o seu desejo em transformar o corpo, as relações entre elas e os clientes, que ao ligar o gravador há certa esquivia, nervosismo, ou mesmo preparação para o que se pergunta. Ademais, perceber as nuances, deslizos e/ou mesmo a naturalidade expressa a multiplicidade que é o humano.

2.2.3 A coleta e organização dos dados

O projeto de pesquisa submetido ao Comitê de Ética para pesquisa em seres humanos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, para avaliação e parecer de Nº 65843117.2.0000.0021 foi aprovado em 26 de abril de 2017.

O primeiro contato com as participantes desse estudo deu-se, como já dito, por intermédio das ações de prevenção junto ao IBISS|CO nos espaços e territórios de prostituição. Durante as noites em que foram possíveis acompanhar as travestis, sobretudo, Zahara, Agrado e Vera Cruz com as quais tive maior contato e acessibilidade. A proposta metodológica presente na abordagem qualitativa busca desenvolver “[...] uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 2012, p. 90).

Neste caso, buscou-se analisar as representações sociais dos processos de (trans)formação de gênero constituídos pelas travestis que atuam nos territórios de prostituição na cidade de Campo Grande – MS, com vistas a compreender as práticas corporais e as relações afetivas e emocionais que constituem a dimensão subjetiva, isto é, caracterizando, assim, os processos culturais de constituição do corpo, gênero e desejo. E, para tal, contou com a elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturado que se concentrou em apreender as práticas discursivas de Agrado, Lola, Zahara, Paqueta e Vera Cruz a partir de três eixos temáticos, a saber: 1) dados de identificação; 2) narrativas de vidas; 3) representações sociais sobre: corpo, gênero e sexualidade.

As entrevistas se deram de modo individual, sigilosas e gravadas, orientadas pelos princípios éticos e morais previstos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após o convite, às participantes deste estudo foram explicitados os motivos e interesses em suas participações, com o intuito de caracterizar as representações sociais destas travestis com

relação a temática de estudo nesta pesquisa. Destaca-se, desta maneira, que todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise.

As entrevistas com Agrado e Zahara aconteceram no mesmo dia e no mesmo local: na sede do IBISS|CO, no dia 09 de novembro de 2017, no período da tarde. A escolha pelo local deu-se pela necessidade das participantes quererem realizar o teste de fluido oral para a sorologia do HIV, além de pegar insumos como gel lubrificante e preservativos.

Com Vera Cruz a entrevista foi realizada em uma unidade de acolhimento para pessoas migrantes, no dia 18 de novembro de 2017, no período matutino. Isto porque Vera Cruz havia sido despejada da casa de uma cafetina por falta de pagamento das diárias e, posteriormente, do quarto onde residia com um outro rapaz, também por falta de pagamento. Neste caso, a entrevista ocorreu no estacionamento desta instituição, no carro do IBISS|CO.

As entrevistas com Lola e Paquita aconteceram em suas residências. A de Lola foi em um pensionato, onde residiam exclusivamente travestis, sob o comando de uma famosa cafetina da região. Já o encontro com Paquita foi em sua própria residência, uma vez que ela morava com seu primo e a namorada dele, em uma região mais periférica da cidade. Ambas as entrevistas ocorreram em um dia chuvoso, dia 04 de dezembro de 2017, finalizando, assim, a etapa da coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas.

2.2.4 A categorização e análise de conteúdos

A fase de categorização dos dados elencados com base nas entrevistas gravadas e, posteriormente, transcritas, configura como sendo um processo de sistematização. Ou seja, “categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2008, p. 59).

Para a autora, “formular categorias, em análise de conteúdo, é, via de regra, um processo longo, difícil e desafiante” (FRANCO, 2008, p. 59). Spink (1994) esclarece, ainda, que o processo de construção das categorias de análise implica em transcrever as entrevistas, aliar os discursos teóricos com os discursos do sujeito coletivo, (re)lembrar os objetivos presentes na pesquisa, identificar as categorias de análise, e apresentá-las em formato gráfico dos elementos presentes no discurso.

Esse longo processo – o da definição das categorias – na maioria dos casos implica constantes idas e vindas da teoria, ao material de análise, do material de análise à teoria e pressupõe a elaboração de várias versões do sistema categórico. As primeiras, quase sempre aproximativas, acabam sendo lapidadas e enriquecidas, para dar origem à versão final, mais completa e mais satisfatória (FRANCO, 2008, p. 60).

Em seguida, com a inclusão das categorias definidas, passou-se à fase de sistematização e objetivação dos dados encontrados por intermédio de categorias temáticas com base na produção discursiva das participantes. Afinal de contas, o que se espera com a análise de conteúdos é a sistematização e a produção de sentidos e significados. “São também uma expressão da realidade intraindividual; uma exteriorização do afeto” (SPINK, 2000, p. 98), o que a todo momento reverbera o método de investigação anunciado por Laurence Bardin, em *Análise de Conteúdo* (2011), que busca, além de organizar e possibilitar uma ferramenta de análise, constituir-se

por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Ainda assim, a autora elenca três fases essenciais na constituição desta técnica de investigação das práticas discursivas, comportamentais e expressivas, sendo a “pré-análise” constituída, fortemente, pela sistematização dos dados encontrados. Será por meio desta fase a possibilidade de insurgência de hipóteses, da leitura flutuante e delimitação do objeto a ser investigação. Em seguida, caracterizada de “análise descritiva”, é constituída pela exploração do objeto de investigação, sobretudo, na elaboração das categorias e eixos temáticos a serem analisados. Por fim, a “análise referencial” caracteriza-se pela fase dedicada à análise e interpretação dos dados (BARDIN, 2011).

Desse modo, a utilização desta técnica para investigação, análise e explicação dos processos e fenômenos psicossociais, incluídos em uma abordagem qualitativa, visa acessar os “fragmentos significativos, impregnados de sentidos, que sintetizam as ideias e os pensamentos da pessoa entrevistada” (LOPES, 2009, p. 138).

Em seguida, serão apresentados os elementos que compõem a fase para análise descritiva e referencial no diálogo com a Teoria das Representações Sociais, como campo de investigação e consolidação dos conteúdos do discurso.

2.2.5 Análise de conteúdo

Neste subitem serão apresentados os principais conteúdos decorrentes dos elementos identificados nas entrevistas com as participantes desse estudo, o que possibilita ao pesquisador acessar o conteúdo do discurso, de modo que possa construir categorias de análise, e, em

seguida, elencá-las em núcleos temáticos, isto é, em unidades discursivas. Sendo assim, como esclarece Bardin (2011), a análise de conteúdo como método possibilita compreender o conteúdo das mensagens de modo sistematizado e organizado. Com as entrevistas transcritas e organizadas, passou-se a sistematização do eixo temático e das categorias de análise.

Quadro 03 – Organização do eixo temático e das categorias de análise de conteúdos, 2018.

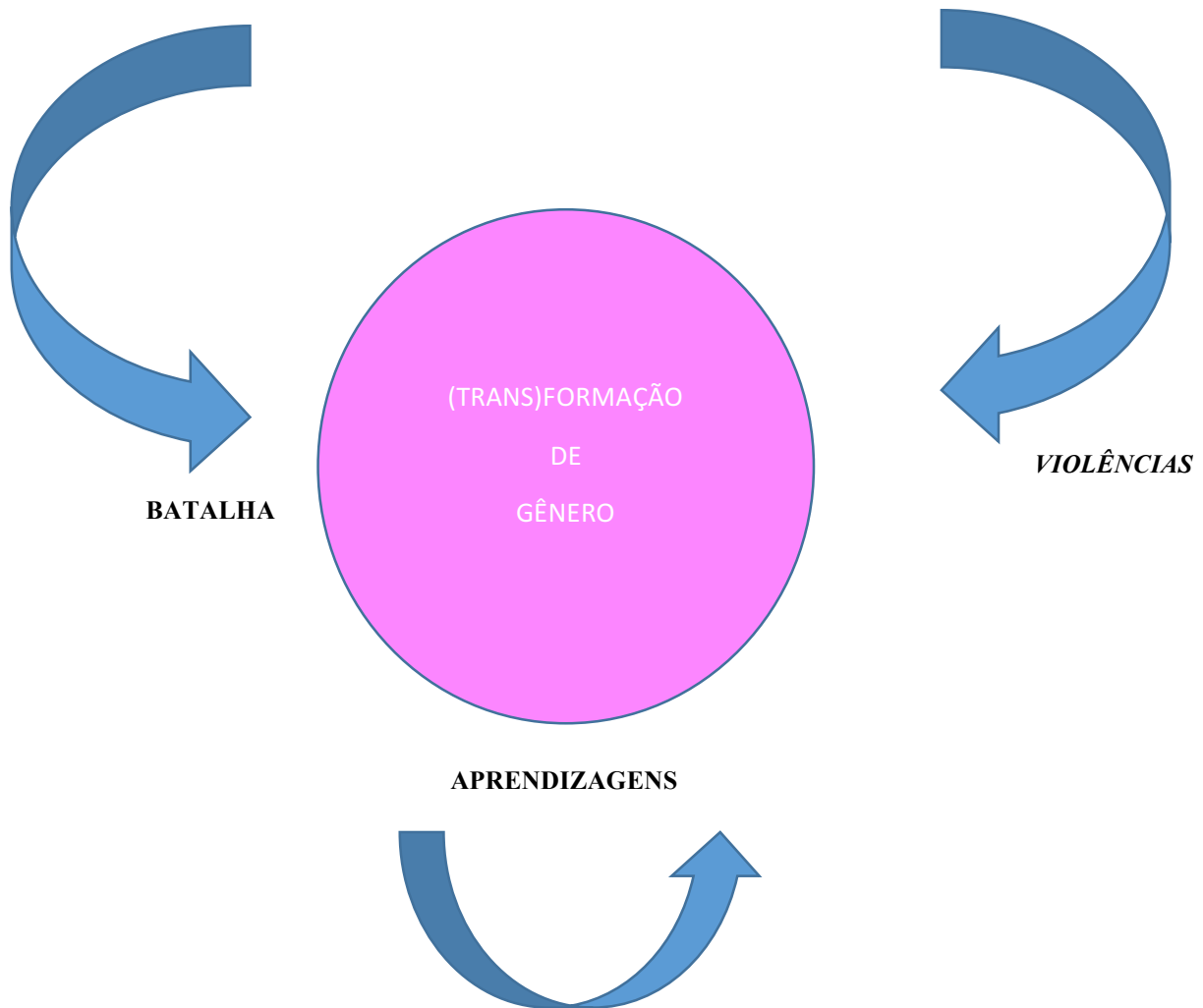
EIXO TEMÁTICO	CATEGORIAS
(TRANS)formação de gênero	Batalha
	Aprendizagens
	Violências

Fonte: Nolasco (2018).

Em seguida, será apresentado o eixo temático *(TRANS)formação de gênero* organizado de modo que proporcione conhecer e descrever cada categoria temática elencada seguida dos principais conteúdos de análise. Intitulado de (TRANS)formação de gênero, corresponde o eixo central dessa pesquisa e, a partir dele, dão indícios e elementos significativos para pensar que o corpo é o elemento central desse trabalho que pode ser percebido nas categorias elencadas.

2.2.5.1 Eixo temático: (TRANS)formação de gênero

Figura 01 – Eixo Temático: (TRANS)formação de gênero.



Fonte: Nolasco (2018).

O Capítulo III é “Uma mente feminina num corpo masculino¹⁰: elementos significativos na constituição das representações sociais de travestis.

¹⁰ Trecho retirado da entrevista com Zahara.

CAPÍTULO III – “*UMA MENTE FEMININA NUM CORPO MASCULINO*”: ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS NA CONSTITUIÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRAVESTIS

Este capítulo reúne os elementos presentes nos conteúdos discursivos de cada participante e os respectivos indicativos de produção de uma representação social. Quais são os elementos desse processo de (trans)formação que nos levam, ou dão indícios de representações sociais? Que elementos discursivos dessas travestis fazem pensar as representações sociais de corpo, corpo masculino, corpo feminino e o corpo em (trans)formação, objeto de análise e investigação neste trabalho?

A análise de conteúdos possibilitou unir diferentes sentidos e significados explicitados pelas singularidades de narrativas apresentadas pelas participantes deste estudo. Os componentes discursivos levaram à constituição das representações sociais sobre a “(TRANS)formação de gênero” das travestis. Consoante esclarece Lopes (2009, p. 155), “a associação das ideias que compõem o discurso de cada participante permite compreender os sentidos que estas elaboram acerca de suas experiências”.

No que tange à sistematização dos dados elencados, foi possível criar categorias para explicitar os dados encontrados e aglutinados em um eixo de análise intitulado “(TRANS)formação de gênero”, que reúne três categorias: batalha, aprendizagens e violências, expressando as unidades discursivas presentes em cada categoria, mas, também, que revelam em suas análises o que mais se evidenciou nos conteúdos do discurso.

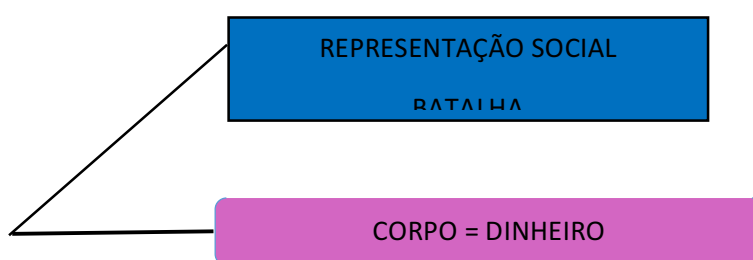
No entendimento de Spink (2011), a teoria das representações sociais se constitui a partir da dinâmica cognição e afeto que fora produzida no contexto da qual faz parte, isto é, as representações sociais sinalizam o conhecimento prático sobre determinado objeto e/ou fenômeno produzido na sociedade, o que, por si só, transforma o modo e a forma como produz o conhecimento científico. Afinal, as representações sociais buscam, enquanto teoria, a compreensão dos discursos proferidos e produzidos pelo e no senso comum.

Partindo dessa perspectiva, escolheu-se a análise de alguns indícios de representações sociais acerca do objeto de investigação elencado neste estudo por desvelar, em seus discursos, elementos significativos para a produção de uma representação social, já que, de uma maneira simplista, busca-se atingir os objetivos da pesquisa pautando-se em pressupostos epistemológicos.

Na sequência, seguem as categorias e os quadros contendo os principais conteúdos e seus fragmentos discursivos e representativos que evidenciam indicativos de representações sociais sobre os aspectos que envolvem a “(trans)formação de gênero” das travestis.

3.1 Batalha

Figura 02 – Representação social sobre a categoria batalha, 2018.



Fonte: Nolasco (2018).

Quadro 04 – Categoria Batalha.

ANÁLISE DE CONTEÚDOS	
Adoro dinheiro – aprendi a cobrar – foi fluindo – prostituição – clientes – dinheiro – transformar – falta de emprego – a gente pensa que a vida da gente vai ser uma maravilha – comecei em Criciúma – Florianópolis – Blumenau – tudo uma ilusão essa vida – o dinheiro , ele vem fácil, ele vai fácil – eles te oferecem – tal ponto é de fulana, tal ponto é de outra – dinheirinho “x” – vida normal – trabalhar – ganho por dia – tem dia que eu faço 300 – eu não penso em ficar eternamente pra essa rua – resolvi voltar a me prostituir – Corumbá – 2 mil por noite – por dia – 120, 40, 50 depende – bofe – passiva/passivo – ativo – um programa – na vida não é fácil – já fui agredida, já apanhei, fui roubada.	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Agrado	“Ah, depende [...] ah, depende. As vezes dá pra tirar <u>120, 40, 50. Depende.</u>” “É por dia e <u>por hora</u> também. [...] isso [...] varia.” “E aí... tem uns que quer ser <u>passiva</u> [...] <u>passivo</u> é o que gosta mais de comer. Assim, eu acho assim [...] não sei como dizer, mas tem uns que quer ser passivo, outros quer ser <u>ativo</u> [...] ah, que nem ontem mesmo... eu fui fazer <u>um programa</u>... o <u>bofe</u> queria que eu comesse ele.”
Zahara	“As vezes eu ganho, <u>ganho por dia, né. Tem dia que eu faço 300. Varia assim... Daí você vai somar assim por mês dá até um dinheiro bom. Mais ou menos uns... sei lá... mas às vezes que você não faz nada [...] tem dia que a gente vai embora sem 1 real no bolso. [...] a Agrado. Sou uma pessoa alegre, extrovertida. E vim aqui pra mim conseguir meus sonhos, os meus desejos. Que eu quero ter uma vida boa, dar uma vida boa pra minha família também. E conseguir comprar uma casa pra mim, ter uma condição financeira boa. E sair da vida, que <u>eu não penso em ficar eternamente pra essa rua.</u>”</u> “Por que na vida não é fácil. Eu já fui agredida, já apanhei, fui roubada. Então, <u>não é uma vida fácil. É uma vida muito difícil.</u> Então, por isso que eu não pretendo ficar muito tempo nessa vida.” “Eu comecei com 17 anos. Vim pra Campo Grande com 17 anos, me prostitui, mas eu parei 2 anos sem fazer. Daí voltei de novo. [...] por que eu casei. E eu fui pra minha cidade tentar uma

	<i>outra vida. Lá eu não fazia programa e fui morar com a minha família. [...] Por que eu fui morar com ele e Corumbá não é tão bom assim pra trabalho e o dinheiro não tava muito dando, daí eu <u>resolvi voltar a me prostituir de novo pra ter uma vida melhor</u> [...] tem muita. É o que mais tem é corumbaense em Campo Grande <u>trabalhando</u>.”</i>
Lola	“Aí, foi normal. Por que eu já aprontava desde pequeninha, então... só juntei o útil ao agradável. <u>Adoro dinheiro e adoro homens</u>, então... saia muito com <u>homens bonitos</u>, <u>aprendi a cobrar</u>... aí foi... foi surgindo... <u>foi fluindo</u>.” “[...] ah, então isso sempre me ajudou no começo da <u>prostituição</u>, por que sempre muitos <u>clientes</u> me pegava achando que eu era mulher. Mas eu sempre contei o que eu era, mas... Aí foi ficando mais fácil de ganhar <u>dinheiro</u> pra eu me conseguir me <u>transformar</u>.”
Paquita	“Eu já ganhei uns <u>2 mil por noite</u>. [...] é... por noite, né.” “Uma pessoa, assim, que gosta de <u>dinheiro</u>, a Paquita.”
Vera Cruz	“Sempre me interessou, mas também pelos fatos que estavam acontecendo na minha vida... na <u>falta de emprego</u>... não tava conseguindo... tava difícil... aí foi onde mais assim <u>veio o dinheiro fácil</u>... a gente pensa tudo nisso... <u>a gente pensa que a vida da gente vai ser uma maravilha, né?! Onde a gente se engana</u>.” “Cheguei... eu <u>comecei em Criciúma</u>. [...] Sim. Aí depois viajei para <u>Florianópolis</u>, fiquei em torno de 1 mês lá. Depois fui pra <u>Blumenau</u>. [...] ah, que é <u>tudo uma ilusão essa vida</u>... <u>o dinheiro, ele vem fácil, ele vai fácil</u>... [...] gastava... <u>primeiramente que conheci coisas errada</u>... me envolvi em coisa errada muito cedo [...] <u>pagam. Eles te oferecem</u>... eles vão te atentando, né... até que ele chega numa quantia que você... na hora ali pensa, <u>você precisa do dinheiro</u>, você pega e vai. A gente vai na mente, não... vai ser só aquela vez, vai ser só... aí depois vem outra, vem mais outra... aí quando você vê, <u>você tá profundamente afundada ali no</u>...” “Na casa de cafetina. [...] Sim, é onde a gente entra em contato com elas, quando a gente tá fora... daí a gente comunica que a gente vai vir... se elas aceitaram, daí a gente vem, fora isso a gente não pode... [...] sim, tem esse negócio... <u>não é livre não</u>... tem esse negócio... tal lugar, <u>tal ponto é de fulana, tal ponto é de outra</u>... e aí você tem que dar um <u>dinheirinho “x”</u> pra elas... pra poder trabalhar naquele lugar.” “Ah, a partir de agora queria dar um tempo, esperar um pouco, ver se é isso realmente que eu vou querer pra minha vida. Por que, às vezes, eu ainda deito a cabeça no travesseiro e penso em desistir e voltar à vida normal [...] <u>Vida normal... trabalhar, terminar meus estudos</u>... [...] isso. Em, parar com tudo. E ao mesmo tempo não, me vem um desejo de estar na rua, de ficar bonita, botar um silicone... E agora nesse tempo que eu tô aqui, eu vou dar uma relaxada, ver o que realmente eu vou querer pra minha vida.”

Fonte: Nolasco (2018).

A primeira categoria, denominada de batalha, reflete os significados e os sentidos atribuídos pelas participantes deste estudo acerca das trajetórias presentes no contexto da prostituição, e que dão indícios de representações sociais. A batalha evidencia como a vivência nesse contexto possibilita “fabricar” o feminino travesti, e isso se explicita em outros marcadores, como gênero e sexualidade.

Nota-se perceber, a partir dos conteúdos possibilitados pelos fragmentos discursivos, o quanto a batalha contribui para a constituição do gênero feminino, apoiado na noção de dinheiro que transforma o gênero a partir do corpo.

“Ai, foi normal. Por que eu já aprontava desde pequeninha, então... só juntei o útil ao agradável. Adoro dinheiro e adoro homens, então... saia muito com homens bonitos, aprendi a cobrar... aí foi... foi surgindo... foi fluindo” (Trecho da entrevista com LOLA, 2017).

A pesquisadora Jodelet (2002), destaca que a formulação de uma representação social é sempre a produção de um produto a partir daquilo que os sujeitos sociais pensam e produzem sobre a realidade objetiva, que está em constante movimento com o contexto social. Ou seja, quando Lola destaca que sempre “aprontava desde pequeninha, então.. só juntei o útil ao agradável” (Trecho da entrevista com LOLA, 2017), refere-se ao fato de naturalização de determinadas representações sociais que guiaram os seus comportamentos e atitudes. Ou ainda, utiliza como justificativa para formação de suas representações sociais.

Esta pesquisa também se deteve a esse espaço como investigação e estudo. E nesse sentido, existe uma representação social do que é estar na prostituição, sobretudo, no que concerne a figura da travesti. Há um significado sobre o cenário da prostituição, como marginal e subalterno. O que expôs também o que as pessoas pensam sobre a travesti – a marginalidade, subalternidade, promiscuidade. Mas, também, há o fetiche, da figura da travesti, “a mulher de pênis”.

Contudo, para esse grupo, participante desse estudo, a prostituição, é o meio, o caminho para a (trans)formação desse gênero, desse corpo. É com o dinheiro da batalha que ela irá se realizar subjetivamente. O cenário da batalha constitui elemento central para compreender como esse espaço produz normas de socialização e aprendizagem. Que vão fabricando o gênero dessas travestis.

Kulick (2008), em seu estudo com travestis e prostituição em Salvador, identificou que o principal espaço destinado às travestis são os territórios de prostituição. Felizmente, apesar das inúmeras violências e dos significativos números de casos de transfobia e transfeminicídio, como pode ser lido no Mapa da Violência (2018) organizado pelo Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA¹¹, ou pelos estudos de Berenice Bento (2014) sobre os corpos de travestis e transexuais.

O que, nos dias atuais, se explicita é o reconhecimento de que travesti não, necessariamente, precisa estar nesse espaço, não pelo o que representa socialmente, mas pela universalização e essencialização desse lócus destinado a elas. Afinal, têm-se a representação

¹¹ “ANTRA, é uma Rede Nacional que iniciou suas atividades em 1993 quando se instituiu o primeiro grupo organizado de Travestis na cidade do Rio de Janeiro, desde lá tem se tornado a principal rede de representação desse segmento em nível nacional a prova disso é ter realizado até aqui vinte e duas edições do Encontro Nacional de pessoas Trans que Atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS, principal fórum deliberativo das nossas pautas e bandeiras”. Acessado em <http://www.spm.gov.br/carta-de-apresentacao-da-antra.pdf>.

de que a rua – espaço público, é local da marginalidade, criminalidade, centrado em um conjunto específico de características, que auxiliam na produção de violência e exclusão.

Sabe-se que, atualmente, outros espaços sociais vêm, aos poucos, introduzindo as pessoas travestis no Brasil, para além dos territórios de prostituição, ainda que este seja o caminho mais percorrido por elas. Como identificado nessa pesquisa, a começar pela escola, local identificado como o maior produtor de práticas de violências contras as participantes.

A realidade vivenciada por travestis do mundo a fora que circulam por esses espaços, representam em seu cotidiano, um mix de sentimentos, doces amargos. Pois, os caminhos que as levam a prostituição são diversos. Desde a expulsão de casa por familiares, sobretudo, os pais no começo da transição, seja as drogas, amigos, necessidade financeira, ou mesmo, por acreditar ser o único lugar possível para se existir. No entanto, tanto os dados durante a observação como aqueles coletados nas entrevistas, com exceção da Paqueta, todas as demais estão na prostituição não pela exclusão de casa por parte das famílias, mas pelo desejo em transformar o gênero, o corpo tendo como possibilidade o dinheiro advindo dessa ocupação.

Por isso Jodelet (2002) declara que as produções de uma representação social destacam a junção de saberes cotidianos, e “estão ligadas tanto a sistemas de pensamentos mais amplos, ideológicos, ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto a condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (JODELET, 2002, p. 21). Muitas ainda relatam que exerciam a profissão ainda no gênero masculino, como foi o caso de Vera Cruz:

“Pesquisador: E aí, você vem pra prostituição, vem pra vida por conta, Vera Cruz, ou não, essa profissão sempre também te interessou...”

Vera Cruz: Sempre me interessou, mas também pelos fatos que estavam acontecendo na minha vida... na falta de emprego... não tava conseguindo... tava difícil... aí foi onde mais, assim, veio o dinheiro fácil... a gente pensa tudo nisso... a gente pensa que a vida da gente vai ser uma maravilha, né?! Onde a gente se engana” (VERA CRUZ, 2017).

Além disso, a relação que estabelecem com os clientes, com as cafetinas, com os namorados nesses espaços são, marcadamente, influenciados por códigos e hierarquias sociais. Lembro certa vez, em campo, durante a observação, escutar elas dizendo entre si de como as mariconas – e aqui emprego a significação apontada por Pelúcio (2004) –, não têm vergonha de deixarem as esposas em casa e virem procurar elas, as travestis (algo correspondente com os dados obtidos no campo e nas entrevistas). O não uso do preservativo é algo comum entre os clientes que buscam sexo com travestis. Há uma série de significados no contexto da prostituição com travestis. É comum, entre os clientes, a oferta de mais dinheiro para aquelas

que aceitem a prática sem o preservativo. O que é paradoxalmente contraditório, pois, ao mesmo tempo, que se tem uma representação social de que as travestis são marginais e doentes, têm-se a fetichização de seus corpos. E, segundo elas, eles pedem “goza” na minha boca.

“Mariconas” podem se enquadrar no perfil do “fino” – um cliente cortês, bem apessoado – o que é indicado pelos seus trajes e meio de transporte, geralmente automóveis de modelos mais novos e caros. Eles são quase sempre mais velhos que as travestis, seus bens materiais e seu comportamento indicam que pertencem à classe média. Sair com um cliente com esse perfil dá prestígio à travesti, ainda que durante o programa ela venha a se surpreender com seus desejos pouco “ másculos” para os padrões do grupo (PELÚCIO, 2005, p. 239).

Ou ainda, a experiência narrada por Agrado, que muitos desses clientes buscam no sexo com a travesti a prática sexual, sendo eles exercendo a passividade: “além de fazer programa, os homens casados vão lá querer ser... umas quer ser passiva, outros quer ser ativa e se eu operar eu perco de ganhar dinheiro, por que os homens casados não vão me procurar”. Isto é, o feminino travesti, o corpo masculino-feminilizado com o pênis, possui um atributo valorativo no campo das mariconas, sendo que tal relação contribui significativamente para a transformação desse gênero, afinal, o sexo ativo por parte das travestis sempre é mais caro.

O que não se repete com os bofes, boyszinhos, vícios e maridos das travestis, uma vez eu aqui as relações se estabelecem de modo a reproduzir as normas hegemônicas de masculinidades, ou seja, a verdadeira masculinidade viril. Tal masculinidade, a viril, jamais aceitará uma felação anal por parte dessas travestis, mas “tem alguns caras que a gente sente prazer, que são bonitos, são lindos”, segundo relatou Zahara, em 2017.

O tamanho do pênis ainda é muito valorizado entre os clientes, um atributo indispensável para o sucesso de qualquer travesti que transita pelos gêneros. No entanto, é claro que nem todas possuem o atributo de modo avantajado, bem como gostam de exercer a prática sexual ativa. Muitas consideram, inclusive, a feminilidade atrelada somente pela prática passiva e com a ingestão de muitos hormônios, que agem pelo corpo transformando-o de tal modo capaz de reversão.

Outro dado relevante no cenário da prostituição ocorre por intermédio dos valores dos programas, o que varia de profissional para profissional, bem como de ponto para ponto e de quem é “filha”, isto é, qual cafetina protege e investe financeira e afetivamente. E para isso, alguns critérios são elegidos: “o programa pode custar mais ou menos, de acordo com três critérios principais: 1) o quanto as travestis julgam que o cliente pode pagar; 2) a urgência delas em ganhar algum dinheiro; 3) o grau de atração que o cliente desperta” (KULICK, 2008, p.

163). Os dados de Kulick (2008) corroboram, neste sentido, com os dados encontrados em campo e nas entrevistas.

De acordo com elas, as participantes, o tamanho do pênis, a feminilidade travesti, e o sexo desprotegido, são requisitos fundamentais para que uma travesti tenha sucesso e reconhecimento. Vera Cruz, por sua vez, possuía tais atributos, o que por muitas vezes, causava incômodos entre as demais. Ou seja, varia muito de travesti para travesti, dos “investimentos” atribuídos ao corpo na fabricação do feminino, da montagem, do passabilidade (DUQUE, 2017), como critérios de visibilidade e atração.

Lola, por exemplo, é de uma beleza de comercial de TV, chegando até, segundo ela, “passar por mulher” (DUQUE, 2017): “ah, então isso sempre me ajudou no começo da prostituição, por que sempre muitos clientes me pegava achando que era mulher”, assim como Zahara, morena, corpo sensual, simpática e sem vícios, como descreveu em seu anúncio nas redes sociais. Vera Cruz, por outro lado, transita entre os gêneros numa espécie de “montagens” e “desmontagens”, como infere Duque (2011).

“Pesquisador: Desde que eu te conheci você foi muito... eu lembro que a primeira vez que a gente se conheceu você tava de Vera Cruz à noite e no outro dia tava de F., e eu fui chamar você de Vera Cruz, você me falou que ‘se eu estava vendo alguma Vera Cruz ali’...”

Vera Cruz: Sim.

Pesquisador: E hoje, você aqui na minha frente, você também, você está com unhas ditas femininas... mas, com vestimentas masculinas...

Vera Cruz: Mas por dentro, quem reina mesmo é a Vera Cruz.

Pesquisador: É a Vera Cruz... então pra você não... não...

Vera Cruz: Isso não interfere não... por que hoje em dia os homens não tão nem aí... eles não querem saber se você tem o peito, se você... eles não querem saber disso...

Pesquisador: Não?

Vera Cruz: Não! Isso na rua não conjuga em nada...

Pesquisador: Ahm, o que conjuga na rua?

Vera Cruz: Ah, esse já é... (risos)... já complicado de falar, né?

Pesquisador: Por quê?

Vera Cruz: Não... não é complicado... o homem, ele não quer saber... lógico... você tem que tá sempre bonita na rua, sempre bem vestida, sempre bem maquiada, cabelos sempre bem feito... mas, na rua, o que vale mais mesmo é se você tem... o... maior você ganha quanto você quer” (Trecho da entrevista com Vera Cruz, 2017).

Nesse jogo de tensões, desejos e aprendizagens as travestis vão se moldando, constituindo o gênero feminino, seus corpos e desejos ancoradas em representações sociais hegemônicas, como destaca Moscovici (2015), pois a todo momento, o grupo declara que o quanto mais se assemelhar do gênero feminino, mas chances de sucesso e reconhecimento terão. Sabe-se que a vida na batalha passa rápido, e a esperança de dias melhores acalenta o coração dessas travestis. De tal modo que almeja em seus discursos a saída da pista, da rua como meio de sobrevivência, e também, de financiamento de sua (trans)formação.

O que demonstra, a representação social de batalha pelo ganho financeiro do dinheiro, pois, apesar dos amargos vivenciados por elas no contexto do sexo, o dinheiro é a principal fonte de acalento para a (trans)formação de gênero dessas travestis.

Geralmente, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, as expressões dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2002, p. 22).

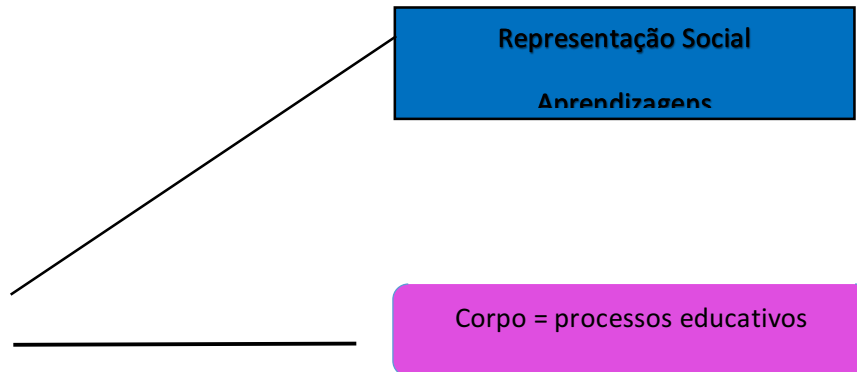
Ou seja, a representação social expressa múltiplas funções na produção da subjetividade dos sujeitos, por ela orientar o comportamento e o pensamento da pessoa. E aqui, indica-nos compreender que para essas travestis a categoria batalha traz elementos que nos levam a pensar que a (trans)formação de gênero é possibilitada e acarretada pelo dinheiro advindo desse trabalho.

Ou seja, a representação social expressa múltiplas funções na produção da subjetividade dos sujeitos, pôr ela, orientar o comportamento e o pensamento da pessoa. E aqui, nos indica compreender que para essas travestis a categoria batalha, traz elementos que nos leva a pensar que a (trans)formação de gênero é possibilitada e acarretada pelo dinheiro advindo desse trabalho. O que por sua vez, oferece não apenas a transformação, mas a legitimidade de reconhecimento pessoal e social.

Em síntese, entende-se nesse grupo, por batalha, a possibilidade de transformar o corpo e o gênero, através de um trabalho estigmatizado, mas também de inúmeras recompensas, à exemplo, a realização pessoal. A figura da travesti, como dito, apesar de estar mais ligada a marginalização e exclusão. Essas participantes utilizam do cenário da prostituição, não somente, pelo ganho financeiro, mas por gostarem de estar nesse espaço. O que é ambíguo por representar um espaço hostil e subalternizado, contudo, também é um espaço produtor de subjetividade.

3.2 Aprendizagens

Figura 03 – Representação social sobre a categoria aprendizagens.



Fonte: Nolasco (2018).

Quadro 05 – Categoria Aprendizagens.

ANÁLISE DE CONTEÚDOS	
Na escola – quando eu queria dar de graça, não queria – dinheiro – se você não tem, você não é ninguém – meu sonho – meus estudos – medo – putaria – escola – cafetina – ser travesti não é fácil – correr atrás dos seus objetivos – discriminação na escola – e então eu já não quis mais ir pra escola – sempre fui de menina – minha vida – escolha minha – só andava no meio de menina – os guris ficavam revoltados – mil e pouco uns 3 litros, onde que eu fui paguei 3 litros cinco mil reais.	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Agrado	“Até o 1º ano.” “Ah, é <u>muita discriminação na escola</u>, muito deboche, sabe. Os bofes, os maloqueiros lá ficaram debochando da cara, sabe... fica rindo da cara da travesti <u>e então eu já não quis mais ir pra escola por causa disso</u> [...] ia, todo o dia de travesti [...] isso. Nunca fui de homem não. Não gosto [...] sempre fui de menina. Não brincava de carrinho, só de boneca. Até hoje eu brinco de boneca.” “Via e não podia falar nada. Tinha que aceitar de boa, é uma <u>escolha minha</u>. Ele não vai mandar na <u>minha vida</u>. Quem manda na minha vida é eu. Não é ele.”
Zahara	“Sim, claro. <u>Meu sonho é voltar a estudar e terminar meus estudos</u>. Eu não volto por que eu tenho <u>medo</u>. [...] <u>medo de não ser bem tratada</u>.” “[...] e eu resolvi parar, lá mesmo eu parei de estudar, por conta do preconceito que eu recebi.”
Lola	“Foi ótima. Eu era terrível. [...] não. Parei. Ah, que saco... [...] eu parei por que eu comecei a viajar e não quis mais estudar mesmo. Mas por preconceito não. Super bem resolvida. Meus amigos super de boa. <u>Na escola fui muito bem tratada</u> [...] uhum... nunca... depois, agora... meus amiguinhos do colégio não podem me ver. Mas, ah, eu fico louca. Quando eu tava na escola não me queria, agora quer? Fico nervosa, pois agora vai pagar. <u>Quando eu queria dar de graça, não queria</u>. Agora vai pagar.” “Ah, eu usei... eu não vou mentir... eu tinha condições de colocar prótese, mas eu acho horrível. Não gostei da prótese, acho que fica muito, muito artificial. Eu fiz com silicone mesmo. Que é o que todo mundo usa, só que ninguém diz que é o silicone industrial, né. Eu não tenho vergonha de falar, e eu vou pra quarta vez. Que eu vou aumentar mais ainda.”

Paquita	<i>“Eu estudei até a 5ª série. [...] ah, por que a <u>putaria</u> falou mais alto.”</i> <i>“Não. Sempre me respeitaram. [...] não, era difícil, né. Só minhas amigas mesmo assim. Andava só com meninas na <u>escola</u>.”</i> <i>“Não, não tem clínica não. É a <u>cafetina</u> que bomba mesmo.”</i> <i>“Ser guerreira também, né. Tem que ser guerreira. Por que <u>ser travesti não é fácil</u> [...] guerreira é trabalhadora, <u>correr atrás dos seus objetivos</u>.”</i>
Vera Cruz	<i>“Ah, me sentindo assim... derrotada. Sabia? Por que... nesse nosso mundo de travesti se você tem <u>dinheiro</u>, como no mundo em geral... no mundo geral, se você tem <u>dinheiro</u> você é gente, <u>se você não tem, você não é ninguém</u>.”</i>

Fonte: Nolasco (2018).

Nesta categoria serão apresentados os discursos que correspondem aos processos de socialização e aprendizagens que compõem as trajetórias de vidas dessas travestis. Caberá, então, analisar as influências que corroboraram em seus processos de formação, tanto em espaços informais quanto formais. Apesar de evidenciar, nos discursos das participantes, a sua relação com a escola, parte-se da concepção empreendida pelos teóricos do campo das ciências sociais, Peter Berger e Thomas Luckmann (2009), os quais destacam que o processo de socialização, isto é, de internalização da realidade, a partir da interação entre sujeito-objeto-sujeito, não apenas nos espaços de educação formal, mas em todos os espaços institucionais e/ou que haja tal relação entre outros.

Diante disso, caberá aqui apresentar como os espaços configurados pela escola, família, batalha, contribuíram e ainda contribuem com os processos de aprendizagens, e como essas aprendizagens dão indícios e sinalizam a transformação desse gênero

Diante disso, aqui caberá sinalizar como os espaços permeados pela escola, família e batalha contribuem como processos de aprendizagens, e como essas aprendizagens dão indícios e sinalizam a transformações desse gênero calcado em valores simbólicos e culturais hegemônicos, que são aprendidos muitas vezes de modo natural e tido como universal, encarado como um processo educativo.

As técnicas empreendidas na construção do corpo e do gênero das travestis são permeadas por normas, condutas e valores apreendidos socialmente por meio do constante jogo de interações sociais, sendo, assim, aprendizagens que vão desde a “transformação” perpassada pelo uso ou não de instrumentos corpóreos, como silicone industrial ou mesmo apetrechos ditos femininos, tal como pode ser lido na fala de Lola sobre as técnicas utilizadas na fabricação do gênero feminino:

“Lola: Com 16 anos eu coloquei, a primeira vez, **eu coloquei a minha bunda**. Com 17 eu coloquei a segunda vez. Com 18 coloquei meu peito. Com 19 eu fiz o meu nariz. E com 20 coloquei a terceira vez a bunda.

Pesquisador: Como assim, “**coloquei a bunda**”?

Lola: Fui aumentando... pequena, média e agora tá desse tamanho. Gigante... (risos)

Pesquisador: E que material é esse que “**coloca a bunda**”?

Lola: Ah, eu usei... eu não vou mentir... eu tinha condições de colocar prótese, mas eu acho horrível. Não gostei da prótese, acho que fica muito, muito artificial. Eu fiz com silicone mesmo. **Que é o que todo mundo usa, só que ninguém diz que é o silicone industrial, né. Eu não tenho vergonha de falar, e eu vou pra quarta vez.** Que eu vou aumentar mais ainda.

Pesquisador: Porque você acha que as pessoas não falam que colocam silicone industrial?

Lola: Ah, eu acho que por causa que... não tem... não é liberado, então por isso que o pessoal tem receio, diz que não pode. Mas engraçado que tem clínica, muitas clínicas famosas que eu conheço que usa o silicone industrial. E dizem que é PMMA¹², dizem que é metacril, mentira, conheço várias que coloca.

Pesquisador: Metacril e PMMA são tipos de silicone?

Lola: Isso. Legalizados” (Trecho da entrevista com Lola, 2017).

Em outro momento destaca que tais intervenções são para o seu próprio bem “a gente sabe que não faz bem pra gente, mas a gente vai” (LOLA, 2017). Ao se referir aos agravos acometidos pela utilização desta técnica, ou seja, da injeção de silicone industrial, muitas vezes, realizada por uma cafetina, conhecida como bombadeira, em condições precárias que, pode influenciar na qualidade da saúde das travestis e transexuais- “todas as travestis parecem saber que se bombar é perigoso. Mas a maioria não abre mão dessa técnica de transformação do corpo” (PELÚCIO, 2005, p. 103).

Por isso, uma travesti e/ou transexual que deseja aventurar-se por esse processo, busca, em suma, a presença de uma bombadeira, aquela mais experiente na arte de bombar o corpo das iniciantes, como pode ser lido em Pelúcio (2005), Silva (2007) e Kulick (2008).

O que pode ser vivenciado nas inúmeras intervenções clínicas que são realizadas na (trans)formação desse gênero. Como sinaliza Lola (2017) “eu vou fazer o meu nariz de novo. Eu vou fazer o meu palmex¹³, eu vou me refazer toda de novo, na verdade”. Continua ainda, em um relato mais intenso destaca:

Pesquisador: E essas modificações todas no seu corpo é pra quê?

Lola: Estética. Não é por causa de ser travesti, mulher faz. É estética. Quero ficar bonita.

Pesquisador: E você já não acha que está bonita?

Lola: Não... tô não, eu ainda vou ficar. Quero terminar meu laser, pra tirar a minha barba, que isso me deixa louca. Quero, aí, muita coisa ainda, ixi, vai anos.

¹² É uma técnica de bioplastia muito semelhante as técnicas que se utilizam do gel, como presentes no silicone e nas próteses a base de gel.

¹³ Segundo Lola palmex são as pálpebras – “a maçã do rosto como falam... a maçãzinha eu vou colocar preenchimento. Palmex, aqui assim” (LOLA, 2017).

Pesquisador: E depois que você chegar a realizar tudo isso que você tem vontade de fazer com o seu corpo, você acha que essa vontade de fazer coisas novas vai cessar ou ela vai continuar?

Lola: É um vício. É um vício. Realmente, não só pra gente que é trans, travesti, como pra pessoas cis. A gente vê as famosas quando elas são bonitas, depois a gente vê fica horrorosa, né. Parece que a gente vicia. A gente sabe que não faz bem pra gente, mas a gente vai.

Pesquisador: Então, por exemplo, independente de você ser trans ou cis, você acha que a estética e essas intervenções que ocorrem no corpo é independente de você ser trans ou cis.

Lola: Independente por que se fosse assim, mulher cis não faria plástica. Acho que a gente faz pra se sentir bem. Não pelo que a gente é.

Pesquisador: E você acha que nesse sentido, você acaba fazendo essas intervenções pra se aproximar um pouco da figura do que é ser mulher ou também...

Lola: Ah, isso daí eu acho bem...de cabeça pra cabeça, por que tem, eu conheço amigas minhas que fazem por que querem ficar feminina, ficar bonita. Eu faço por que eu me sinto bem. Eu, “olha, ai tô gorda aqui, vou tirar um pouco, meu peito tá caído vou erguer”. Pra eu me sinto bem, não pra eu ficar feminina por que se fosse pra ser feminino, eu acho que quanto mais natural, mais feminina é. Então, eu faço pra me sentir bem, por que antigamente eu passava por mulher, hoje em dia eu já passo por viadão. Onde eu chego todo mundo já paralisa: “meu deus”. Que nem agora, agora eu tô vestida assim, mas por que...agora se eu colocar uma roupa mais justa não tem quem não olha. Já falam: “olha lá, olha lá”. É muito grande, é muito exagerada. Então, se fosse pra parecer mulher, quanto menos melhor. Pra eu me sentir bem mesmo, eu gosto da exuberância, de chegar mostrando.

Pesquisador: Mostrando que é travesti...ou...

Lola: Não mostrando meu corpo mesmo. Como que eu sou bonita, indiferente se eu fosse cis, ou como eu sou trans. Acho que se eu fosse uma mulher cis ia querer a mesma coisa...é a cabeça mesmo.

Pesquisador: Então você acha que há diversas formas de ser feminina?

Lola: Sim, várias. Não precisa ter peitão, bundão pra ser feminina. Conheço várias amigas minhas tem peitão, bundão mas agem como homem. Só tem ali a figura mesmo feminina, por que por dentro é um homem. E conheço várias que não tem nada e você olha é uma garota. Então isso é bem irrelevante, não quer dizer...o processo de se fazer querer ser feminina. Acho que quem nasce, nasce com a cabeça já, vem de dentro...o corpo é só...uma ajudinha (Trecho da entrevista com LOLA, 2017).

O que esse relato extenso, porém, necessário destaca é como o corpo responde ao gênero em questão. E não ao sexo. Lola, busca se aproximar dos elementos ditos “feminino” na (trans)formação de seu gênero, na busca por ser “bonita”, passar por, contudo, também destaca que não adianta em nada ser feminina, possuir todos os atributos se “por dentro” age como homem. Para ela, já se nasce feminina e/ou masculino, “vem de dentro” (LOLA, 2017). E o corpo é apenas a expressão disso. Como se a feminilidade fosse algo natural, e por isso universal à todas as mulheres.

E não algo que se constrói diariamente, conforme destaca Pelúcio (2005, p. 102), em “Toda quebrada na plástica – corporalidade e construção do gênero entre travestis paulistas” destaca que

se o hormônio é a feminilidade, a beleza e o nervoso, que confirma os resultados da feminilização, o silicone é “a dor da beleza”. O corpo feito, todo “quebrado na plástica” é o sonho da maioria. Mas nem sempre as intervenções podem ser

conseguidas em clínicas de cirurgia plástica filiadas ao sistema da medicina oficial. Então, procura-se o caminho tradicional, aquele que vem sendo usado há pelo menos 30 anos pelas travestis: a bombadeira.

Além dos agravados, a arte de bombar, por intermédio de uma bombadeira, também carrega em si um grau de expertise e bom relacionamento, uma vez que tal procedimento é caro. Paquita, por exemplo, vai em busca em outro Estado para a realização de tal procedimento:

“Pesquisador: Você tem silicone?
 Paquita: **Tenho 3 litros na bunda.**
 Pesquisador: Quantos?
 Paquita: 3 litros na bunda. Vou colocar mais.
 Pesquisador: E como que coloca isso?
 Paquita: É o silicone industrial. **Injetável.**
 Pesquisador: Ah, é injetável. E você vai em algum lugar pra fazer isso?
 Paquita: Vou! **Eu saio do Estado, vou em outro Estado.**
 Pesquisador: Ah, é uma clínica especializada?
 Paquita: Não, não tem clínica não. **É a cafetina (bombadeira)** que bomba mesmo.
 Pesquisador: E você não acha arriscado isso?
 Paquita: **Achar eu acho, mas o que que a gente ficar bonita, o que que a gente não faz?**” (Trecho da entrevista com Paquita, 2017).

Questionada do porquê da escolha por outro Estado, Paquita ressalva que aqui, em Campo Grande – MS, o procedimento não é tão seguro, além de ser barato. Em sua concepção, baixo custo e qualidade estão associadas, como reitera:

“Pesquisador: E todas as vezes que você colocou, você colocou fora de Campo Grande?
 Paquita: Fora daqui.
 Pesquisador: Mas por quê?
 Paquita: **Por que sim... aqui a agulha é mais grande.** No outro Estado coloca agulha pequena, tem anestesia. **Aqui não tem anestesia, você sente mais dor. É que aqui é mais barato, entendeu? Mil e pouco uns 3 litros, onde que eu fui paguei 3 litros cinco mil reais**” (Trecho da entrevista com Paquita, 2017).

As narrativas que apresentam as histórias de vida dessas travestis são marcadas por processos de singularidades que, ao mesmo tempo, destacam a multiplicidade, a diversidade e a complexidade dos fenômenos vividos na interação com o outro. As realidades expressas por elas estão imbricadas entre marginalização e exclusão, o que as coloca em condições de subalternidades, pois são marcadas “pela percepção da ausência de políticas públicas que possam contemplar ações mais comprometidas com a inclusão social e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais” (PERES, 2015, p. 63).

Em seus diálogos fica evidente as queixas da ausência de acesso às políticas públicas nas áreas da assistência social, da saúde, da educação e do trabalho formal. Em se tratando dos

processos educativos ligados à escolarização formal, nota-se o não reconhecimento das identidades de gênero travestis, ou seja, a utilização do nome social não foi permitido para as entrevistadas nas instituições educacionais por onde passaram. Todo esse processo intensifica à exclusão, dos espaços supracitados, e as colocam como destino à prostituição.

Entre as participantes deste estudo, nota-se evasão por parte das participantes dos bancos escolares. O que por sua vez reitera os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao não reconhecer, por exemplo, o campo identidade de gênero, perde-se essa “informação” de qual o real cenário dessa população frente ao processo de educação formal.

Por outro lado, foi identificado que entre as participantes, a exceto, de Lola, as demais percebem a escola como um ambiente hostil, de produção e perpetuação de práticas violentas, que acabam por contribuir por sua entrada e inserção no cenário da prostituição, afinal, a escola sempre se apresentou como um espaço no qual elas não foram “aceitas”, “reconhecidas”, “visíveis”.

Zahara, por exemplo, cursou até a 8ª série, Vera Cruz, até o 1º ano do ensino médio, Paqueta até a 5ª série, Agrado até o 1º ano do ensino médio e Lola foi a única que não mencionou até que série estudou, mas, ao mesmo tempo, também foi a única a mencionar a escola enquanto um ambiente sem “medo”, “repulsa” ou “violência”.

Segundo afirma Lola, “eu parei por que eu comecei a viajar e não quis mais estudar mesmo. Mas por preconceito não. Super bem resolvida. Meus amigos super de boa. Na escola fui muito bem tratada”, mas: o que leva Lola a pensar que na escola foi super bem tratada? Seria o reconhecimento de sua identidade de gênero? Questionada sobre a possibilidade de ter sofrido algum tipo de violência nesse espaço, durante o período em que ficou, destaca que “não. Por que até mesmo quando tentaram fazer eu já ficava louca. Acho que foi uma vez que um menino foi me bater, me chamar de “viadinho”, falei “ah, vai apanhar de um viado agora”.

Isso implica em dizer que não foi porque Lola, em sua experiência escolar, não “sofreu” práticas de violência explícitas que diminuem os estigmas e as violações apresentadas pelas demais, ou, até mesmo, de não ter percebido práticas veladas de violência. O motivo que levou Lola a interrupção dos estudos decorre das exigências advindas da prostituição, como as viagens, por exemplo: “eu parei por que eu comecei a viajar e não quis mais estudar mesmo”.

Diferentemente da experiência de Zahara, durante o seu processo de escolarização formal, que foi marcada, sobretudo, por relações de preconceito e exclusão:

“cheguei a essa profissão por que é muito difícil alguém querer dar emprego pra uma trans. Sendo travesti é difícil você ver oportunidade. **Por que a gente, até na escola, a gente somos rejeitada pela sociedade.** Que trata a gente mal, não chama a gente

pelo nome feminino. E na escola mesmo, os guri caçoava de mim, ria de mim por eu ser desse jeito. **E eu resolvi parar, lá mesmo, eu parei de estudar, por conta do preconceito que eu recebi**” (Trecho da entrevista com ZAHARA, 2017).

As ações de violências não eram apenas praticadas pelos meninos, mas também referendadas por professores e pela coordenação da escola, como afirma Zahara: “não. E a diretora, a professora... eu falei pra ela me chamar, ela disse “não, você é um menino, e você tem que ser chamado assim”.

A época em que Agrado estudava não havia, ainda, dispositivos legais e jurídicos que regulamentassem o reconhecimento ao direito do uso do nome social de travestis e pessoas transexuais nos documentos escolares – não que fosse preciso. Contudo, recentemente, em 17 de janeiro deste ano, o Ministério da Educação (MEC) homologou a decisão instituída em setembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para o reconhecimento das instituições escolares aos nomes sociais, ao invés dos nomes de registros em listas de frequência e outros documentos relativos a vida escolar.

A deliberação manifesta uma conquista de direitos pelo reconhecimento da dignidade de travestis e transexuais. A proposição faz parte de uma série de políticas públicas desenvolvidas para que cheguem e se efetivem dentre dos múltiplos movimentos de pessoas travestis e transexuais, contribuindo, assim, para a diminuição de fatores que levam a segregação de espaços institucionais, o que acarreta em altos índices de violências simbólicas, emocionais, físicas e até psíquicas.

Para além do espaço da educação formal, ou seja, da escola como mediadora de aprendizagens e formação, destacam-se outros territórios, como a batalha, por exemplo. O modo como elas, as travestis, transitam e tencionam esses espaços se destacam sumariamente na fabricação do feminino travesti, e está, por sua vez, permeado por processos de socialização e aprendizagens.

Neste sentido, compreender os espaços sociais e as relações sociais como constantes atos de aprendizagens supõe interpretar que todo contexto, seja em grupo e/ou individual, produz processos de subjetividades. “Essa construção teórica acaba definindo a identidade de grupos sociais que permite o acesso a dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais” (SANTOS; SHIMIZU; HAMAN-MERCHAN, 2014, p. 4557). Sobretudo, porque a gênese de uma representação social se articula a partir de dois processos: ancoragem e objetivação.

Entende-se por objetivação “aquilo que é abstrato. Ela transforma um conceito em imagem de uma coisa, retirando-o de seu quadro conceitual científico” (TRINDADE; SOUZA;

ALMEIDA, 2011, p. 145), ao passo que o processo de ancoragem “corresponde exatamente à incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de valores que lhe é próprio” (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2011, p. 147), isto é, que faz parte do seu contexto social. Por isso,

as representações sociais expressam desse modo as ideias, o pensamento de um determinado grupo social, em uma determinada época. São os significados e os sentidos que o grupo atribui à realidade. Cada integrante do grupo vai internalizando tais significados e constituindo sua subjetividade (LOPES, 2009, p. 117).

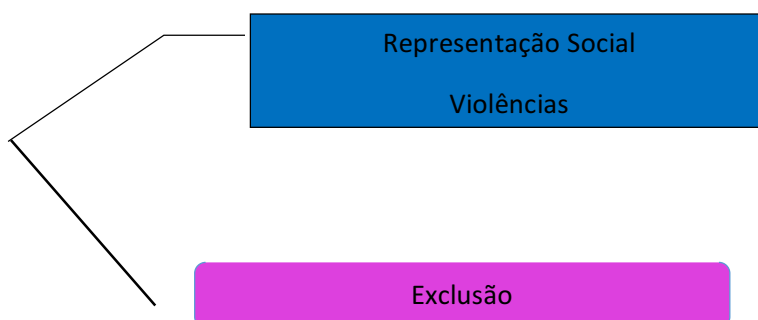
Em síntese a teoria das representações sociais centra em compreender como os saberes, discursos e conteúdo do senso comum elaboram, compreendem e interpretam o real sobre determinado objeto e/ou fenômeno social. Aqui, nesta categoria, o corpo, como um processo de aprendizagem, representa como essas travestis buscam elementos essencialistas, em termo de gênero. Como destaca Lola, uma das participantes, o seu gênero feminino, bem como, o seu corpo, vem de dentro, e não do seu sexo.

Mesmo que para isso seja preciso se submeter a tecnologias de fabricação do corpo, nem tão convencionais e seguras, como a ingestão do silicone industrial, o fato de tal técnica contribuir para transformação e reconhecimento do gênero pautados em valores constituídos socialmente.

E, de acordo, com os elementos discursivos das participantes, o processo de aprendizagem se dá em decorrência dos valores comumente históricos e sociais, que são legitimados por meio das inúmeras instituições sociais, como família, a escola, o estado e os próprios grupos sociais.

3.3 Violências

Figura 04 – Representação social sobre a categoria violências.



Fonte: Nolasco (2018).

Quadro 06 – Categoria Violências.

ANÁLISE DE CONTEÚDOS	
Menino foi me bater – “ viadinho ” – complicações – preconceito – cliente – esfaqueou – 50 reais – Eu fui agredida, tomei várias facadas – transou comigo – bateu – me jogou na BR – por que até na escola – sendo travesti é difícil você ver oportunidade – até na escola a gente somos rejeitada – não chama a gente pelo nome feminino – não, você é um menino – não faz mal a ninguém – o dono de lá, a dona e o filho não gostavam de travesti – isso aí chama discriminação .	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Agrado	“Ah, essa profissão é muito legal por que você leva currículo, o povo olha pra sua cara, não quer dar serviço, sabe. <u>Isso aí chama discriminação</u>. E aí eu prefiro rua, pra fazer programa, pra sustentar e ganhar dinheiro por que não dão serviço pra ninguém.” “Ah, uma vez eu peguei, fui querer trabalhar, fui levar currículo, aí chamou assim pra trabalhar num restaurante e depois falaram que não precisava por que <u>o dono de lá, a dona e o filho não gostavam de travesti</u>. [...] não. Eu fui de travesti. [...] ah, que travesti <u>não faz mal a ninguém</u>.”
Zahara	“Eu saí com um <u>cliente</u>. Ele me <u>esfaqueou</u> por que eu não quis ficar com ele no quarto, tinha pagado <u>50 reais</u> e tava usando droga. Ele queria me obrigar que eu ficasse com ele no quarto e usasse droga com ele. <u>Eu fui agredida, tomei várias facadas</u>. [...] não, tive assim, algumas pessoas me ajudaram, pra mim conseguir, né... foram em casa, me deram as coisas, isso e aquilo e daí, me ajudaram um pouco sim.” “Não... já foi... saí com um <u>cliente</u>, ele <u>transou comigo</u> e não quis me pagar e me <u>bateu</u> e falou se eu... e <u>me jogou na BR</u> aqui em Campo Grande. Lá na saída de São Paulo.” “Eu cheguei a essa profissão por que é muito difícil alguém querer dar emprego pra uma trans. <u>Sendo travesti é difícil você ver oportunidade</u>. Por que <u>até na escola a gente somos rejeitada pela sociedade</u>. Que trata a gente mal, <u>não chama a gente pelo nome feminino</u>.” “Não. A diretora, a professora... eu falei pra ela me chamar, ela disse “<u>não, você é um menino</u>, e você tem que ser chamado assim. Seu nome não é esse”, na época eu tava estudando.”
Lola	“Não. Por que até mesmo quando tentaram fazer eu já ficava louca. Acho que foi uma vez que um <u>menino foi me bater</u>, me chamar de “<u>viadinho</u>”, falei “ah, vai apanhar de um viado agora”, arrebentei o menino, mas nunca mais ninguém mexeu comigo no colégio.”
Paquita	“Pelos <u>guris sim</u>, os <u>guris ficavam revoltados</u> [...] <u>só andava no meio de menina</u>. Nunca me enturmei com eles para jogar bola, esses negócios, nunca gostei.”
Vera Cruz	“Ser uma travesti tem suas complicações, né. [...] <u>preconceito, principalmente</u>.”

Fonte: Nolasco (2018).

O fenômeno da violência consiste na manifestação gravíssima da troca de práticas, discursos e saberes perpetrados contra o outro ou a si próprio em diferentes níveis e contextos sociais. Além disso, é considerado entre as(os) pesquisadoras como um problema de saúde pública e, portanto, uma questão central para a transformação de valores e condutas sociais.

Para a pesquisadora em saúde pública Cecília Minayo, a produção deste fenômeno envolve várias multideterminações, procurando identificar e articular os impactos que a violência ocasiona nas relações subjetivas e coletivas, já que

a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas (MINAYO, 1998, p. 514).

Em sua investigação, considerou analisar que a violência não ocorre de modo individual, mas encontra-se permeada nas e pelas relações sociais, decorrendo, então, do jogo de tensões, primordialmente, em função das relações desiguais – racializadas, patriarcais e machistas – produzidas no âmago dessa sociedade. Reconhece-se, aqui, o seu caráter multideterminado apontado por Minayo (1998), mas, por sua vez, a influência de outros marcadores sociais na produção das diferenças que reverbera em práticas de exclusão e estigmatização.

As formas específicas de violência estão presentes, em maior ou menor intensidade, em todas as regiões do país e nos diversos grupos sociais. Perpassam as várias fases da vida e se instauram nas mais variadas relações humanas. Juntos, os diversos tipos de violência constituem uma rede intrincada e complexa, na qual todos (cada um a seu modo) são vítimas e autores a um só tempo (MINAYO, 1993, p. 65).

Na produção do campo da psicologia social, Lopes (2009) identifica que a manifestação da violência, seja ela qual for, deve ser compreendida com grande cautela, demandando da sociedade, de pesquisadoras e pesquisadores um olhar crítico e atual sobre suas raízes, ou seja, demonstrando as nuances, modos e formas de expressão, especialmente, nos contextos de sua constituição. Em seu trabalho, Lopes (2009) sinaliza que o fenômeno da violência pode ser entendido em diferentes perspectivas e olhares, desse modo:

teorias dividem-se na compreensão da categoria violência: algumas defendem o seu caráter natural, universal e a-histórico; outras apontam para a formação cultural; outras, como resultante da divisão social de classes, enfocando o componente ideológico; outras, ainda, a entendem como fenômeno individual (LOPES, 2009, p. 38).

Adverte a pesquisadora para que se compreenda esse processo enquanto a manifestação de um fenômeno, não, portanto, reduzindo-o ao fenômeno da violência, exclusivamente, em seu aspecto micro individual; pelo contrário, é preciso problematizar esse fenômeno em sua completude, empreendendo, assim, análises e hipóteses que fundamentem tal dimensão

(LOPES, 2009). Não obstante às considerações das pesquisadoras Minayo (1998; 1993) e Lopes (2009), tem-se a produção e a reprodução dessas práticas considerando seu aspecto macro e histórico.

Tal como destacou a psicóloga Maria Grossi Porto (2009), ao articular a produção desse fenômeno, apoiada em representações sociais que visem associar a prática da violência justificada em determinado grupo social, ou seja, busca, a autora, problematizar os efeitos produzidos por significados constituídos socialmente que trazem a violência, ou melhor, as práticas de violências como sinônimos de pobreza. Neste sentido, contribuem para a consolidação de discursos e da legitimação de saberes pautados na universalização do fenômeno, em sua racialização e desqualificação da pobreza.

Busca qualificar um pouco melhor a natureza dessas relações de modo a percebê-las em um contexto mais complexo, realçando dimensões culturais, simbólicas e, portanto, valorativas que desempenham, igualmente, um papel relevante para se compor um panorama explicativo da incidência da violência, sobretudo em sua vertente urbana (PORTO, 2009, p. 798-799).

Especialmente ao considerarmos que determinados corpos dissidentes, grupos lidos como minorais sexuais e sociais, estão mais vulneráveis para a ocorrência ou/e práticas de violências, sejam pela defesa ou pela sobrevivência de suas vidas, principalmente ao considerar os casos de violência de gênero em que são acometidas travestis e transexuais, que se encontram na prostituição de rua, por estarem mais propensas e expostas aos casos de transfobia e de transfeminicídio, algo tão comum nas narrativas de vida dessas travestis, quase como se fosse algo “natural” de ser vivenciado ao longo da sua constituição. Reconhecer a dimensão histórico-cultural deste fenômeno é reconhecer os pontos de fissuras e resistências frente aos regimes de visibilidades nas quais os corpos, os gêneros e as sexualidades vão se delineando.

As pesquisadoras Cecília Froemming e Irina Bacci (2014), em seu artigo sobre as notícias de violência contra travestis, ou melhor, contra os corpos abjetos de travestis, destacam que o gênero feminino constituído pelas travestis

se constrói por meio de um conjunto de exclusões e apagamentos que limitam o humano, e a materialização dos corpos é governada por normas regulatórias destinadas a assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser considerado um corpo viável. Os corpos que escapam à norma não são mais plenamente humanos, nem vidas que vale a pena proteger (FROEMMING; BACCI, 2014, p. 126).

O Brasil é um dos países que mais matam pessoas travestis e transexuais, como identificou Bento (2014), além da crueldade que o corpo dissidente da travesti é violentado.

Não obstante a isso, têm-se nesse processo o endurecimento da virilidade masculina, da normativa de gênero e da sexualidade que regula o frágil discurso do homem heterossexual.

Aqui, neste estudo, apresentam-se momentos de explosões de práticas violentas contra as travestis, em múltiplas experiências internas e externas, por si mesmas ou pelo outros, em espaços de prostituição ou até mesmo de (trans)formação de gênero. Um dos casos mencionados é o de Zahara, em uma noite de batalha: “eu saí com um cliente. Ele me esfaqueou por que eu não quis ficar com ele no quarto, tinha pagado 50 reais e tava usando droga. Ele queria me obrigar que eu ficasse com ele no quarto e usasse droga com ele. Eu fui agredida tomei várias facadas”.

Há, também, aqueles casos de violência velada, em que, muitas vezes, é difícil de ser percebida, identificada, mensurada, pois não é física, mas simbólica, conforme relata Zahara: “eu cheguei a essa profissão por que é muito difícil alguém querer dar emprego pra uma trans”. Ou ainda em pequenos atos corriqueiros que insistem em violentar psíquica e socialmente os corpos trans, também como refere Zahara; “não, você é um menino, e você tem que ser chamado assim”. As marcas perpetradas aos corpos de travestis e transexuais expressam o quanto seus corpos são abjetos e subalternizados, o quanto que a violência que as atinge é em decorrência de manifestações transfóbicas, misóginas e sexistas, tecidas por valores e normas que sustentam os valores histórico-culturais.

Contudo, as formas de resistências e os processos de agenciamentos e de superação das desigualdades também estão presentes nos conteúdos discursivos dessas travestis. Ao passo que vão construído nos corpos masculinos-feminilizados a feminilidade travesti, abrem-se à possibilidade do novo (trans)gressor que não vislumbra a organização das relações sociais, afetivas e sexuais pautadas em valores universais, como o da heterossexualidade compulsória, ao contrário:

as travestis podem representar uma inversão às ordens do gênero instituídas, pois suas performances femininas afrontam a heterossexualidade compulsória. Elas diferem da matriz cultural por meio da qual as identidades são inteligíveis, pois em geral sua identidade é uma vivência do gênero que não decorre do sexo; e a prática do desejo não decorre nem do sexo, nem do gênero (FROEMMING; BACCI, 2014, p. 125).

Além do feminino travesti, da mulher de pênis balizar as fronteiras reguladoras do gênero e da sexualidade, elas tecem em suas redes de sociabilidades a construção de estratégias de constituição do feminino a partir de “um sistema de valores que confere significado aos indivíduos” (FROEMMING; BACCI, 2014, p. 124) por meio de uma concepção não normativa de regulação dos corpos, o que pode ser vivenciado nas inúmeras intervenções clínicas que são

realizadas na (trans)formação desse gênero. Como sinaliza Lola: “eu vou fazer o meu nariz de novo. Eu vou fazer o meu palmex¹⁴, eu vou me refazer toda de novo, na verdade”. Continua, ainda, em um relato mais intenso, destacando-se:

“Pesquisador: E essas modificações todas no seu corpo, é pra quê?

Lola: Estética. Não é por causa de ser travesti, mulher faz. É estética. Quero ficar bonita.

Pesquisador: E você já não acha que está bonita?

Lola: Não... tô não, eu ainda vou ficar. Quero terminar meu laser, pra tirar a minha barba, que isso me deixa louca. Quero, ai, muita coisa ainda, ixi, vai anos.

Pesquisador: E depois que você chegar a realizar tudo isso que você tem vontade de fazer com o seu corpo, você acha que essa vontade de fazer coisas novas vai cessar ou ela vai continuar?

Lola: É um vício. É um vício. Realmente, não só pra gente que é trans, travesti, como pra pessoas cis. A gente vê as famosas quando elas são bonitas, depois a gente vê fica horrorosa, né. Parece que a gente vicia. A gente sabe que não faz bem pra gente, mas a gente vai.

Pesquisador: Então, por exemplo, independente de você ser trans ou cis, você acha que a estética e essas intervenções que ocorrem no corpo é independente de você ser trans ou cis.

Lola: Independente, por que se fosse assim, mulher cis não faria plástica. Acho que a gente faz pra se sentir bem. Não pelo que a gente é.

Pesquisador: E você acha que, nesse sentido, você acaba fazendo essas intervenções pra se aproximar um pouco da figura do que é ser mulher ou também...

Lola: Ah, isso daí eu acho bem...de cabeça pra cabeça, por que tem, eu conheço amigas minhas que fazem por que querem ficar feminina, ficar bonita. Eu faço por que eu me sinto bem. Eu, “olha, ai, tô gorda aqui, vou tirar um pouco, meu peito tá caído vou erguer”. Pra eu me sinto bem, não pra eu ficar feminina por que se fosse pra ser feminino, eu acho que quanto mais natural, mais feminina é. Então, eu faço pra me sentir bem, por que antigamente eu passava por mulher, hoje em dia eu já passo por viadão. Onde eu chego todo mundo já paralisa: “meu deus!”. Que nem agora, agora eu tô vestida assim, mas por que... agora se eu colocar uma roupa mais justa não tem quem não olha. Já falam: “olha lá, olha lá”. É muito grande, é muito exagerada. Então, se fosse pra parecer mulher, quanto menos melhor. Pra eu me sentir bem mesmo, eu gosto da exuberância, de chegar mostrando.

Pesquisador: Mostrando que é travesti... ou...

Lola: Não, mostrando meu corpo mesmo. Como que eu sou bonita, indiferente se eu fosse cis, ou como eu sou trans. Acho que se eu fosse uma mulher cis ia querer a mesma coisa... é a cabeça mesmo.

Pesquisador: Então, você acha que há diversas formas de ser feminina?

Lola: Sim, várias! Não precisa ter peitão, bundão pra ser feminina. Conheço várias amigas minhas têm peitão, bundão mas agem como homem. Só tem ali a figura mesmo feminina, por que por dentro é um homem. E conheço várias que não tem nada e você olha é uma garota. Então, isso é bem irrelevante, não quer dizer... o processo de se fazer querer ser feminina. Acho que quem nasce, nasce com a cabeça já, vem de dentro... o corpo é só... uma ajudinha” (Trecho da entrevista com Lola 2017).

O que esse relato extenso, porém necessário, destaca é como o corpo responde ao gênero em questão, e não ao sexo. Lola busca se aproximar dos elementos ditos “femininos” na (trans)formação de seu gênero, na busca por ser “bonita”, passar por, contudo como também

¹⁴ Segundo Lola, palmex são as pálpebras, “a maçã do rosto como falam... a maçãzinha eu vou colocar preenchimento. Palmex, aqui assim”.

destaca, que não adianta em nada ser feminina, possuir todos os atributos se, “por dentro”, age como homem. Para ela, já se nasce feminina e/ou masculino, “vem de dentro”, e o corpo é apenas a expressão disso.

Um outro elemento presente na fala dessas travestis, acerca dos processos de violência, ocorre na naturalização dos espaços e dos contextos sociais destinados às travestis, uma vez que, em seus relatos, expressam a prostituição como local comum. Segundo Agrado, sobre o que é ser uma travesti: “por que travesti não faz mal pra ninguém. Travesti não mata. Travesti não rouba. Travesti é ser garota de programa mesmo”.

Apesar de Agrado não perceber a violência a qual foi e continua inserida, referenda, também, como a sociedade representa uma travesti, o que nos levar a considerar e pensar que se faz necessário o constante diálogo na produção de novos significados e sentidos frente as pessoas travestis. Neste sentido, Alessandra Bohm (2014) destaca que os corpos sexuais de travestis são demarcados por dispositivos jurídicos e médicos, considerando-os patológicos.

Contudo, a manutenção desses discursos contribui “para o exercício da violência e da intolerância para com essa população, frente à não-aceitação do diferente, daquele que não cabe nas normas determinadas para cada gênero” (BOHM, 2014, p. 02). Deste modo, as travestis têm seus corpos atravessados pela hostilização e ofensa, o que realça em práticas de violências que reiteram a representação social de seres abjetos e anormais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apoiou-se na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici no que diz respeito a explicação de um dado fenômeno e/ou objeto da realidade. Sobre a constituição de sujeito, apoiou-se nas contribuições de Denise Jodelet, a qual, neste caso, mostrou-se interessante na compreensão desse objeto multifacetado que são os estudos de gênero e sexualidade, sobretudo, na tangente com as travestis. A pesquisa possibilitou, como dito inicialmente, identificar indícios de representações sociais acerca dos processos de (TRANS)formação do gênero constituídos pelas travestis que circulam pelos espaços de prostituição em Campo Grande – MS, além de buscar compreender as práticas corporais, afetivas e emocionais que estão presentes na formação e na constituição de suas representações sociais diante do processo de (trans)formação de gênero.

Foi possível evidenciar que as noções empreendidas sobre sexo, gênero e desejo perpassaram e representaram os valores simbólicos instituídos socialmente, ou seja, que corroboraram com as representações sociais que a sociedade tem sobre essas categorias. Isso porque, são permeadas pelo caráter, eminentemente social e cultural, das relações humanas e orientam à formação e consolidação dos discursos e de suas representações sociais, afinal de conta, uma representação social é sempre uma construção do sujeito, localizada e carregada de sentidos e significados.

Ou seja, toda representação social tem por objeto de investigação conteúdos discursivos do senso comum, pois, como esclarece Moscovici (2015), essa teoria contribui em promover o discurso não científico – senso comum –, como produção cultural e, nesse sentido, passível de ser analisada cientificamente. No entanto, deve-se considerar que uma representação social nunca é somente do indivíduo ou da sociedade, mas produto dessa realidade, dessa relação social.

Destaca-se, ainda, que a formação e a produção dessas representações sociais contribuem significativamente para a (trans)formação de gênero destas travestis; portanto, têm influência na constituição dos processos identitários e na forma como compreendem, elaboram e orientam as suas práticas permeadas por significados e sentidos sobre a realidade, o que se expressa por meio das marcas dos conteúdos nas três categorias elencadas neste trabalho. Tais

categorias trazem à tona as experiências dessas travestis frente aos processos de (trans)formação de gênero essenciais para a identificação de valores, saberes e discursos constituídos que compõem a interiorização da realidade de cada uma.

Voltando aos objetivos geral e específicos que integram este estudo, eles foram se concretizando à medida que, por meio dos conteúdos do discurso, foi possível criar as categorias e os elementos significativos que correspondem as representações sociais que essas travestis investem aos processos de (trans)formação do gênero.

Sobre a primeira categoria dos elementos, *batalha*, emergiram a partir do conteúdo discursivo das travestis. O corpo é representado pelo dinheiro, sendo associado a forma como elas representam e constituem o gênero feminino. Se, por um lado, estar na prostituição, nos espaços e zonas da *batalha* demonstra a vulnerabilidade em que seu corpo, sua humanidade se apresenta, por outro, é por meio desse dinheiro que se dá a construção corpórea, afetiva e sexual pela forma como agenciam o gênero e o desejo. O corpo é para elas, a forma de obter reconhecimento, dinheiro e prazer. E, também, por uma certa hibridez, o trânsito entre os gêneros – masculino e feminino.

O que também se expôs a medida em que se reconhece a produção do corpo também como mercadoria, no contexto da batalha. Afinal quanto mais belo, mais perto do feminino, mais se ganha. Por outro lado, para aquelas, diga-se de passagem, não tão “passável”, a possibilidade de ganho pode vir pelo sexo desprotegido e/ou pelo tamanho do órgão sexual. Algo extremamente valorizado entre os clientes. O corpo da travesti é fetichizado nos espaços de prostituição. Apesar da sociedade expressar discursos transfóbicos, e, o Brasil, ser o país que mais mata pessoas travestis e transexuais. Mas, também, um dos países que mais consomem pornografia acerca desses corpos tidos como abjetos, patológicos, anormais.

Nesse sentido, é paradoxal, como tais valores, significados também auxiliam para que essas participantes possam construir seus corpos, resignificar o gênero, apoiado em outros significados e produzindo novos sentidos sobre essa experiência. A experiência corpórea está constantemente relacionada com os processos de socialização e aprendizagem, tanto nos espaços formais quanto informais. Aja vista, com a utilização de cafetinas, bombadeiras e/ou mesmo das mais velhas, lidas como as mais experientes na arte de fabricar o corpo. Por meio desses agenciamentos elas vão ancorando valores, significados até a objetivação de novos sentidos sobre o corpo, gênero e a sexualidade.

Lola, uma das entrevistadas, revela que sempre gostou de homens e de sexo, e ao adentrar no mundo da prostituição, juntou o útil ao agradável. Ao mesmo tempo em que para Lola se inserir na *batalha* “foi fluindo”, afinal já “aprontava”, ou seja, associa a prostituição a

quem subverte as normas e leis que regulam as relações sociais e orientam a subjetividade, reconhece, também, que foi na prostituição e na sua facilidade em “passar por” que conseguiu dinheiro para se transformar.

Além das representações sociais formuladas a partir das categorias produzidas, foi possível identificar como essas categorias estão em constante relação, pois elas expressam, por meio das falas das participantes, a relação universal (significado) – particular (sentido) que reiteram comportamentos e práticas sociais, e que estão presentes na fecundação das representações sociais dos sujeitos.

Desta maneira, no primeiro objetivo específico elencado, que tratou de compreender as práticas corporais, as relações afetivas e emocionais que constituem a subjetividade das travestis, aflorou-se nas falas dessas participantes a criação da categoria aprendizagens, a qual, por sua vez, destacou elementos significativos presentes que apontam indícios de representação social de como esse corpo foi sendo constituído, por meio de processos educativos, tanto informais quanto formais.

A questão do corpo como forma de significação do gênero e, neste caso, do gênero feminino, percebido à medida em que se estabelece o contato com o universo generificado de meninos x meninas. Consoante destaca Longaray e Ribeiro (2016, p. 770), “o gênero é construído a partir de atos repetidos. Ele constitui-se a partir de um conjunto de normas mantidas e repetidas, que se instituem sobre os corpos, tornando-o “substância” visível, aparente”.

Na visão dessas travestis, o gênero só faz sentido se associado aos elementos significativos correspondentes ao sexo de nascimento. Neste caso, busca-se constantemente a reiteração das normas e dos valores de modo a se tornar, cada vez mais, associados ao gênero correspondente ao biológico, o que é contraditório, afinal, biologicamente, elas, as travestis, estão do lado oposto ao gênero constituído. E, dessa forma, em seus discursos, associam que, desde pequenas, de criança, sempre se sentiram no gênero oposto ao sexo de nascimento, como se houvesse uma essência que justificasse tal diferenciação. Como defende Giowana Cambrone Araujo (2013), o tornar-se feminino, o tornar-se mulher, é como descreverá a filósofa Simone de Beauvoir, ao referir que a feminilidade é construída diariamente, e não dada como um fenômeno universal e natural.

O discurso de Vera Cruz, ao ser questionada de como foi sua infância, evidencia a naturalização de processos tidos como sociais, como processos naturais pertencentes ao gênero feminino, como a passividade, a feminilidade, o carinho e o afeto. Que desde criança sempre apresentou tal comportamento, e que, portanto, seu destino já estava traçado. Reduzindo a

experiência de gênero a determinados papéis sociais ou mesmo estereótipos. Neste caso, a representação que as participantes desenvolveram sobre o corpo decorre do modo como foram se percebendo como diferentes desde a infância, o que reverberou na forma como se relacionaram sexual, afetiva e emocionalmente com as pessoas. Neste sentido, mesmo durante a *batalha*, a relação ativa é encarada por algumas como sacrilégio, afinal, são femininas, são mulheres de pênis, buscam incansavelmente serem penetradas e não penetrar; neste caso, é evidente como preferem os *bofes* que imprimem a masculinidade viril.

Caracterizar os processos histórico-culturais que compõem os elementos presentes na constituição do corpo, gênero e sexualidade dessas travestis foi o segundo objetivo específico a ser identificado. O modo como elas se relacionam com os clientes, com as cafetinas, entre si, com seus familiares e com seus afetos diz muito da forma como elaboram e representam a realidade. A forma como caracterizam as violências sofridas por expressarem corpos e desejos dissidentes foi possível de ser percebida nos discursos de cada uma desde a transfobia sofrida em casa, por parte da não aceitação de familiares, como também em espaços públicos, como o mercado de trabalho e/ou mesmo nos espaços de trabalho durante o exercício da prostituição; ou, ainda, nas casas e nos pensionatos administrados por cafetinas.

É notório que ainda hoje são insuficientes as oportunidades de emprego formal destinado a pessoas travestis e transexuais. O que colabora para que o cenário da prostituição seja o único destino. Contudo, é importante salientar que a prostituição é encarada por muitas travestis também como um local de prazer e escolha consciente. Assim, além da transfobia presente nas narrativas de vida dessas travestis, momentos de glória e euforia também foram oportunizados e acompanhados, sobretudo diante do período que compôs a observação do contexto social a qual estão inseridas. Estes momentos se expressam durante a presença de risos, festas e da própria transformação do corpo, quando, por exemplo, Agrado me enviava fotos da sua “transformação” após a aplicação e a ingestão de hormônios injetáveis e ingeridos de forma oral.

Apesar dos percursos ao longo da trajetória dessa pesquisa, foi possível perceber, mesmo que este universo de pesquisa tenha um *corpus* de sujeitas pequeno, investigar que a (TRANS)formação do gênero das travestis corresponde a um processo permeado por inúmeros significados e sentidos do que é ser homem ou mulher, identificados nos processos da história e constituição da cultura como elemento significativo das relações sociais.

Deste modo, compreende-se como os teóricos e as teóricas que estudam a Teoria das Representações Sociais, como produções que se estabelecem e se desenvolvem por intermédio da relação sujeito-objeto-sujeito, representam a realidade de modo concreto na constante

reiteração sujeito-sociedade, universal-particular. São, sobretudo, a permanente formulação de fenômenos, comportamentos e processos cognitivos em frequente transformação.

As travestis, foco deste estudo que buscou analisar os processos de (trans)formação de gênero das travestis, sinalizam em seus discursos elementos indicativos de representações sociais que permitam compreender a (trans)formação desse gênero, tendo como principal mediador o corpo. A forma como o corpo se sustenta neste trabalho, aliada as categorias como *batalha*, violências e processos educativos, destaca a *importância* – assustadora – para o reconhecimento da identidade de gênero dessas travestis. Cabe salientar, ainda, que os discursos proferidos neste estudo representam a realidade social dessas travestis, mas também a relação destas com a sociedade e os elementos que constituem e as permeiam.

Apesar das limitações metodológicas acerca da identificação de Representações Sociais dessas travestis, presente neste estudo, conclui-se permitir conhecer indicativos de representações sociais que evidenciaram o corpo como elemento central e transformador ao considerarmos que o corpo se apresenta, para elas, a partir de dois processos, como visto na medicalização do corpo, como meio de (trans)formação, pela ingestão de hormônios e silicones inseridos pelas bombadeiras e/ou cafetinas, assim como pelos processos de violência simbólica, física, emocional e psicológica que ocorrem por intermédio dos espaços e territórios, formais e informais, dentro e fora dos contextos de batalha.

Tais limitações se deram por meio da insuficiência de conteúdos que pudessem ser esmiuçados, após as entrevistas, pois foi possível identificar que entre os materiais coletados, há certa heterogeneidade quanto as narrativas de cada uma. Houve também a necessidade de retorno à coleta de dados, contudo, por conta também dos modos como elas vivenciam suas vidas, seja pelos trânsitos em decorrência da prostituição, ou mesmo pelos contextos de vulnerabilidade que estão expostas.

Por outro lado, a pesquisa também permitiu identificar que nem só de violências são constituídas essas travestis, uma vez que também se constituem por momentos de felicidades, compartilhamentos e agenciamentos. O espaço da batalha e o convívio com outras travestis, seja nos espaços constituídos por cafetinas, bombadeiras e travestis, destacam a formação de vínculos, afetos e (sobre)vivências dessas travestis diante da constituição dos valores que são imputados aos seus corpos e gêneros correspondentes do sistema heteronormativo na regulação dos corpos dissidentes.

O que todo esse processo revela é um corpo em trânsito, expresso pela transformação dessa corporalidade, constituindo, assim, uma nova forma de feminilidade: a feminilidade travesti, o gênero travesti. Contudo, leva-nos a pensar as contradições existentes neste processo,

que se expressa por meio de representações sociais construídas historicamente do que é ser feminina, de corpo, de mulher, o que provoca, implica em novas formas de expressar e representar os femininos.

No final desta pesquisa, foi possível compreender e identificar que essas travestis, apesar de corpos dissidentes, ou seja, de (trans)gredirem as normas de inteligibilidade, como propõe Judith Butler, em seus escritos, elas, as travestis, encontram-se envolvidas em representações sociais, códigos e símbolos, mediados por processos culturais que as reiteram em seus corpos representações hegemônicas do que é tido como masculino ou feminino em nossa sociedade.

Se por um lado, os estudos *queer* e feministas atentam-se para o reconhecimento e transformação dos corpos lidos como considerados abjetos e dissidentes, por outro, a noção de identidade como algo fixo e imutável permanecem no imaginário e no inconsciente das pessoas, até mesmo daqueles corpos tidos como dissidentes.

Por fim, conclui-se que “*dar a cara a tapa*” simboliza a construção e a (des)construção de práticas, normas e valores que regulam e medeiam a constituição subjetiva dessas travestis, mas também de toda a sociedade ao trazer em seu bojo a representação do que é ser feminino ou masculino, ao mesmo tempo em que esse processo está em constante (trans)formação.

Atrela-se a isso, pensar em novos processos educativos de formação e socialização, ao considerar que há uma multiplicidade de modos de expressar a identidade de gênero, ou mesmo, de ser masculino ou feminino. Afinal, “*dar a cara a tapa*” demonstra os trânsitos de um gênero ao outro, dos desejos e anseios em ser reconhecido como alguém de direito. Sendo, a travesti, pertencente ao gênero feminino, permeada por condutas e expressões que a coloca nesse espaço de identificação. Só assim, a partir do reconhecimento das diferenças será possível pensar em uma sociedade para além do binarismo, ou do que todo esse binarismo representa simbolicamente e materialmente diariamente sobre os corpos e vidas daquelas que transgridem as normas e condutas sociais. Por fim, a feminilidade travesti é uma feminilidade cravejada na ressignificação de tudo aquilo considerado abjeto, ao mesmo tempo, uma feminilidade que nunca termina.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de RS**. Goiana: AB, 1998. p. 27-38.

ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ALMODÓVAR, P. **Tudo sobre a minha mãe**. Direção: Pedro Almodóvar. Roteiro: Pedro Almodóvar. 161 min. 1999.

_____. **Má educação**. Direção: Pedro Almodóvar. Roteiro: Pedro Almodóvar. 169 min. 2004.

_____. **A pele que habito**. Direção: Pedro Almodóvar. Roteiro: Pedro Almodóvar. 117 min. 2011.

AMARAL, M. S. **Essa boneca tem manual**: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes. Florianópolis: 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

AMARAL, M. S. *et al.* Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014.

ANADÓN, M.; MACHADO, P. B. Representações Sociais: Origem do estudo e conceituação. In: ANADÓN, M.; MACHADO, P. B. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Salvador: Editora UNEB, 2003. p. 11-44.

ARAÚJO, G. C. Transtorno? Não... Transcedência! Corpos TRANS(cedentes). In: SILVA, D. A. *da et al.* Feminilidades: Corpos e Sexualidades em Debate. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 83-98. (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate).

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesquisa [online]**, n. 117, p.127-147, 2002.

BARCINSKI, M. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transforma em homem” na prisão. **Psico-USP**, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, p. 437-446, set/dez. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, D. T. **A experiência travesti na escola**: entre nós e estratégia de resistências. Recife: 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. As tecnologias que fazem os gêneros. In: VII CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO. **Anais...** Curitiba, 2010.

_____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40 + o que quer o Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79-110.

_____. É o *queer* tem para hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da teoria *queer* ao Sul do Equador. In: BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 123-146.

BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade** – tratado de sociologia do conhecimento. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOHM, A. M. **A identidade travesti e o acesso à escolarização formal**. [online], 2014.

BORBA, R. Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais). **Revista Bagoas**, n. 06, p. 181-210, 2011.

BRANDÃO, B. C. **A produção de corpos trans e suas interseções com os processos saúde-doença**: efeitos (in)de desejáveis e autonomia dos corpos. Juiz de Fora: 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

BUSIN, V. M. **Morra para se libertar**: estigmatização e violência contra travestis. São Paulo: 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2015.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-182.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, R. V. Prefácio. **Teoria das Representações Sociais 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

COLLING, L.; PIRAJÁ, T. C. Queridas, mas nem tanto: a representação da travestilidade em Queridos Amigos. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio/ago. 2011.

DANTAS, M. R. M. **Um estudo sobre a mulher e o delito**: o amor encarcera?. Campo Grande: 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016.

DAVI, E. H. D. **Belíssima**: um estudo merleau-pontyano da corporalidade travesti. Ribeirão Preto: 2013. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em

Psicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2013.

DUQUE, A. do N. **Ser travesti**: significados atribuídos por um grupo de travestis da cidade de Manaus. Manaus: 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

DUQUE, T. **Montagens e desmontagens**: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 489-500, maio/ago. 2012.

_____. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017a.

_____. “É mais fácil para as mais bonitas”: corpo, imagem e reconhecimento nas experiências de (não) passar por Homem e/ou Mulher. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 483-504, jul./dez. 2017b.

DUVEEN, G. Introdução o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 07-28.

FARR, R. M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERREIRA, D. G. **Conhecendo violências sofridas por travestis que vivem no centro de São Paulo**. São Paulo: 2016. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

FONSECA, T. M. G. Epistemologia. In: STREY *et al.* **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 36-48.

FOUCAULT, M. **A história da Sexualidade I – a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRANCO, M. L. P. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FROEMMING, C.; BACCI, I. As princesas fora de lugar: notícias de violência contra travestis. In: DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M. de (orgs.). **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014. p. 121-140?.

GALLI, R. A. **Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo**. São Paulo: 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, 2013.

HOLANDA, P. M. **Mulheres transexuais e travestis que vivem com HIV/Aids**: da abjeção à dignidade. São Paulo: 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2016.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LANE, S. T. M. Usos e abusos do conceito de Representação Social. In: SPINK, M. J. (org.) **O conhecimento no cotidiano** – As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo – Brasiliense, 2006 – coleção primeiros passos, 2006.

LOMANDO, E. M. **Processos, Desafios, Tensões e Criatividade nas conjugalidades de homens e mulheres transexuais**. Campo Grande: 2014. 136 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014.

LOMANDO, E.; NARDI, H. C. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 493-503, jul./set. 2013.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 398, set./dez. 2016.

LOPES, Z. de A. **Representações sociais acerca da violência de gênero**: significados das experiências vividas por mulheres agredidas. Ribeirão Preto: 2009. 241 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 2009.

LOURO, G. P. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para educação. **Estudos Feministas**, p. 541-553, 2 sem. 2001.

LUDCKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, S. W. Corporalidade e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Estudos Feministas**, p. 153, 1 sem. 2002.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência para todos. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78, jan./mar. 1993.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência e saúde em campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. IV, n. 3, p. 513-531, nov. 1997/fev. 1998.

MISKOLCI, R. Corpo, identidade e política. In: SBX – XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, GT 17- Sexualidades, Corporalidades e Transgressões. **Anais. São Carlos - SP**, 2005.

_____. Não somos, queremos – reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40 + o que quer o Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 257-269, 1 sem. 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOSCHETA, M. dos S. **Responsividade como recurso relacional para qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Ribeirão Preto: 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2011.

OLIVEIRA, M. B. de; GROSSI, M. P. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 22, n. 2, p. 699-701, 2014.

OLIVEIRA, G. M.; NOLASCO, G. L. P. "Eu tô viva" Um diálogo sobre sexualidades, corpos e subjetividades a partir da (inter)ação com profissionais do sexo em Campo Grande/MS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: STREY *et al.* **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 104-117.

PELÚCIO, L. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista Anthropológicas**, ano 8, v. 15, n. 1, p. 123-154, 2004.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 217-248, jul./dez. 2005.

_____. **Abjeção e desejo** – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

PELÚCIO, L.; DUQUE, T. "... Depois, querida, ganharemos o mundo": Reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes meninos femininos e outras variações. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 10-43, jan./jun. 2013.

PEREIRA, G. M. S. **Cartografia do desejo Queer**: Dispositivos micropolíticos dos corpos travestis. Brasília: 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, 2010.

PEREIRA, V. M. **Entre corpos e zonas de monstruosidade**: traçados e passeios pela legislação. Rio de Janeiro: 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.

PERES, W. S. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 20, n. 2, p. 539-547, 2012.

_____. **Travestis Brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.

PINO, N. P. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cad. Pagu** [online], n. 28, p. 149-174, 2007.

PORTELA, A.; BRANDÃO, L. Corpos metamórficos para vestir. In: GALINDO, D.; SOUZA, L. L. (orgs.). **Gênero e Tecnologias**. Tecnologias do Gênero – Estudos, pesquisas e poéticas interdisciplinares. Cuiabá: UFMT, 2012. p. 61-68p.

PORTO, M. S. G. Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 797-826, set./dez. 2009.

PRÓCHNO, C. C. S. C.; ROCHA, R. M. G. O jogo do nome nas subjetividades travestis. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 254-261, 2011.

RÊSES, E. da S. Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, p. 189-199, jul./dez. 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, C.; HEILBORN, M. L. Construindo Vera Cruz e desconstruindo gênero: aproximações entre Pedro Almodóvar e Judith Butler. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 16, p. 73-85, abr. 2014.

ROSA, M. C. **O desafio da masculinidade subalterna na travestilidade: a dor da beleza**. São Paulo: 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, J. V. **Viajando entre sereias: saúde de transexuais e travestis na cidade de Fortaleza**. Fortaleza: 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, 2013.

SANTOS, A. B dos; SHIMIZU, H. E.; HAMANN-MERCHAN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4545-4554, 2014.

SILVA, H. S. **Travesti, a Invenção do Feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SILVA, N. R. D. da. Representação do elemento narrativo mulher fatal: construção das personagens Zahara e Juan no filme *Má Educação*, do cineasta espanhol Pedro Almodóvar. Goiânia: 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Sistemas Visuais, Educação e Visualidade) – Universidade Federal de Goiás, 2008.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 117-145.

_____. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

TRANSFORMAÇÃO. C. P. T. **Antologia Trans**: 30 poetas trans, travestis e não-binários. São Paulo: Editora Invisíveis Produções, 2017.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, A. M. de O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das Representações Sociais 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 133-162.

VALENTIM, R. F.; TRINDADE, Z. A. Sobre memória, representação e identidade social aspectos teóricos. **Polis e Psique**, v. 1, n. 2, p. 60-72, 2011.

VASCONCELOS, T. M. **Corpos em trânsitos, transes e tranças**: produções de corporalidades por/cor mulheres trans. Recife: 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

VENCATO, A. P. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. **Cad. AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

VENTURA, M. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

UNAIDS. 90-90-90. **Uma meta ambiciosa de tratamento para contribuir para o fim da epidemia de Aids**. Genebra: UNAIDS, 2015.